



RELATÓRIO DE GESTÃO DA **ANP** **2023**

Superintendência de Governança e Estratégia



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis



RELATÓRIO DE GESTÃO DA **ANP** 2023

Superintendência de Governança e Estratégia



anp

Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

2024. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

É permitida reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

O conteúdo desta, e de outras obras da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, pode ser acessado na página <https://www.gov.br/anp>.

Versão online.

Elaboração E Informações

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS.

Superintendência de Governança e Estratégia - SGE

Avenida Rio Branco, 65 - 20º andar - Centro

CEP: 20.090-004

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: +55(21)2112-8100

<https://www.gov.br/anp>.

Diretor-Geral

Rodolfo Henrique de Saboia

Diretores

Symone Christine de Santana Araújo

Daniel Maia Vieira

Fernando Wandscheer de Moura Alves

Patrícia Huguenin Baran

Superintendência de Governança e Estratégia

Sergio Alonso Trigo – Superintendente

Rafael de Oliveira Salgado – Superintendente Adjunto

Andréa da Silva Fonseca – Assessora Técnica

Elaboração

Raphael Borges Rodrigues

Andréa da Silva Fonseca

Aline Pereira dos Santos

Danielle Ribeiro Uchoa

Marcelo Jesus Goncalves Ribeiro

Marco Antonio Barnack Araujo

Revisão

Sergio Alonso Trigo

Raphael Borges Rodrigues

Projeto Visual

Raphael Borges Rodrigues

João Carlos Machado

Luiz Henrique Vidal Ferraz

Catálogo na fonte:

ANP. SGP/Coordenação de Aprendizagem Organizacional/CGC/Biblioteca.

Ficha Catalográfica

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil).

Relatório de Gestão da ANP: 2023 / Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil). Superintendência de Governança e Estratégia. Coordenação de Governança. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2024.

151 p. 14,2MB. Il. Color.; PDF

Disponível para download em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/aceso-a-informacao/relatorio-de-gestao>

1. Relatório de gestão. 2. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil). I. Título

CDD 338.2728021

Relatório de Gestão do exercício de 2023, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da [Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020](#) e da [Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020](#).

Sumário

1.	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	15
1.1.	VISÃO ORGANIZACIONAL.....	15
1.2.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	18
1.3.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	19
1.4.	CADEIA DE VALOR	25
1.5.	AMBIENTE EXTERNO.....	28
1.6.	DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	29
2.	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	32
3.	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	34
3.1.	GOVERNANÇA INTERNA	34
3.2.	GESTÃO DA ESTRATÉGIA.....	40
3.3.	PLANOS INSTITUCIONAIS.....	44
3.4.	PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO	46
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS.....	50
4.1.	CANAIS DE ATENDIMENTO.....	50
4.2.	TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	52
4.3.	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	52
4.4.	RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	53
4.5.	RELACIONAMENTO INTERNACIONAL.....	53
5.	RESULTADOS DA GESTÃO.....	56
5.1.	REGULAÇÃO	56
5.2.	CONTRATAÇÃO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	58
5.3.	GESTÃO DE CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	63
5.4.	AUTORIZAÇÃO.....	73
5.5.	FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE	83
5.6.	PRODUÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS.....	102
5.7.	GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	105
6.	DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO.....	116
6.1.	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	116
6.2.	GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	128
6.3.	GESTÃO DOCUMENTAL.....	129
6.4.	GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	130
6.5.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	132
6.6.	GESTÃO DE PESSOAS	134
6.7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO.....	145
7.	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	150

Lista de abreviaturas e siglas

AGU - Advocacia-Geral da União
AIR - Análise de Impacto Regulatório
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
AVN - Almoxarifado Virtual Nacional
BDEP - Banco de Dados de Exploração e Produção
BI - *Business Intelligence*, acrônimo em inglês para inteligência de negócios
BMP - Boletim Mensal da Produção
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CEVI - Condomínio do Edifício Visconde de Itaboraí
CGU - Controladoria-Geral da União
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
COVID-19 - *Corona Virus Disease* 2019, acrônimo em inglês para Doença do Coronavírus 2019
CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
CTI - Comitê de Tecnologia da Informação
DUM - Descrição da Unidade Marítima
DUT - Descrição da Unidade Terrestre
E&P - Exploração e Produção
EAD - Empresa de aquisição de dados
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo
GNL - Gás Natural Liquefeito
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MC - Matriz de Correlação
ME - Ministério da Economia
MGR - Metodologia de Gestão de Riscos da ANP
MME - Ministério de Minas e Energia
MP - Ministério Público
NFSM - Notificações de Falha de Sistemas de Medição
OLUC - Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado
OPC - Oferta Permanente de Concessão
OPP - Oferta Permanente sob o regime de Partilha de Produção
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PD - Plano de Desenvolvimento
PDI - Plano de Descomissionamento de Instalações
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEM - Programa Exploratório Mínimo
PGA - Plano de Gestão Anual
PGD - Programa de Gestão
PGF - Procuradoria-Geral Federal
PGRCI - Política de Gestão de Riscos e Controles Internos

PML - Programa de Monitoramento de Lubrificantes
PMQC - Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis
PRGN - Preços de Referência do Gás Natural
PRH - Programa de Formação de Recursos Humanos
PROMAR - Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos
PRP - Preços de Referência do Petróleo
PTE - Plano de Trabalho Exploratório
REATE - Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres
RENOVABIO - Política Nacional de Biocombustíveis
RIC - Relatório de Informações do Concessionário
RTC - Relatórios Trimestrais de Certificação
RTDT - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SICOM - Sistema de Comunicação de Multas
SIGAF - Sistema de Gestão das Ações de Fiscalização
SIMP - Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
SISO - Sistema Integrado de Segurança Operacional
SISROC - Sistema de Gestão do Acervo de Amostras de Rochas e Fluidos da União
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TAC - Termos de Ajustamento de Conduta
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
TRR - Transportador Revendedor Retalhista
UEP - Unidade Estacionária de Produção
UG - Unidade de Gestão
UORG - Unidade organizacional
UPGN - Unidade de Processamento de Gás Natural

Lista de Unidades Organizacionais da ANP

AUD - Auditoria Interna
CPT - Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas
CRG - Corregedoria
DG - Diretoria-Geral
DIR 1 - Diretoria I
DIR 2 - Diretoria II
DIR 3 - Diretoria III
DIR 4 - Diretoria IV
ERJ - Escritório do Rio de Janeiro
EDF - Escritório de Brasília
GAB - Gabinete do Diretor-Geral
INT - Inteligência
NFP - Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural
NGC - Núcleo de Gestão de Créditos
NRFs - Núcleos Regionais de Fiscalização do Abastecimento
OUV - Ouvidoria
PRG - Procuradoria-Geral Federal junto à ANP
SAG - Superintendência de Avaliação Geológica e Econômica
SBQ - Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos
SCI - Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais
SCL - Superintendência de Conteúdo Local
SDL - Superintendência de Distribuição e Logística
SDP - Superintendência de Desenvolvimento e Produção
SDC - Superintendência de Defesa da Concorrência
SEP - Superintendência de Exploração
SFI - Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
SFO - Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária
SGA - Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições
SGE - Superintendência de Governança e Estratégia
SGP - Superintendência de Gestão de Pessoas e do Conhecimento
SIM - Superintendência de Infraestrutura e Movimentação
SPC - Superintendência de Produção de Combustíveis
SPG - Superintendência de Participações Governamentais
SPL - Superintendência de Promoção de Licitações
SSO - Superintendência de Segurança Operacional
STI - Superintendência de Tecnologia da Informação
STM - Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente

Lista de gráficos, tabelas e figuras

Gráfico 1. Auditorias Internas.....	48
Gráfico 2. Auditorias CGU.....	48
Gráfico 3. Auditorias TCU	48
Gráfico 4. Representatividade de usuários externos por tipo em 2023.....	50
Gráfico 5. Manifestações por região em 2023.....	50
Gráfico 6. Índice de Satisfação do Usuário	51
Gráfico 7. Total de manifestações.....	51
Gráfico 8. Quantitativo de pedidos do e-SIC recebidos por ano	51
Gráfico 9. Blocos sob contrato, por ambiente	64
Gráfico 10. Área dos blocos sob contrato (mil Km ²), por ambiente.....	64
Gráfico 11. Poços perfurados em 2023.....	64
Gráfico 12. Número de DSOs aprovadas por ambiente nos últimos anos	66
Gráfico 13. Quantidade de fatalidades em instalações de E&P por ano	66
Gráfico 14. Quantidade de fatalidades em instalações de E&P reguladas pela ANP, por ano ..	67
Gráfico 15. Recálculo de Produção de Petróleo e Gás Natural	68
Gráfico 16. Notificações de falha de medição da produção	68
Gráfico 17. Número de Análise de Dados Técnicos por Ano.....	68
Gráfico 18. Total investido em Conteúdo Local	71
Gráfico 19. Histórico do estoque de pedidos de isenção e ajustes.....	72
Gráfico 20. Certificados de Conteúdo Local Emitidos, por Ano	73
Gráfico 21. Acreditação de Empresas Certificadoras de Conteúdo Local	74
Gráfico 22. Número de autorizações publicadas para produtores de biocombustíveis em 2023.....	75
Gráfico 23. Número de autorizações publicadas para produtores de derivados de petróleo e gás natural em 2023	75
Gráfico 24. Contratos de Gás assinados / ano	77
Gráfico 25. Carregadores de Gás Natural / ano.....	78
Gráfico 26. Instrumentos Contratuais registrados na comercialização de Gás Natural / ano	79
Gráfico 27. Volume de vendas de gás natural por região para mercado não-térmico	80
Gráfico 28. Processos sancionadores instaurados e julgados por ano	86
Gráfico 29. Valor de multas aplicadas e recolhidas por ano.....	86
Gráfico 30. Fiscalizações dos compromissos de conteúdo local de 2009 a 2023, por bloco.....	88
Gráfico 31. Fiscalizações dos compromissos de conteúdo local de 2013 a 2023, por campo....	88
Gráfico 32. Histórico de valores recolhidos à título de multa de Conteúdo Local.....	89
Gráfico 33. Metas x Volumes Contratados por Distribuidores – Etanol Anidro (mil m ³).....	92
Gráfico 34. Meta para Contratos de Fornecimento – Etanol Anidro (mil m ³)	92
Gráfico 35. Meta, Volume Comercializado e Contratado - Biodiesel.....	93
Gráfico 36. Evolução da Presença de Marcador na Gasolina no PMQC (%).....	95
Gráfico 37. Índice de conformidade de combustíveis por ano e por produto	96
Gráfico 38. Histórico do Índice de Qualidade dos Óleos Lubrificantes	97
Gráfico 39. Classificação dos fatos infracionais, em percentual, Brasil.....	100
Gráfico 40. Principais classificações de fatos de motivacionais de interdição, em percentual, Brasil.....	100
Gráfico 41. Quantitativo de produtos apreendidos, segmentado por tipo, em litro.....	101

Gráfico 42. Quantitativo de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) apreendidos, em unidade	101
Gráfico 43. Quantitativo de processos administrativos sancionadores no âmbito do <i>downstream</i> por status de análise.....	102
Gráfico 44. Projetos de PD&I Iniciados em 2023, por Tema	104
Gráfico 45. Projetos de PD&I Iniciados em 2023, por Área	104
Gráfico 46. Valor total empenhado em 2023 por agregador de despesa.....	116
Gráfico 47. Valor total pago em 2023 por agregador de despesa.....	117
Gráfico 48. Evolução da arrecadação de multas (R\$ milhões)	126
Gráfico 49. Histórico do número de parcelamentos homologados de 2008 a 2023 (R\$ milhões)	126
Gráfico 50. Histórico do volume financeiro homologado de 2008 a 2023 (R\$ milhões)	127
Gráfico 51. Número de Inscrições no Cadin	127
Gráfico 52. Número de Notificações (Em R\$ milhares)	127
Gráfico 53. Perfil de escolaridade dos servidores em exercício na ANP.....	138
Gráfico 54. Quantitativo de servidores em exercício na ANP por tempo de serviço.....	138
Gráfico 55. Ocupação dos cargos da ANP por gênero dos servidores (%)	139
Gráfico 56. Alteração de Exercício de Servidores e Empregados Públicos para a ANP	142
Gráfico 57. Resultado da promoção e progressão de servidores	143
Gráfico 58. Execução das despesas de TI empenhadas (R\$ milhões)	145
Gráfico 59. Investimentos de TI*.....	145
Gráfico 60. Perfil das despesas de TI*.....	146
 Tabela 1. Cenário Internacional.....	 28
Tabela 2. Projetos estratégicos	41
Tabela 3. Indicadores da Estratégia	41
Tabela 4. Procedimentos de correção – Exercício de 2022	47
Tabela 5. Quantitativo de manifestações junto à ANP	50
Tabela 6. Número de incidentes comunicados em 2023, por ambiente	67
Tabela 7. Royalties distribuídos em 2023 (Em bilhões de reais).....	69
Tabela 8. Participação especial distribuída em 2023 (Em bilhões de reais).....	69
Tabela 9. Pagamentos a proprietários de terra em 2022, acumulado (agosto de 2022 a julho de 2023)	70
Tabela 10. Comparativo de instalações autorizadas à produção de etanol	75
Tabela 11. Valores aproximados para a capacidade de produção autorizada (em milhares de m ³ por dia)....	75
Tabela 12. Autorizações Outorgadas de 2021 a 2023	76
Tabela 13. Processos de Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte	79
Tabela 14. Autorização de Exercício de Atividade (AEA)	81
Tabela 15. Autorizações de Exercício de Atividade (AEA Filial)	82
Tabela 16. Autorização de Operação (AO).....	82
Tabela 17. Licenças de Importação por Produto.....	82
Tabela 18. Comparação entre o número de ações de fiscalização realizadas em 2022 e 2023	85
Tabela 19. Ações de fiscalização realizadas em 2023	90
Tabela 20. Dados de qualidade, por tipo de produto.....	94
Tabela 21. Marcação de Solventes (até novembro/2023)	95
Tabela 22. Comparação de Solventes Marcados e Não Marcados (até novembro/2023)	95

Tabela 23. Números de ações de fiscalização, de autos de infração e de interdição, por segmento, no Brasil.....	99
Tabela 24. Dados técnicos entregues à ANP	106
Tabela 25. Receita obtida com o acesso aos dados técnicos.....	106
Tabela 26. Publicações em Números	111
Tabela 27. Distribuição dos saldos orçamentários iniciais da ANP na LOA 2023, em milhões de reais.....	116
Tabela 28. Dotação e execução de despesas por agregador 2023 x 2022, em milhões de reais	117
Tabela 29. Elemento de despesa: Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos, em milhões de reais	118
Tabela 30. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	119
Tabela 31. Execução orçamentária por Programas e Ações Orçamentárias da ANP autorizados na LOA, em milhões de reais.....	120
Tabela 32. Receita orçamentária líquida, em milhões de reais	121
Tabela 33. Dotação e execução das ações orçamentárias sob supervisão da ANP, em milhões de reais..	122
Tabela 34. Acompanhamento da arrecadação de multas – quantidade	123
Tabela 35. Acompanhamento da arrecadação de multas – valores	124
Tabela 36. Acompanhamento da arrecadação de multas – arrecadação efetiva.....	125
Tabela 37. Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário	125
Tabela 38. Quantitativo de licitações, afastamentos e contratos (e ajustes decorrentes) formalizados pela ANP.....	128
Tabela 39. Valores de Bens Patrimoniais no ERJ	131
Tabela 40. Valores de Bens de Estoque do ERJ	131
Tabela 41. Valores de Bens Patrimoniais no EDF	132
Tabela 42. Valores de Bens de Estoque do EDF	132
Tabela 43. Quantitativo de Servidores por Situação Funcional	134
Tabela 44. Distribuição de Servidores do Quadro Efetivo em exercício na ANP	135
Tabela 45. Distribuição dos servidores por gênero.....	135
Tabela 46. Distribuição dos servidores por faixa etária.....	135
Tabela 47. Quantitativo de servidores com deficiência.....	135
Tabela 48. Distribuição dos servidores por etnia.....	136
Tabela 49. Distribuição dos servidores por Unidade Federativa.....	136
Tabela 50. Distribuição por Faixa Salarial e Situação Funcional dos Servidores pela ANP	136
Tabela 51. Distribuição por Faixa Salarial dos Servidores ativos pagos pela ANP	137
Tabela 52. Perfil dos servidores e empregados públicos em exercício na ANP	137
Tabela 53. Cargos comissionados privativos de servidores	138
Tabela 54. Cargos de livre nomeação	139
Tabela 55. Distribuição de cargos comissionados por gênero	139
Tabela 56. Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos	139
Tabela 57. Dotação e Execução de Despesas com Pessoal – ANP.....	140
Tabela 58. Contratações mais relevantes de recursos de TI.....	146
Tabela 59. Número de atendimentos, por sistema, pela equipe de sustentação.....	147

Figura 1. Identificação da Unidade	15
Figura 2. Localização ANP	15
Figura 3. Atribuições da ANP	16
Figura 4. O mercado regulado	17
Figura 5. Organograma	18
Figura 6. Modelo de governança da ANP	19
Figura 7. Cadeia de Valor	25
Figura 8. Detalhamento da Cadeia de Valor	26
Figura 9. Modelo de Negócios da ANP	27
Figura 10. Temas de materialidade	29
Figura 11. Detalhamento da materialidade.....	30
Figura 12. Mapa Estratégico.....	40
Figura 13. Projetos de Avaliação Geoeconômica previstos no Calendário Estratégico de Avaliações Geológica e Econômica	60
Figura 14. Variação do quantitativo de Agentes 2023/2022.....	81
Figura 15. Sistema SISROC.....	107
Figura 16. Portal GeoMapsANP.....	107

Mensagem do Dirigente Máximo

Se até o conflito no leste europeu o foco global na transição energética parecia descuidar da necessidade de garantia do suprimento, que se torna central com a sua eclosão, o ano de 2023 parece ter marcado uma reacomodação mais balanceada no setor energético entre os vetores do trilema segurança do abastecimento, custos e meio ambiente.

No Brasil, as medidas adotadas nos últimos anos para tornar o setor mais atraente em meio a uma maior competição por investimentos continuaram a demonstrar resultados positivos. No que diz respeito aos blocos sob contrato, foram perfurados 22 poços exploratórios no ano anterior, sendo 5 em áreas marinhas e 17 em terra. A produção, por sua vez, aumentou de uma média de 3,9 milhões de barris de petróleo equivalente por dia em 2022 para 4,3 milhões de barris por dia em 2023, chegando a 4,7 milhões em dezembro do mesmo ano.

Durante esse período, a ANP também colocou à disposição áreas para exploração e produção em dois processos de licitação: o 4º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de concessão e o 2º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de partilha de produção. Isso resultou na aquisição de 192 blocos exploratórios por 15 licitantes vencedores, com um bônus de assinatura totalizando R\$ 421,7 milhões, representando um ágio de 179,69%, e investimentos mínimos em programas exploratórios da ordem de R\$ 2 bilhões. Além disso, na mesma sessão pública, a área com acumulações marginais de Japiim foi arrematada por R\$ 165 mil em bônus de assinatura e um programa de trabalho inicial no valor de R\$ 1,2 milhão. No modelo de partilha de produção, o bloco de Tupinambá foi arrematado, com um excedente em óleo ofertado para a União de 6,50%, representando um ágio de 33,20% sobre o percentual mínimo determinado. O bônus de assinatura foi de R\$ 7 milhões, com previsão de investimentos mínimos em atividades exploratórias de R\$ 360 milhões.

A importância do setor de petróleo e gás natural se reflete na arrecadação significativa que proporciona para a execução de políticas públicas pela União, estados e municípios. Somente em

royalties, a ANP registrou R\$ 53,65 bilhões, distribuídos mensalmente para a União, onze estados e cerca de mil municípios, além de outros estados e municípios indiretamente por meio do Fundo Especial. No que diz respeito às participações especiais, foram apurados R\$ 41,93 bilhões, com R\$ 38,73 bilhões distribuídos diretamente para a União, nove estados e cinquenta e um municípios, e R\$ 3,2 bilhões depositados judicialmente. Ademais, a ANP também registrou dispêndios de R\$ 9,3 bilhões em bens e serviços nacionais usados pelas empresas do setor para exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, além de aprovar 92 cessões de direitos sobre contratos de exploração e produção, demonstrando a contínua atividade dos agentes em busca de oportunidades de investimento em áreas já concedidas.

O mercado de gás natural também continua a responder positivamente às medidas adotadas para sua abertura e aumento de competitividade. Durante 2023, a ANP promoveu a padronização gradual dos contratos de transporte e oferta de produtos, garantindo acesso isonômico e não discriminatório à infraestrutura integrada de transporte e aumentando a flexibilidade na contratação de transporte no mercado brasileiro de gás. Isso resultou em 420 contratos de transporte assinados, em comparação com 189 no ano anterior, incluindo Contratos Master, Contratos de Transporte Firme e Contratos de Transporte Extraordinário, com oferta de 16 produtos distintos. Além disso, houve facilitação do acesso livre aos gasodutos de transporte e aumento da liquidez no mercado nacional de gás natural. Atualmente, 41 carregadores distintos contratam no regime de entradas e saídas, mostrando uma tendência contínua de entrada de novos usuários na rede de transporte, contra apenas 29 em 2022.

Também em 2023, a ANP autorizou a aquisição de dados por meio da perfuração de um poço estratigráfico terrestre com vistas à avaliação geológica de potencial de uso para futuras atividades de armazenamento de CO₂, contribuindo para a futura materialização de projetos de captura e armazenamento de carbono no País – uma atividade que se revela cada vez mais promissora no contexto de transição energética.

No segmento de combustíveis, aproximadamente 130 bilhões de litros foram comercializados em 2023, atendendo mais de 100 milhões de consumidores. Houve também um aumento nas ações de fiscalização, com 21.249 ações em todo o país, resultando em 4.928 autos de infração em 3.890 empresas. Os dados do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis apontam um Índice Nacional de Conformidade de 97,40%, evidenciando a eficácia da fiscalização na garantia da qualidade dos combustíveis comercializados no Brasil.

Na regulação, de modo amplo, a ANP emitiu 51 resoluções no ano passado ao passo que revogou 95 regulamentos, não apenas diminuindo a quantidade de normas em vigor, mas também consolidando a regulamentação e, consequentemente, aliviando o ônus regulatório.

Esses e outros dados e resultados obtidos pela ANP em 2023 estão detalhados neste relatório de gestão, cujo processo de construção foi realizado a partir da aplicação do pensamento coletivo, focando na geração de valor, tanto para as áreas finalísticas como as de suporte, para garantia da

missão institucional da ANP. Foram realizadas reuniões prévias à preparação deste relatório para captação dos resultados de gestão, assim como foram identificados os temas de materialidade e agrupados os relatos pelas cadeias de valor da ANP. O documento também incluiu as peças obrigatórias constantes da Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020. A construção do relatório de forma participativa e baseado nas cadeias de valor da ANP, assim como a apresentação das peças obrigatórias, garante sua integridade.

Para 2024, os principais desafios da Agência incluem continuar atraindo investimentos para a exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, avançar na agenda regulatória relacionada ao Novo Mercado de Gás e garantir uma transição segura no setor de abastecimento de combustíveis, visando a formação de mercados mais abertos, dinâmicos e competitivos, com foco nos interesses dos consumidores quanto à oferta e preços dos produtos.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
DIRETOR-GERAL



1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1. VISÃO ORGANIZACIONAL

Figura 1. Identificação da Unidade



Localização

A ANP tem sede e foro no Distrito Federal, onde está localizado seu Escritório-Sede, Escritório Central na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e Núcleos

Regionais de Fiscalização nas cidades de Manaus (AM), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Figura 2. Localização ANP



Finalidade e Marcos Legais da ANP

Figura 3. Atribuições da ANP



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. Sua competência institucional está estabelecida na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), regulamentada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.








Desde a edição da Lei do Petróleo, as competências da ANP foram ampliadas por meio de outros dispositivos legais. Além de atribuições quanto à regulação do biodiesel, introduzidas no ano de 2005, por meio da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, no período de 2009 a 2011, a Lei do Petróleo foi alterada para atribuir à ANP novas competências relativas ao gás natural (inicialmente, pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, revogada pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021), ao marco legal da exploração e produção

de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos (Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010) e aos biocombustíveis (Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011).

A Agência integra a Administração Federal indireta, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e submetida ao regime autárquico especial. É o órgão encarregado de regular não somente a indústria do petróleo e seus derivados, mas também as indústrias do gás natural e dos biocombustíveis, atuando nos segmentos de exploração e produção de petróleo e de gás natural, na distribuição de royalties e participações especiais, no refino, no processamento de gás natural, na produção de biodiesel, no transporte e armazenamento, na distribuição e revenda de combustíveis, no monitoramento da qualidade de combustíveis e no levantamento de preços. Saiba mais [aqui](#).

Mercado Regulado

Figura 4. O mercado regulado

Concessionários de E&P: 	123 Concessionários
Gás Natural: 	7 Autoimportadores 2 Autoprodutores 50 Importadores 128 Carregadores 201 Comercializadores 5 Transportadores (gasodutos) 3 Exportadores de GNL
Movimentação: 	157 Empresas de navegação 2 Transportadores dutoviários 68 Operadores de oleodutos 3 Operadores de terminais de GNL 89 Operadores de terminais de líquidos
Fornecedores: 	19 Refinarias de Petróleo 15 Processadores de Gás Natural 355 Produtores de Etanol 60 Produtores de Biodiesel 6 Produtores de Biometano 3 Formuladores 4 Centrais Petroquímicas 19 Contratantes de Serviços 4 Produtores de Solventes 151 Produtores de Lubrificantes 14 Rerrefinadores de Lubrificantes 889 Agentes de Comércio Exterior
Distribuidores: 	185 Combustíveis Líquidos 20 GLP 8 Combustível de Aviação 21 Solventes 35 Asfaltos 5 GNL 28 GNC
Revendedores: 	44.107 Postos Revendedores de Combustíveis Líquidos 58.717 Revendedores de GLP 298 Revendedores de Aviação 488 TRR 46 TRR-NI 29 Coletores de Lubrificantes
Consumidores: 	20.683 Pontos de Abastecimento 134 Consumidores Industriais de Solventes

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

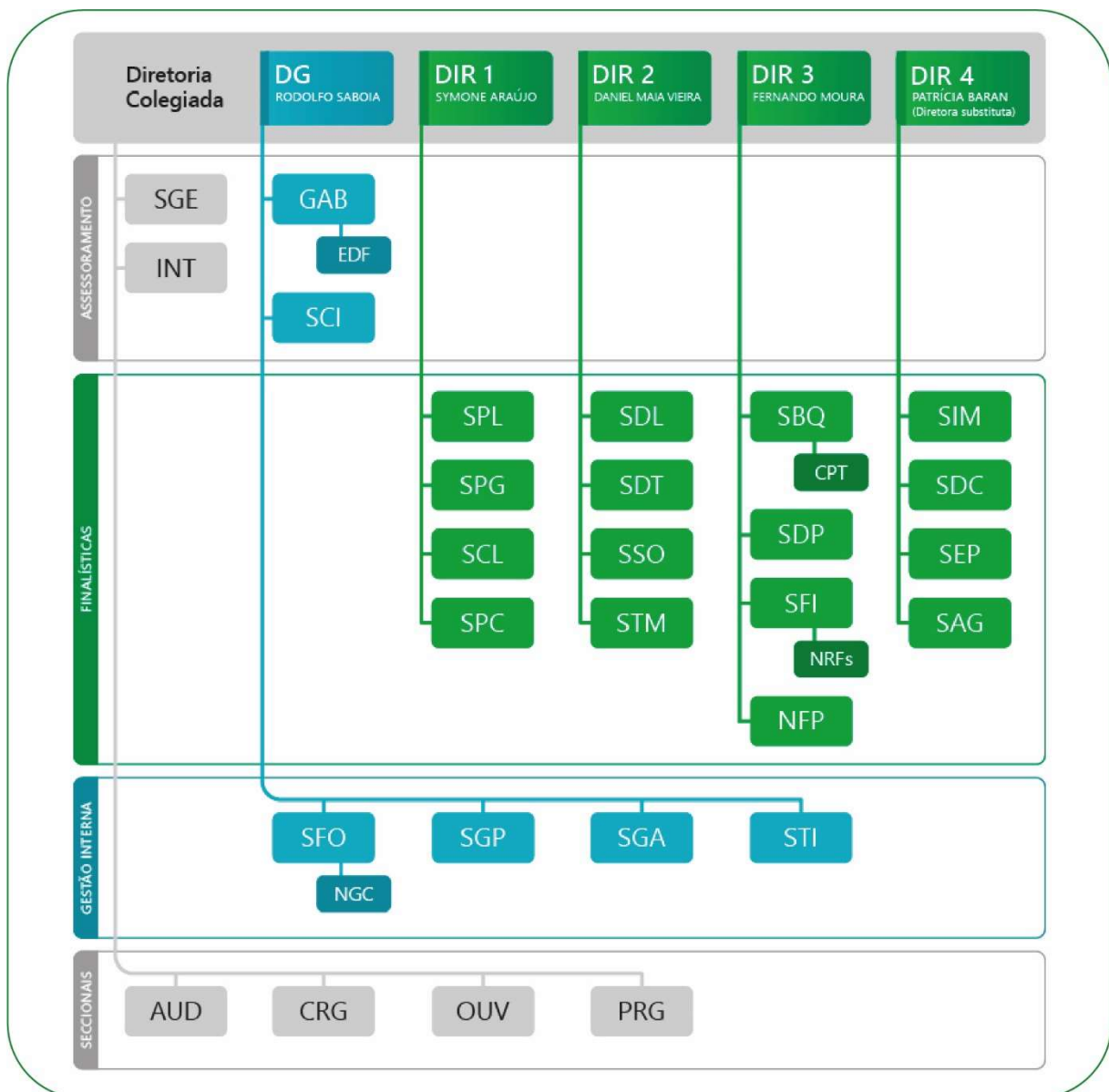
A Estrutura Organizacional da ANP é definida pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, que estabelece o Regimento Interno da Agência, por meio do qual, é possível compreender sua organização, composição e competências, bem como distribuição dos cargos e funções nas diversas unidades. É possível conhecer ainda o atual modelo de governança da Agência e seus principais instrumentos de gestão.

As unidades organizacionais da ANP se dividem em alta administração; unidades de assessoramento; unidades setoriais e seccionais; unidades de gestão interna; e unidades finalísticas.

As Diretorias técnicas têm sob sua supervisão unidades finalísticas. Os diretores são alocados em sistema de rodízio, com duração de 15 meses, conforme o Regimento Interno da ANP. As unidades de gestão interna estão vinculadas ao Diretor Geral, e as seccionais à Diretoria Colegiada, todas não sujeitas a rodízio. A Portaria nº 167, de 10 de março de 2023 estabelece a atual vinculação.

O organograma a seguir ilustra a estrutura organizacional da ANP e as vinculações das unidades organizacionais vigentes.

Figura 5. Organograma



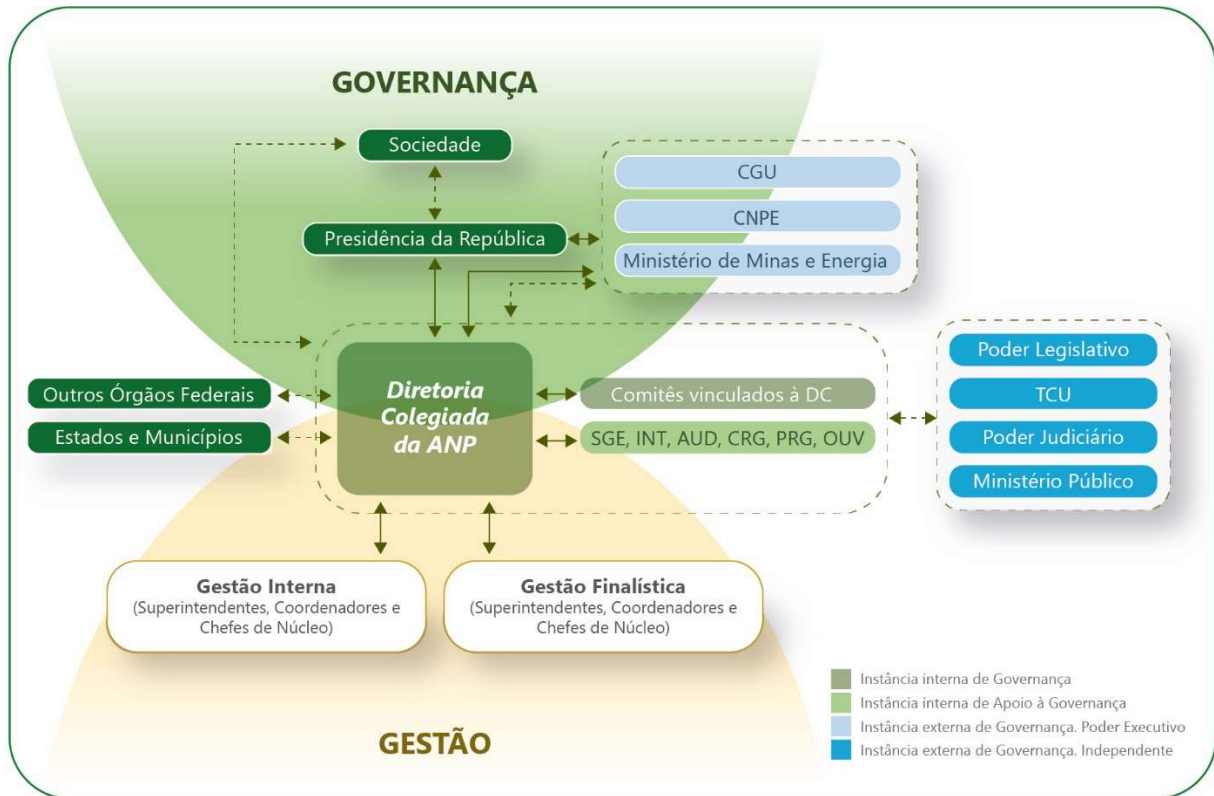
Os organogramas das unidades organizacionais da ANP estão disponíveis [aqui](#).

1.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da ANP é responsável pela definição e acompanhamento dos objetivos estratégicos da Agência, além de avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de

serviços de interesse da sociedade. A governança da ANP é exercida pela Diretoria Colegiada e pela linha hierárquica da Agência, com o apoio de diversos comitês e comissões.

Figura 6. Modelo de governança da ANP



Alta Administração

A Diretoria Colegiada é o órgão máximo da ANP, composta por cinco diretores, entre os quais o Diretor-Geral, nomeados nos termos do art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. As decisões da Diretoria Colegiada são tomadas em reuniões públicas ou por meio de circuitos

deliberativos eletrônicos, por maioria absoluta dos votos de seus membros.

As informações referentes às Reuniões de Diretoria e Circuitos Deliberativos estão disponíveis [aqui](#).

Diretoria Colegiada (composição 2023)**Diretoria Geral – DG**

Rodolfo Henrique de Saboia (RJ, 1955)
Decreto de nomeação: 06/11/2020.
Período de responsabilidade:
23/12/2020 a 22/12/2024.

**Diretoria I – DIR1**

Symone Christine de Santana Araújo
(SE, 1965)
Decreto de nomeação: 10/11/2020.
Período: 10/11/2020 a 27/03/2022.
Decreto de recondução: 18/04/2022.
Período: 18/04/2022 a 27/03/2027.

**Diretoria II – DIR2**

Daniel Maia Vieira (PE, 1983)
Decreto de nomeação: 18/04/2022.
Período de responsabilidade:
20/04/2022 a 10/10/2026.

**Diretoria III – DIR3**

Fernando Wandscheer de Moura Alves
(RJ, 1983)
Decreto de nomeação: 18/04/2022.
Período de responsabilidade:
20/04/2022 a 09/11/2026.

**Diretoria IV – DIR4**

Claudio Jorge Martins de Souza
(RJ, 1965)
Decreto de nomeação: 18/04/2022.
Período de responsabilidade:
18/04/2022 até 21/12/2023.



Conheça o currículo dos dirigentes da ANP [aqui](#).

Diretores Substitutos (composição 2023)

No final do ano de 2023, com o encerramento do mandato do Diretor Claudio Jorge Martins de Souza (21/12/2023), o servidor Luiz Henrique de Oliveira Bispo, designado na primeira vaga da lista

de substituição de que trata o art. 10 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, foi convocado para exercer interinamente o encargo de diretor substituto.

Diretor Substituto – 1ª vaga

Luiz Henrique de Oliveira Bispo
(RJ, 1982)
Decreto de designação: 01/02/2022.
Período de responsabilidade:
22/12/2023 até 31/01/2024 (DIR4).



Instâncias Internas de Apoio à Governança

As seguintes unidades se configuram como instâncias de apoio a governança da Agência: Auditoria Interna, Corregedoria, Inteligência, Ouvidoria, Procuradoria e Superintendência de Governança e Estratégia.

Suas respectivas atribuições estão descritas no [Regimento Interno da ANP](#).

Comitês e Comissões

Comitê de Avaliação dos Pedidos de Autorização de Instalações Não Integrantes de Áreas sob Contrato (CAINI) - instituído por meio da [Portaria ANP nº 334, de 30 de novembro de 2015](#), com o objetivo de avaliar solicitações de outorga de autorizações para construção e operação de instalações de produção não integrantes de áreas sob contrato de exploração e produção de petróleo e gás natural. Em 2023 o Comitê participou da análise de Declaração de Utilidade Pública para Desapropriação em Lagomar do Gasoduto Rota 2 e da análise para Autorização de Operação dos Trechos Ultrarraso e Terrestre do GR3 – Gasoduto Rota 3.

Comitê de Avaliação das Propostas de Parcerias (CAPP) – instituído por meio da [Resolução de Diretoria nº 909, de 11 de dezembro de 2001](#), regido atualmente pela [Portaria ANP nº 132, de 8 de julho de 2022](#), tem o objetivo de avaliar e recomendar à Diretoria Colegiada da ANP a aprovação ou a denegação dos seguintes pedidos relativos aos contratos de concessão ou de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural: cessão; mudança de operadora; substituição e isenção da garantia de performance; e mudança de concessionária ou contratada decorrente de fusão, cisão ou incorporação. Em 2023 o Comitê atuou no âmbito de 14 processos administrativos associados a 32 contratos de E&P, dos quais 13 contratos estavam na fase de exploração. Foram incorporados às análises, aspectos associados ao descomissionamento de instalações como elemento para auxílio à tomada de decisão em relação aos pleitos de cessão de contratos de E&P.

Comitê Gestor de Capacitação (CGC) – instituído por meio [Portaria ANP nº 183, de 29 de agosto de 2006](#), e regido atualmente pela [Portaria ANP nº 207, de 1º de julho de 2020](#), tem o objetivo de analisar, discutir e propor os procedimentos e normas referentes às atividades de capacitação dos servidores da ANP, incluindo a definição de critérios de priorização de demandas e de seleção de servidores para participação em ações de

capacitação de longa duração, a elaboração, a execução, o monitoramento e a prestação de contas do Plano de Desenvolvimento de Pessoas à Diretoria Colegiada. Em 2023 foram realizadas 2 revisões do PDP 2023, aprovado o PDP 2024 e analisadas 5 solicitações de participação em cursos de longa duração sem investimento por parte da ANP.

Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) - instituído por meio da [Portaria ANP nº 35, de 11 de agosto de 2021](#), com o objetivo de auxiliar a Diretoria Colegiada na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados de governança, riscos e controles internos. Em 2023 o comitê aprovou atualizações no Plano de Gestão de Riscos da ANP (PGR) e no Plano de Integridade da ANP, além de propor ajustes à lista de processos selecionados da nova hierarquia da ANP.

Comitê de Planejamento Integrado do Downstream - instituído por meio da [Portaria ANP nº 232, de 21 de julho de 2016](#), com o objetivo de estabelecer mecanismos visando à padronização do planejamento e da execução das ações de fiscalização no *downstream*, bem como consolidar relatórios de resultados setoriais para apresentação semestral à Diretoria Colegiada.

Comitê de Planejamento Integrado do Upstream - instituído por meio da [Portaria ANP nº 234, de 21 de julho de 2016](#), com o objetivo de estabelecer mecanismos visando à padronização do planejamento e da execução das ações de fiscalização no *upstream*, bem como consolidar relatórios de resultados setoriais para apresentação semestral à Diretoria Colegiada. Em 2023 apresentou nota técnica com os resultados de fiscalização no ano de 2022 e o Plano Anual de Fiscalização do Upstream de 2024.

Comitê Permanente Multidisciplinar dos Editais e Contratos de E&P - instituído por meio da [Portaria ANP nº 37, de 30 de janeiro de 2017](#), com objetivo de fornecer subsídios relativos à revisão e aprimoramentos de editais e contratos para

licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural. Em 2023, houve a atualização das minutas do edital e contrato para a Oferta Permanente de Partilha (OPP).

Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) - instituído por meio da Portaria ANP nº 374, de 21 de dezembro de 2012, com o objetivo de apoiar a Diretoria Colegiada na tomada de decisão em matérias que envolvam tecnologia da informação. Em 2023, atuou na avaliação das demandas de desenvolvimento para priorização, com o objetivo de sanar as lacunas deixadas pelos sistemas descontinuados, ainda como consequência do incidente ocorrido em agosto de 2022. Além disso, o Comitê continuou desempenhando papel relevante ao dirimir questionamentos acerca das tecnologias adotadas institucionalmente, levando em conta as boas práticas de organização do parque tecnológico, a fim de manter qualidade e economia de escala, sem renunciar a suporte e manutenção adequados à continuidade do serviço da ANP. Ainda em 2023, foi aprovada a Metodologia de Desenvolvimento do Novo Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção - SIGEP (Novo SIGEP) e o Relatório de Dados Abertos referente ao ano de 2023.

Comitê de Transparência e de Segurança da Informação e Comunicações (CTSI) - instituído por meio da Portaria ANP nº 59, de 2 de abril de 2009, e regido atualmente pela Portaria ANP nº 102, de 1º de fevereiro de 2022, tem o objetivo de coordenar as ações de segurança da informação e comunicação da ANP. No ano de 2023 foram realizadas ações para reforço da segurança cibernética da Agência, com participação no Exercício do Guardião 5.0, evento promovido anualmente pelo Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber); com a necessidade de comunicação para permissão de autenticação fora do país; e o Plano de Gestão de Incidentes. A ANP evoluiu com a publicação da Instrução Normativa da Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) da ANP e da Portaria de instituição da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta à Incidentes Cibernéticos (ETIR) da Agência, em atendimento aos normativos do Gabinete Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Iniciados no final de 2023, encontram-se em andamento a adesão à Rede Federal de Gestão de Incidentes (Regic), com previsão de conclusão no início de 2024 e implementação do Programa de Privacidade e Segurança da

Informação (PPSI), promovido pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), com o primeiro ciclo (1 de 7 planejados pela SGD) de diagnóstico, priorização e tratamento de medidas de privacidade e segurança da informação. Merece destaque, nesse contexto, a aprovação do Plano de Conscientização e Capacitação em Privacidade, como parte da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na ANP.

Comitê de Monitoramento de Crise de Desabastecimento de Combustíveis (CMCDC) - instituído por meio da Portaria ANP nº 64, de 3 de novembro de 2021, com o objetivo de monitorar e acompanhar crises em casos de risco iminente de desabastecimento de combustíveis, no âmbito da ANP, assessorando e atuando como agente integrador das unidades organizacionais, monitorando as ações relacionadas a crises de desabastecimento e assessorando a Diretoria Colegiada na tomada de decisões, entre outras atribuições. Durante o ano de 2023 foram monitoradas 9 situações que afetaram ou ameaçaram a normalidade do abastecimento nacional de combustíveis.

Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD) - instituída por meio da Portaria ANP nº 235, de 25 de outubro de 2006, e regida atualmente pela Portaria ANP nº 347, de 3 de dezembro de 2012, tem o objetivo de coordenar o processo de avaliação de desempenho, julgar, em última instância, o recurso interposto pelo servidor relativo à concessão de gratificação de desempenho, de progressão e promoção ou estágio probatório e emitir parecer sobre o resultado final da avaliação de desempenho para fins de aprovação em estágio probatório.

Comissão de Ética da ANP (CEA) - instituída por meio da Portaria ANP nº 231, de 7 de agosto de 2003, e regida atualmente pela Portaria ANP nº 270, de 1º de dezembro de 2011, tem o objetivo de zelar pelo cumprimento do Código de Ética da ANP, educando, orientando e aconselhando os agentes públicos sobre o padrão de conduta ética e disciplinar, além de atender a consultas e avaliações de questões puramente éticas. No período de 2023 a CEA orientou e encaminhou relatos recebidos ao sistema de Ouvidoria da ANP, para tratamento pelas instâncias competentes. Atuou ainda com sua permanente campanha

educativa, enviando comunicados mensais, sobre temas ligados a ética, integridade e valores no serviço público aplicados ao dia a dia na ANP. Participou de debates com as outras unidades que compõem a Estrutura de Governança da ANP, focando em melhorar o fluxo de acolhimento de denúncias e de consultas sobre conflitos de interesse. Iniciou a revisão do Código de Ética da Agência, incluindo ajustes para melhor atender às recomendações do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo - instituída por meio da Resolução Conjunta ANEEL, ANATEL e ANP nº 2, de 27 de março de 2001, e regida atualmente pela Resolução Conjunta ANEEL, ANATEL e ANP nº 3, de 24 de novembro de 2020, tem o objetivo de apreciar conflitos surgidos entre agentes exploradores de serviços públicos de energia elétrica, prestadores de serviços de telecomunicações de interesse coletivo e agentes exploradores de serviços de transporte dutoviário de petróleo, seus derivados e gás natural, em matéria de aplicação e interpretação do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, quando das negociações e da execução de contratos, objetivando assegurar a ampla, livre e justa competição e os benefícios aos usuários dos serviços.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) - instituída por meio da Portaria ANP nº 295, de 12 de dezembro de 2001, e regida atualmente pela Portaria ANP nº 218, de 21 de julho de 2020, com o objetivo de elaborar e orientar a aplicação do Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, relativos às atividades da ANP, e coordenar as atividades relacionadas à destinação final dos documentos na Agência.

Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho Institucional (CADI) - instituída por meio da Portaria ANP nº 229, de 11 de outubro de 2006, e regida atualmente pela Portaria ANP nº 45, de 31 de janeiro de 2019, tem o objetivo de coordenar a elaboração das metas globais da ANP, em cumprimento do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, bem como a apuração dos

resultados e a publicidade dos atos. Esse grupo de trabalho foi encerrado em julho de 2023.

Comissão Permanente de Licitação - instituída por meio da Portaria ANP nº 203, de 15 de agosto de 2023, com o objetivo de conduzir, os procedimentos licitatórios previstos em lei.

Comissão Especial de Licitação - instituída por meio da Portaria ANP nº 217, de 1º de novembro de 2023, com o objetivo de conduzir o procedimento licitatório na modalidade de Concorrência do tipo técnica e preço, relativo à contratação dos serviços de comunicação corporativa, previstos na Instrução Normativa nº 04, de 20 de abril de 2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.

Comissão Especial de Licitação da Oferta Permanente Concessão - regida pela Portaria ANP nº 291, de 19 de julho de 2018 e atualmente composta pelos membros indicados na Portaria ANP nº 187, de 28 de junho de 2023, tem como objetivo conduzir, na sua fase externa, as licitações para a outorga de contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural em blocos exploratórios, blocos com descobertas ou campos e áreas inativas contendo acumulações marginais em regime de oferta permanente. Em 2023, a Comissão deu andamento às atividades relacionadas ao 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, cuja sessão pública de apresentação de ofertas ocorreu no dia 13 de dezembro de 2023. Foi arrematada a área com acumulações marginais de Japiim, localizada na bacia do Amazonas, totalizando uma área de 57,29 km², com bônus ofertado foi de R\$ 165.000,00 e programa de trabalho inicial na ordem de R\$ 1,2 milhões, e 192 (centro e noventa e dois) blocos exploratórios localizados nas bacias de Pelotas, Potiguar, Santos, Paraná, Espírito Santo, Tucano, Amazonas, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, totalizando uma área de 47.143,86 km². O total de bônus ofertado foi de R\$ 421.712.292,83 e a previsão do investimento mínimo na fase de exploração é de R\$ 2.012.660.000,00.

Comissão Especial de Licitação da Oferta Permanente Partilha da Produção - regida pela Portaria ANP nº 375, de 7 de agosto de 2017 e atualmente composta pelos membros indicados na Portaria ANP nº 186, de 28 de junho de 2023, tem como objetivo conduzir, na sua fase externa, as licitações para a outorga de contratos de partilha de produção Partilha de Produção para atividades

de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas do pré-sal ou estratégicas em regime de oferta permanente. Em 2023, a Comissão deu andamento às atividades relacionadas ao 2º Ciclo da Oferta Permanente da Partilha da Produção, cuja sessão pública de apresentação de ofertas também ocorreu no dia 13 de dezembro de 2023. Neste certame foi arrematado 1 bloco exploratório (Bloco Tupinambá) localizados na bacia de Santos, totalizando uma área de 3.056,36 km². O percentual de excedente em óleo ofertado para a União foi de 6,50%, representando um ágio de 33,20% sobre o percentual do excedente em óleo mínimo determinado, o bônus de assinatura correspondente é de R\$ 7.047.000,00 e a previsão do investimento mínimo na fase de exploração é de R\$ 360.000.000,00.

Grupo de Trabalho de Qualidade do Gás Natural - instituído pela Portaria ANP nº 36, de 16 de agosto de 2021, com o objetivo de elaborar Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre as variações dos limites de hidrocarbonetos presentes na composição do gás natural e seus efeitos econômicos para o mercado, a fim de subsidiar a revisão da Resolução ANP nº 16, de 17 de junho de 2008. Em dezembro de 2023, foi finalizado o relatório de AIR com alternativas regulatórias e encaminhado para deliberação de Diretoria Colegiada da ANP.

Grupo de Trabalho sobre o Acesso às Infraestruturas Essenciais de Gás Natural - instituído pela Portaria ANP nº 116, de 19 de abril de 2022, com o objetivo de elaborar regulamentação com as diretrizes e princípios do acesso negociado e não discriminatório dos terceiros interessados às instalações essenciais (gasodutos de escoamento da produção, instalações de tratamento ou processamento de gás natural e terminais de GNL, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021. Foi concluída a Nota Técnica Conjunta, contendo o estudo prévio do tema e em maio de 2023 emitido Relatório da Consulta Prévia. Em dezembro de 2023, foi finalizado o Relatório de AIR e encaminhado para deliberação de Diretoria Colegiada da ANP.

Grupo de Trabalho para debater e definir a estratégia da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no âmbito do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2) - instituído pela Portaria ANP nº 148, de 19 de outubro de 2022, com prazo de conclusão

prorrogado pela Portaria ANP nº 173, de 10 de abril de 2023, tem como objetivo de captar, com a Diretoria Colegiada, o direcionamento da estratégia a ser seguida pela ANP no âmbito do PNH2; apresentar propostas e produtos que venham a ser elaborados no âmbito do Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2) à Diretoria Colegiada e às unidades organizacionais participantes; subsidiar a representação da ANP no Coges-PNH2, bem como em todos os demais comitês, comissões ou grupos de trabalho institucionais de caráter decisório que venham a ser constituídos e relacionados ao uso do hidrogênio como vetor energético; e identificar as atribuições da ANP, na estratégia de desenvolvimento de um novo mercado de Hidrogênio no Brasil no âmbito do PNH2.

Grupo de Trabalho do monitoramento da situação da interdição das instalações do Polo Bahia - instituído pela Portaria ANP nº 158, de 13 de janeiro de 2023 com o objetivo de elaborar a estratégia para o retorno da produção do Polo Bahia Terra, cronograma de retorno à operação e monitorar a evolução do saneamento dos desvios críticos e dos impactos da interdição no mercado. Em 2023 foi realizada a desinterdição de 38 instalações que compõem o Polo Bahia Terra. Com isso, foi retomado cerca de 32% da produção terrestre de petróleo e gás natural no estado da Bahia, com 1,3 mil m³/dia de petróleo e 373,2 mil m³/dia de gás natural. Esse grupo de trabalho foi encerrado em julho de 2023.

Grupo de Trabalho para implementação do marco regulatório da Captura, Uso e Estocagem de Carbono (Carbon Capture, Utilisation and Storage – CCUS) - A Resolução de Diretoria nº 631, de 23 de novembro de 2023 determinou a execução de estudo de implementação do marco regulatório de CCUS. Esse estudo visa discutir temas específicos pertinentes à competência institucional da ANP no tema e o levantamento de necessidades regulatórias para implementação do CCUS no Brasil.

Grupo de Trabalho de aprimoramento do combate às fraudes no mercado de combustíveis - instituído pela Portaria ANP nº 170, de 13 de março de 2023, cujo objeto foi discutir e recomendar à Diretoria Colegiada o aprimoramento das ações da ANP no combate às fraudes no mercado de combustíveis. O GT concluiu relatório preliminar que configura documento classificado encaminhado à alta administração e gestores das áreas envolvidas.

1.4. CADEIA DE VALOR

O modelo de negócios da ANP é baseado em sua cadeia de valor, que representa graficamente o conjunto de processos executados pela Agência

para geração de valor à sociedade e ao mercado regulado.

Figura 7. Cadeia de Valor

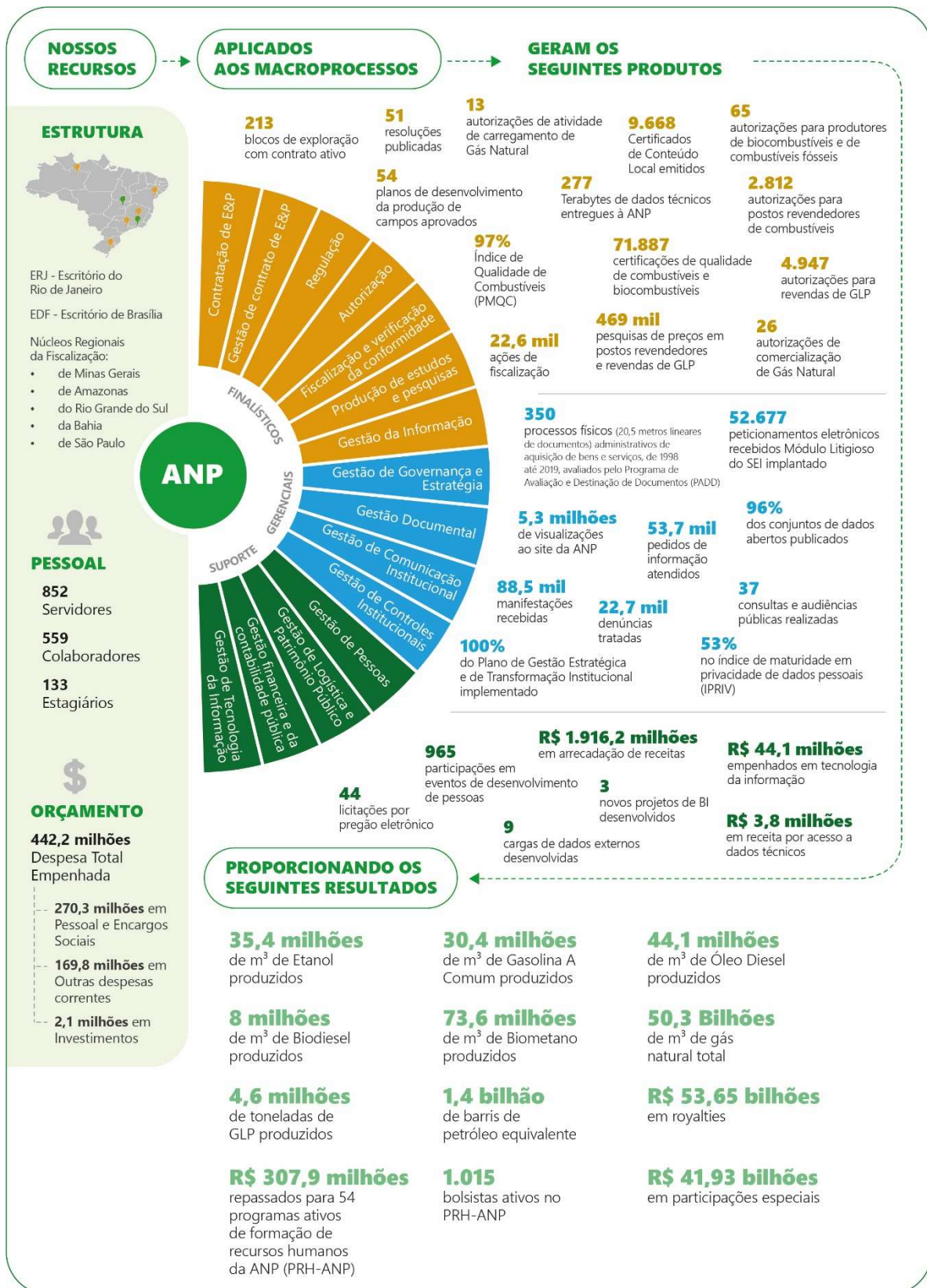


Figura 8. Detalhamento da Cadeia de Valor



Modelo de Negócios

Figura 9. Modelo de Negócios da ANP



1.5. AMBIENTE EXTERNO

Cenário Internacional

Segundo o Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis de 2023, publicado pela ANP, as reservas provadas mundiais de petróleo atingiram a marca de 1,7 trilhão de barris em 2020. O Brasil ocupou a 16ª posição no ranking mundial de reservas provadas de petróleo, com um volume de 11,9 bilhões de barris.

As reservas provadas mundiais de gás natural somaram 188,1 trilhões de m³. O Brasil ocupou a 33ª colocação do ranking das maiores reservas provadas de gás natural do mundo, com 350 bilhões de m³.

O volume anual de petróleo produzido no mundo em 2022 subiu 4,2% em relação a 2021, passando de 88,1 milhões de barris/dia para 93,8 milhões de barris/dia. O Brasil se situou na 9ª posição, totalizando 3,1 milhões de barris/dia (3,3% do total mundial).

A produção mundial de gás natural alcançou 4 trilhões de m³ em 2022, uma queda de 0,2% em relação a 2021. O Brasil ficou na 31ª posição no

ranking mundial de produtores de gás natural, com produção de 23 bilhões de m³ (0,6% do total mundial).

O consumo mundial de petróleo totalizou 97,3 milhões de barris/dia em 2022, crescimento de 3,1% em comparação com 2021. O Brasil manteve-se no nono lugar, com consumo de cerca de 2,5 milhões de barris/dia (2,6% do total mundial).

Em relação ao gás natural, o consumo global apresentou queda de 3,1%, alcançando o volume aproximado de 3,9 trilhões de m³. O Brasil registrou queda de 20,8%, totalizando 32 bilhões de m³ (0,8% do total mundial), e ocupou a 29ª posição no ranking de maiores consumidores de gás natural.

A capacidade efetiva de refino de petróleo instalada no mundo alcançou 101,9 milhões de barris/dia. O Brasil ocupou o nono lugar no ranking, com capacidade de refino de 2,3 milhões de barris/dia (2,3% da capacidade mundial).

Tabela 1. Cenário Internacional

	Reservas Provadas		Volume Anual Produzido		Consumo		Capacidade Efetiva de Refino Instalada (MMbbl/dia)
	Gás Natural (MMm ³)	Petróleo (MMbbl)	Gás Natural (MMm ³)	Petróleo (MMbbl/dia)	Gás Natural (MMm ³)	Petróleo (MMbbl)	
Mundial	188.064.517	1.732.373	4.043.760	93,8	3.941.500	97,3	101,9
Brasil	338.819	11.932	23.000	3,1	32.000	2,5	2,3
Posição do Brasil Ranking Mundial	33°	16°	31°	9°	29°	9°	9°

Cenário Nacional e Atuação da ANP

Em 2023, a produção nacional de petróleo apresentou alta de 12,6% na comparação anual, atingindo 1,2 bilhão de barris (média de 3,4 milhões de barris por dia). No pré-sal, a produção chegou a 949 milhões de barris, atingindo a média de 2,6 milhões de barris/dia, representando 76,4% da produção nacional total.

A produção nacional de gás natural em 2023 aumentou 8,6%, totalizando 54,7 bilhões de m³ por dia, com crescimento médio de 6,2% ao ano, nos últimos 10 anos. A produção no pré-sal atingiu quase 40,1 bilhões de m³, representando 74,7% da produção total.

No mercado do refinados, as vendas nacionais pelas distribuidoras dos principais derivados de Os índices de conformidade dos combustíveis no Brasil refletem os investimentos feitos pela ANP na fiscalização do abastecimento e apresentam hoje padrões internacionais.

petróleo totalizaram 133,5 milhões de m³ em 2023, alta de 4,7% em relação ao ano anterior.

A produção de biodiesel alcançou 7,5 milhões de m³ em 2023, crescimento de 20,4% em relação a 2022. A produção de etanol (anidro e hidratado) totalizou 35,4 milhões de m³, com alta de 15,1 em relação a 2022.

1.6. DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A ANP determinou a materialidade das informações que compõem este Relatório de Gestão por meio da Portaria ANP nº 221, de 14 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a sua elaboração e das demais peças necessárias à prestação de contas da Agência referente ao exercício de 2023.

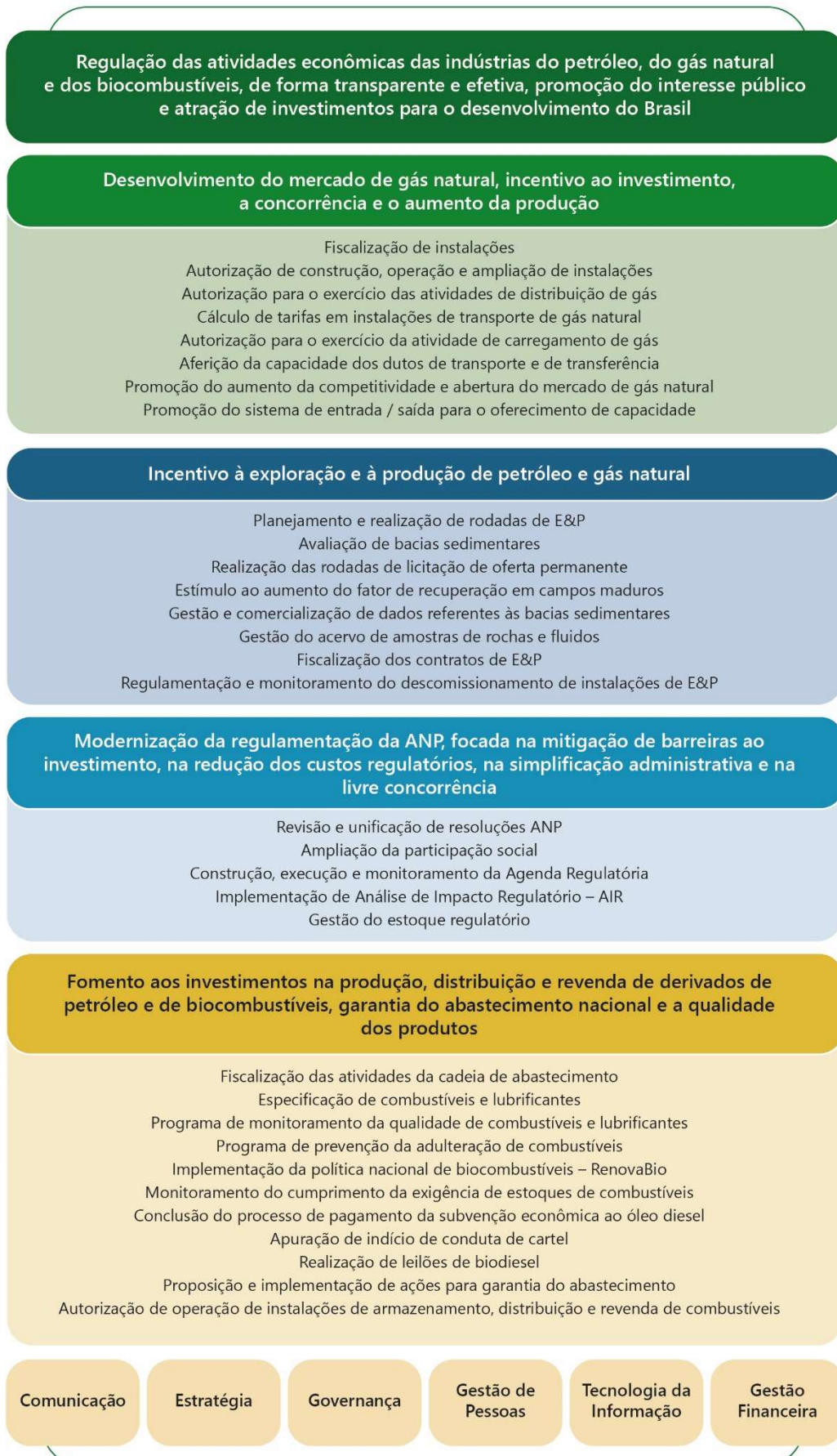
Os temas e resultados incluídos neste relatório foram apresentados pelas unidades

organizacionais da ANP, a partir da relação com seus objetivos estratégicos para o ciclo 2021–2024. Considerou-se ainda os temas que podem afetar a capacidade da ANP de gerar entregas e valor à sociedade, além de cumprir sua missão junto à sociedade e ao mercado regulado, conforme os valores públicos de sua Cadeia de Valor.

Figura 10. Temas de materialidade



Figura 11. Detalhamento da materialidade





2

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



2. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos é a arquitetura de princípios, objetivos, estruturas, competências e processos necessária para o gerenciamento eficaz dos riscos identificados. A ANP orienta suas ações de gestão de riscos e integridade segundo os seguintes normativos:

- [Portaria ANP nº 35, de 11 de agosto de 2021](#), que estabelece a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI);
- Metodologia de Gestão de Riscos da ANP - [Leia aqui sobre a Metodologia de Gestão de Riscos da ANP](#);
- [Portaria ANP nº 41, de 31 de janeiro de 2019](#), que designou a SGE, então Secretaria Executiva, como Unidade de Gestão da

Integridade, em cumprimento à Portaria CGU nº 57, de 4 de janeiro de 2019;

- Plano de Integridade da ANP - [Leia aqui o Plano de Integridade da ANP](#).

Criado pela Portaria ANP nº 435, de 9 de novembro de 2018, o Comitê de Governança, Riscos e Controles é regido atualmente pela [Portaria ANP nº 35, de 11 de agosto de 2021](#). Os registros das reuniões estão disponíveis [aqui](#).

Até o momento a ANP aplicou a Metodologia e Gestão de Riscos (MGR) a 24 processos institucionais da sua hierarquia de processos anterior, com acompanhamento direto e suporte metodológico da equipe de Gestão de Riscos.

Estrutura de Integridade Pública e Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

A ANP possui estrutura dedicada de Gestão de Integridade Pública e passou, a partir de novembro de 2022, a fazer parte do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. Compõem a estrutura de Integridade da ANP:

- Unidade de Gestão de Integridade indicada;
- Fluxo para verificação de situações de nepotismo definido;
- Comissão de Ética instituída;
- Fluxo interno para análise de consultas sobre conflito de interesses definido;
- Fluxo interno para tratamento de denúncias definido;

- Área responsável pela condução de processos disciplinares designada;
- Levantamento de riscos para a integridade.

A ANP possui metodologias, planos e realiza esses controles de forma continuada, aprimorando e expandindo-os a cada ciclo.

[Veja aqui](#) mais informações sobre a Gestão de Riscos na ANP.





3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1. GOVERNANÇA INTERNA

Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT)

A ANP concluiu em 2023 o seu Plano de Gestão Estratégica e de Transformação Institucional (PGT). O Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, instituiu o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), com o objetivo de avaliar e modernizar a gestão estratégica dos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para otimizar a implementação de suas políticas públicas, conferir mais eficiência ao gasto público e entregar mais valor à sociedade.

A ANP aderiu ao TransformaGov em agosto de 2020, pactuando um conjunto de ações distribuídas nas dimensões Serviços aos Cidadãos, Gestão de Pessoas, Governança e Gestão Estratégica, Arranjos Institucionais e Estruturas Organizacionais, Infraestrutura e Logística e Processos. O PGT da ANP continha 31 ações pactuadas, dessas 23 foram concluídas com êxito e 8 foram canceladas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG). Saiba mais sobre o TransformaGov e sobre o PGT da ANP.

Avanço no Plano de Transformação Digital (PTD)

O Plano de Transformação Digital (PTD) faz parte da Estratégia de Governo Digital (EGD), que foi instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, para o período de 2020 a 2022, e prorrogada até o fim de 2023, pelo Decreto nº 11.260, de 22 de novembro de 2022. Hoje, está em construção a Estratégia Nacional de Governo Digital, composta por um conjunto de recomendações estratégicas que tem por objetivo articular e direcionar as iniciativas de governo digital entre todos os entes federados, de modo a ampliar e simplificar o acesso do cidadão aos serviços públicos e cujos propósitos são a promoção da transformação digital do setor público, visando aprimorar a eficiência, a transparência, a acessibilidade e o impacto

positivo dos serviços governamentais; o fortalecimento da participação cidadã e a criação de uma administração pública mais moderna, ágil e centrada no cidadão, impulsionada pela inovação tecnológica. A Estratégia Nacional está prevista na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital). Em 2023, **a ANP alcançou 79% de implementação**, com foco na integração da Central de Pagamento de Multas ao PagTesouro, com a integração da Central de Sistemas da ANP (CSA) ao Login Único e com a conclusão das atividades relacionadas ao eixo 4, de privacidade de dados, que englobavam o primeiro ciclo de atividades planejadas para a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na ANP.

Tratamento de Dados Pessoais

Em 2023 houve relevante avanço na implementação do Programa de Governança em Privacidade da ANP (PGP), conjunto de boas práticas e de regras de governança no tratamento de dados pessoais, o que demonstra o compromisso da Agência com a segurança e a proteção dos dados pessoais com os quais trabalha.

O principal destaque foi a **cobertura de 75% do inventário de dados pessoais na ANP**. Até o momento o inventário de dados abarcou 21

unidades da Agência e mapeou 225 serviços que permeiam dados pessoais.

Além disso, foi finalizada a avaliação de riscos dos sistemas que apoiam os serviços e processos da ANP. No total foram diagnosticados os riscos de 40 sistemas. A Agência também avançou na elaboração dos Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

A página de Tratamento de Dados Pessoais da ANP na internet foi revisada e atualizada com

vistas a complementar as informações disponibilizadas no site bem como apresentar uma interface mais eficiente. A Agência desenvolveu ainda a página de Tratamento de Dados Pessoais para a intranet com o intuito de guarnecer os servidores da casa dos conceitos e orientações mais relevantes sobre LGPD.

Outro instrumento produzido pela ANP em 2023 foi o Aviso de Privacidade, documento que informa aos titulares de dados pessoais sobre a forma como serão tratados na Agência os seus dados coletados, dando-lhes conhecimento sobre a necessidade

de consentimento e esclarecendo-lhes sobre a finalidade do uso dos dados, o direito à atualização e à correção dos dados e a responsabilização pelo fornecimento de informações falsas.

O Plano de Conscientização e Capacitação em Privacidade foi aprovado pelo Comitê de Transparência e de Segurança da Informação e Comunicações (CTSI) e deverá ser implementado em 2024 com ações periódicas de conscientização e capacitação técnica em privacidade aos servidores da casa.

Programa de Privacidade e de Segurança da Informação (PPSI)

Em 2023, a SGD/MGI instituiu, por meio da Portaria SGD/MGI nº 852, de 28 de março de 2023, o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), que tem como objetivo avaliar a maturidade e a resiliência, em termos de privacidade e segurança da informação, dos órgãos que compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), nos termos do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011.

Com o advento do PPSI, a SGD disponibilizou a ferramenta do Framework de Privacidade e Segurança da Informação, que indica as diretrizes para auxiliar o diagnóstico, o acompanhamento e o preenchimento das lacunas de privacidade e

segurança da informação. Nela, são indicadas 310 medidas e 32 controles para identificar o nível da estruturação básica da gestão em privacidade e segurança dos órgãos federais, bem como os indicadores de maturidade do controle de segurança da informação (ISeg) e de maturidade em privacidade (IPriv).

Para o Ciclo 1 do PPSI, iniciado em setembro de 2023 e encerrado em dezembro do mesmo ano, foram consideradas somente 41 medidas e 13 controles prioritários, sobre os quais a ANP realizou o seu autodiagnóstico. Em **setembro/2023**, após o primeiro diagnóstico, tínhamos:

Programa de Privacidade e de Segurança da Informação (PPSI)

Estruturação Básica 57% (Intermediário);

ISeg 50% (Intermediário); e

IPriv 45% (Básico).

Ao fim do primeiro ciclo, temos:

Estruturação Básica 77% (Em Aprimoramento);

ISeg 57% (Intermediário); e

IPriv 53% (Intermediário).

A SGD planejou a evolução do PPSI com ciclos semestrais de autodiagnóstico, planejamento e implementação das medidas desatendidas e prestação de contas, até o fim de 2026, com a

finalidade de robustecer a segurança da informação e a privacidade de dados pessoais nos órgãos da administração federal.

Participação em Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho externos à ANP

A ANP participou ainda do **Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)**, com objetivo de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do Brasil. O Sisbin, que integra mais de 50 órgãos, atua preponderantemente na troca de informações e conhecimentos de Inteligência. Desta forma, a ANP também integra o processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de inteligência necessários ao processo decisório do Poder Executivo. O Sistema também atua como auxiliar na proteção das informações sensíveis e estratégicas do Estado brasileiro.

Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos no âmbito do Ministério de Minas e Energia - SubSIGA/MME, instituída pela Portaria nº 525/GM/MME, de 15 de junho de 2021, com o objetivo de propor as modificações necessárias ao aprimoramento dos mecanismos de gestão de documentos e arquivos à Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos -SIGA; avaliar a aplicação das normas e seus resultados e implementar, coordenar e controlar as atividades de gestão de documentos e arquivos, nos âmbitos setorial e seccional. Em 2023 foi sugerido plano de trabalho para os órgãos integrantes da Subcomissão, contendo ações visando a melhoria da gestão de documentos, subdivididas em 12 atividades, das quais a ANP cumpriu 83%. Além disso, MME e a ANP reuniram-se para tratar da implantação do Protocolo.GOV.BR, instituído pela Portaria nº 10.988, de 23 de dezembro de 2022.

Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade (Cogemmev), sob coordenação do Ministério de Minas e Energia e instituído pela Portaria nº 61, de 21 de fevereiro de 2018. A ANP integra o comitê desde 2018 e participa das assembleias onde os temas de D&I são discutidos, bem como da elaboração do planejamento estratégico, programas e ações do COGEMMEV.

A ANP participa do **Grupo de Trabalho de Comunicação da Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP)**, implementado em dezembro de 2022, e responsável pelas ações de comunicação da RELOP, da qual a ANP é membro. Em 2023, foi elaborado o regimento interno e plano de

trabalho do GT, além da divulgação dos eventos anuais da RELOP (Assembleia Geral e Conferência Anual), que ocorreram em novembro, em Cabo Verde. Além disso, em 2023, a ANP esteve com a presidência da Assembleia da RELOP.

Memorando de cooperação com o *Petroleum Safety Authority of the Kingdom of Norway (PSA)*: cooperação formal firmada, desde outubro de 2020, entre a ANP e o PSA-Norway. Em reunião específica para avaliação do 1º plano de trabalho, realizada em setembro de 2022 e com participação das lideranças em segurança operacional da ANP e do PSA, concluiu-se pela continuidade do memorando de cooperação e pelo estabelecimento de um novo plano de trabalho que será formalizado em 2024.

International Regulators Forum (IRF): fórum composto por órgãos reguladores de saúde e segurança das atividades de E&P marítima de óleo e gás de 11 países. A Agência participou também na liderança do projeto de "*Problem Statment*" de qualidade na investigação de incidentes, com reuniões entre os membros do IRF, IOGP (Associação Internacional dos Produtores de Óleo e Gás) e IADC (Associação das empresas com serviços de perfuração).

Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) com o objetivo de estabelecer mecanismos de planejamento e resposta para instituições governamentais que atuam no âmbito do Plano Nacional de Contingência (PNC), bem como de acompanhar e avaliar incidentes de derramamento de óleo em águas sob jurisdição nacional. Em 2023 a ANP participou do exercício simulado JIDO 2023 organizado pela Marinha do Brasil na condição de Coordenadora do GAA.

Grupo de Trabalho "Seguros, Novo PAC e Neoindustrialização", criado em setembro de 2023 e coordenado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), tem como finalidades discutir e propor recomendações de aperfeiçoamento regulatório de produtos e coberturas securitárias que deem suporte e impulso ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento e à Nova Política Industrial. A ANP integra o subgrupo "Água e Energia" e trabalhou no estabelecimento de um modelo de seguro-garantia que pudesse ser aplicado aos contratos de E&P, aprovado em

dezembro de 2022. No âmbito da fase de exploração, o seguro-garantia é uma das modalidades de garantia financeira passível de ser utilizada para garantir o Programa Exploratório Mínimo (PEM). No entanto, as seguradoras se recusaram a emitir seguro-garantia nesse modelo, o que gerou a necessidade de discussão de um novo modelo no ano de 2023. O novo modelo está em elaboração e deve ser submetido à Diretoria Colegiada para que seja colocado em consulta pública.

Participação no Grupo de Trabalho “Gás para Empregar” (GTGE), instituído pela Resolução CNPE nº 1, de 20 de março de 2023 e Portaria nº 755/GM/MME, de 25 de outubro de 2023. Coordenado pelo MME com o objetivo de elaborar estudos visando à promoção do melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil e de integrar o gás natural à estratégia nacional de transição energética para contemplar sinergias e investimentos que favoreçam o desenvolvimento de soluções de baixo carbono. A ANP participa dos comitês de temas “Disponibilidade de Gás Natural”; o “Papel do Gás Natural na Transição Energética”; “Acesso ao Mercado de Gás”; “Comercialização do gás da União”; e “Gás para o setor produtivo”. A ANP contribuiu apresentando informações da fase de exploração e de áreas com potencial para a exploração e produção de gás natural no Brasil e no apontamento de áreas potenciais para futuros projetos de Estocagem Subterrânea de Gás Natural em campos depletados. Contribuiu ainda nas discussões sobre reduções de metano na cadeia de gás natural e sobre CCUS. Por fim, a ANP está colaborando na revisão e na elaboração das minutas dos relatórios finais do grupo. O prazo do GT foi prorrogado até 8 de março de 2024. Mais informações disponíveis [aqui](#).

Grupo de Trabalho Gas Release, instituído pela Resolução CNPE nº 03, de 7 de abril de 2022, com o objetivo de elaborar diagnóstico das condições concorrenciais do mercado de gás natural e proposta de programa de redução da concentração na oferta de gás natural (*Gas Release*). O tema foi incluído na Agenda Regulatória da ANP.

Subcomissão de Riscos em Dutos, formada desde 2015 e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Chemical Center for Process Safety (CCPS), ANP e Petrobras, está subordinada desde 2021 à Comissão de Dutos do IBP, e reúne

diversas entidades e instituições públicas e privadas, consultorias, especialistas e academia, para discutir o tema gerenciamento de riscos.

Grupo de Trabalho de Riscos em Dutos, coordenado pelo IBP, com o objetivo de fomentar a produção de manuais de boas práticas para o setor do modal dutoviário de O&G, focando na gestão de riscos. Em 2023 foi publicado o Caderno de Boas Práticas para o estabelecimento de um banco de dados brasileiro de falhas em dutos, disponível [aqui](#).

Comitê ABNT CE0 004:005:010 - Instrumentos de medição de vazão; e do **Grupo Técnico de Vazão** com o objetivo de contribuir com a difusão de conhecimento, a colaboração técnica entre diversos agentes representantes da indústria e do governo, e auxiliar na elaboração de normas técnicas nacionais sobre medição de vazão de petróleo e gás natural que fazem parte ou podem ser incluídas no conjunto regulatório da ANP. Os projetos de normas foram: ABNT NBR 15855 – Medição de gás por medidores ultrassônicos multitrajelórias; ABNT NBR 16198 – Medidores tipo ultrassom para líquidos; e ABNT NBR 16744 – Medidores tipo cone: requisitos de controle dimensional.

Grupo de Trabalho Política de Conteúdo Local (GT-PCL), instituído pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 21, de 18 de maio de 2021, de natureza consultiva e temporária, com a finalidade de examinar e propor alternativas de encaminhamentos e soluções para questões inerentes à Política de Conteúdo Local. O Grupo de Trabalho foi encerrado em 2021, entretanto, em 2023 foram atualizados e enviados os indicadores estabelecidos no “Relatório do Grupo de Trabalho sobre Temas Inerentes à Política de Conteúdo Local (PCL)”, para auxiliar no acompanhamento da Política de Conteúdo Local.

Grupo Técnico (GTSIC-Peganbio) instituído pela Portaria GSI/PR nº 76, de 13 de novembro de 2020, que tem como objetivo apresentar à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relatório com a identificação das infraestruturas críticas no segmento de upstream da cadeia produtiva do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. O grupo técnico foi coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e já recebeu da ANP fichas técnicas de infraestruturas críticas de bases

de distribuição, refinarias, unidades de processamento de gás natural (UPGNs), terminais, unidades estacionárias de produção (UEPs) marítimas e terrestres e de usinas de etanol.

Comissão de Responsabilidade Social, organizada pelo IBP, dedicados à discussão sobre voluntariado e fraternidade sem fronteira. A comissão realizou apresentações sobre a 8ª Edição do Projeto de Voluntariado Trilha Empreendedora 2024 - O Projeto que consolidou a união de esforços das empresas do Setor de Óleo e Gás em prol do Empreendedorismo e do Combate a Evasão Escolar; Escola Marítima - A União de Esforços do Upstream, Midstream e Downstream, para Formação Profissional de Jovens em Situação de Vulnerabilidade, nas atividades Offshore, Logística Portuária e Armazenamento de Combustíveis em Portos; e Instituto Dara - Metodologia Inovadora para Investimento Social Privado.

Acordo de participação "Sureflex JIP - Joint Industry Project (JIP)": projeto desenvolvido pela Wood Group UK Limited, com a participação de diferentes setores da indústria, tais como operadores, fabricantes de equipamentos, certificadoras e agências reguladoras, para levantar e compartilhar dados relacionados ao gerenciamento da integridade de dutos flexíveis. A presença da ANP foi formalizada em 2022 por meio de um acordo de participação. A Agência finalizou o envio de dados de incidentes em dutos no segundo trimestre de 2023 e participou da elaboração do Manual de Boas Práticas para Integridade de Dutos Flexíveis - "*Flexible Pipe Integrity Management Guidance & Good Practice*", finalizado em novembro de 2023. Com isso a participação da ANP no projeto foi encerrada.

Grupo de Trabalho "PIB do Mar" na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), instituída pelo Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019, tem por finalidade orientar e coordenar as ações relativas à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), implementar o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e exercer as competências previstas na Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

Participação no **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)**, instituído pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, com o objetivo de

acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. Informações podem ser consultadas [aqui](#).

A ANP participa do **Comitê Setorial de Monitoramento do Suprimento Nacional de Combustíveis e Biocombustíveis (CMSNC)**, instituído pela Portaria nº 623 GM/MME, de 10 de março de 2022, criado para gerenciar as questões inerentes ao suprimento nacional de combustíveis e biocombustíveis, relacionados aos mercados interno e externo e intensificar o monitoramento da conjuntura energética corrente, em face da situação geopolítica mundial, com impacto nos fluxos e nas cotações de energéticos.

Comissão Técnica de Lubrificantes e Fluidos da AEA, coordenado pela Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), a ANP atua principalmente para esclarecimentos, junto aos agentes do setor, quanto ao trabalho da Agência e tem participação no desenvolvimento de normas e estudos técnicos. Em 2023, foi elaborada uma Cartilha e Vídeo sobre Fluido de Freio, a ser lançado em 2024.

Comitê da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em que a ANP tem papel de fornecer apoio técnico, tendo em vista as suas atribuições no âmbito do RenovaBio, para o desenvolvimento de estudos que resultam na proposição de metas anuais ao CNPE, além da participação nas avaliações e aprimoramentos da Política Pública. Como resultado, destaca-se a publicação da Resolução CNPE nº 6, de 29 de novembro de 2023, que define as metas compulsórias anuais de redução de gases causadores de efeito estufa para comercialização de combustíveis, que define as metas compulsórias anuais de redução de gases causadores de efeito estufa para comercialização de combustíveis.

Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio - PNH2 (Coges-PNH2) - instituído por meio da Resolução CNPE nº 6, de 23 de junho de 2022, tem como objetivo discutir iniciativas relacionadas à regulação e ao incentivo de infraestrutura relacionada ao Hidrogênio. A ANP participa de três Câmaras Temáticas do PNH2 e como resultado, destaca-se a elaboração de uma proposta de Projeto de Lei a ser enviado ao

Congresso pela Presidência da República. Disponível [aqui](#).

Grupo de Trabalho Internacional de Medição, Monitoramento, Reporte e Verificação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (MMRV), coordenado pelo Departamento de Energia dos EUA. A ANP representa o MME, cujo objetivo é definir diretrizes e protocolos gerais para Medição, Monitoramento, Reporte e Verificação de Emissões de GEE para o ciclo de vida de toda a cadeia do gás natural, desde a produção até a entrega.

Grupo de Trabalho sobre Energia Eólica Offshore, coordenado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir políticas para viabilizar a implementação de parques eólicos offshore no Estado do Rio de Janeiro.

Participação no **Comitê Internacional American Society for Testing and Materials (ASTM)**, especialmente nos comitês sobre “Gases Combustíveis” e “Produtos de Petróleo, Combustíveis Líquidos e Lubrificantes”, que tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento de especificações e normas técnicas de ensaios. Em 2023, foram incorporados aspectos técnicos à revisão da especificação do óleo diesel, em curso, e realizado workshop de uso de hidrogênio em rede de gás natural, cujas informações serão usadas na elaboração da Nota Técnica sobre o tema, no âmbito da Câmara Temática de Arcabouço Legal e Regulatório do PNH2 do MME.

A ANP integra o **Gabinete de Crise do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)**

vinculado à Assessoria Institucional e Internacional da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (SEPM) desde 2022.

Reuniões Interministeriais que auxiliam a elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, que, mapeando a tipologia dos desastres e suas etapas, bem como estudando as estruturas organizacionais e o arcabouço normativo das diversas Instituições, contribui para a análise e gestão de riscos de desastres, com vistas à mitigação de seus impactos para o país.

A ANP integra o **Comitê de Gerenciamento de CrisCCUSe (CGC)**, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) e instituído pela Portaria Normativa nº 61/GM/MME, de 13 de março de 2023, que é responsável pela Elaboração do Regimento Interno e do Protocolo Geral de Segurança e de Gerenciamento de situações Crises de Ativos de Infraestrutura de Energia Elétrica, Mineração, Petróleo e seus derivados, Gás Natural e Biocombustíveis (PGC).

Integra ainda a **Sala de Situação sobre a Seca na Região Norte**, instituída por deliberação do Comitê de Gerenciamento de Crise (CGC), instaurada pela Resolução CGC nº 6, de 05 de outubro de 2023, com o objetivo de monitorar e implementar ações necessárias à mitigação do risco de desabastecimento de combustíveis, especialmente de diesel e GLP, frente à crise hídrica na Região Norte. À ANP coube a priorização da análise de processos para a outorga de autorizações que contribuíssem para a mitigação do risco de desabastecimento.

3.2. GESTÃO DA ESTRATÉGIA

O Mapa Estratégico institucional representa graficamente os desafios a serem vencidos pela Agência e orienta as suas unidades organizacionais no sentido do alcance da visão de futuro da ANP e do cumprimento de sua missão.

O Mapa Estratégico para o período de 2021-2024 foi aprovado por meio da Resolução de Diretoria da ANP nº 631, de 17 de dezembro de 2020.

Figura 12. Mapa Estratégico



Projetos Estratégicos

Carteira de Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos representam os esforços empreendidos pela ANP para a consecução de seus objetivos estratégicos, com o intuito de alavancar o desempenho da Agência. Para o ciclo

de Planejamento 2021-2024, a carteira de projetos estratégicos priorizados pela Diretoria Colegiada apresentou os seguintes avanços:

Tabela 2. Projetos estratégicos

Projetos	Avanço
Mapeamento Geoeconômico do Pré-Sal - Fase II (*)	83%
Transparência de preços na revenda	65%
Monitoramento do Abastecimento de Combustíveis	100%
Câmaras técnicas setoriais	29%
Plano de Gestão Estratégica e de Transformação Institucional - PGT	100%
Projeto Governança de Dados	4%
Portal para coleta de sugestões de simplificações regulatórias (*)	94%
INOVANP - Universidade ANP (*)	59%
Utilização otimizada do sistema de transporte de Gás Natural	45%
Transparência informativa referente ao mercado de Gás Natural	100%
Diversificação de agentes e de produtos no sistema de transporte de Gás Natural	54%
Indicadores de sustentabilidade e redução de emissões de gases de efeito estufa (*)	75%

(*) estes projetos tiveram redução no percentual de avanço pois registraram planejamento de novas entregas, o que influenciou o cálculo

Indicadores da Estratégia

Além da adoção de um conjunto de indicadores para mensurar a consecução dos seus objetivos estratégicos, a ANP optou por apresentar dados estatísticos dos setores regulados, para auxiliar na

interpretação dos resultados para alcance dos objetivos estratégicos. Os dados estatísticos, em face da sua natureza, não possuem metas definidas pela Agência.

Tabela 3. Indicadores da Estratégia

Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha Base	Meta				Resultados		
			2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023
Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pela ANP	Índice de Qualidade de Serviços (1)	4,48	4,48	4,5	4,5	4,5	4,48	4,58	-
	Índice de Implementação de Dados Abertos (2)	25%	25%	25%	100%	100%	33%	86%	97%
Estimular as atividades reguladas mais seguras e sustentáveis, e contribuir para a redução das emissões de gases do efeito estufa	Índice de Implementação de Ações de Estímulo à Segurança e Sustentabilidade	6	6	7	8	9	6	3	12

Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha Base	Meta				Resultados		
			2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023
Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios por meio de uma regulação menos onerosa, eliminando barreiras de entrada em todos os setores regulados	Índice de Atualização da Regulamentação	6	6	5,5	5	4,5	6	5	5
Promover ações integradas de conscientização e fiscalização da indústria e sistematizar o monitoramento da segurança das operações	Índice de Implementação de Novas Tecnologias (2)	70%	70%	80%	90%	100%	85%	85%	100%
	Índice de Parcerias e Convênios Firmados (3)	–	Dado Estatístico				315	333	311
	Índice de Execução da Cessão de Direitos (2)	–	Dado Estatístico				59%	56%	146%
	Índice de Concessão de Blocos para Novos Entrantes (2)	–	Dado Estatístico				8,24%	5,36%	3,49%
	Índice de Produção em Campos Maduros (4)	–	Dado Estatístico				Em revisão	Em revisão	Em revisão
	Índice de realização de atividades sísmicas de exploração em determinadas áreas de fronteira exploratória (2)	–	Dado Estatístico				3,51	0,46	0,08
	Número de Agentes Diferentes Efetuando Carregamento de Gás Natural na Malha (2)	2	4	8	12	15	3	15	19
	Índice de Diversidade de Produtos Ofertados pelos Transportadores de GN (2)	8	8	12	16	20	8	12	17
	Relação do Preço Médio de Aquisição do Gás Natural no Mercado Independente e do Preço Médio Adquirido com a Petrobras (2)	N/D	0,98	0,96	0,94	0,92	N/D	0,86	0,84
	Índice de Divulgação de Preços e Volumes Médios de Gás Natural Comercializados (2)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	75%	92%
Atuar visando à revitalização dos campos maduros e à abertura de novas fronteiras exploratórias	Índice de Publicização dos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural ao Mercado Cativo em até um mês após seu recebimento na ANP (2)	0%	0%	65%	75%	85%	0%	90%	93%
	Índice <i>market share</i> da Petrobras na oferta de Gás Natural na rede integrada (2)	100%	99%	96%	92%	88%	100%	84%	79%
Promover ações em benefício da ampliação da oferta e do transporte de gás natural (3)									

Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha Base	Meta				Resultados		
			2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023
Incentivar a inovação e a transformação digital focada nos processos organizacionais	Índice de Execução do Plano de Transformação Digital (2)	41%	50	100	N/D	N/D	41%	62%	79%
Implementar a governança de dados na Agência, visando o aprimoramento da gestão das informações estratégicas	Índice de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	48%	50%	70%	90%	100%	48%	51%	53%
	Índice de Cobertura de <i>Business Intelligence</i>	32%	32%	35%	38%	41%	32%	49%	51%
Fortalecer o desenvolvimento das competências técnicas e de gestão	Índice de Realização de Eventos de Capacitação (2)	116	116	119	123	127	10	10	12
Fortalecer o desenvolvimento das competências técnicas e de gestão	Índice de Capacitação de Servidores (5)	10338	10338	10855	11398	11968	10338	10905	19927
Adequar a estrutura e as rotinas da Agência ao cenário de transformação dos mercados regulados	Índice de Modelagem de Processos Organizacionais Priorizados (6)	–	Dado Estatístico				7	12	20

- (1) Tendo em vista a publicação da Portaria SGD/ME nº 548, de 24 de janeiro de 2022, que alterou os requisitos da pesquisa de qualidade de serviços dos órgãos, a ANP optou pelo encerramento das atividades do protótipo para as pesquisas de qualidade dos serviços de autorização de posto revendedor e de autorização de revenda de GLP; e pela descontinuidade da proposta de adequação do protótipo de pesquisa desenvolvido, para realização das pesquisas para os serviços de autorização apoiados pelo SEI;
- (2) Os valores da coluna Resultados para 2022 e 2021 foram atualizados;
- (3) Os resultados de 2021 e 2022 foram atualizados para incluir as parcerias, conforme descrição do indicador;
- (4) Foi identificada uma mudança constante na classificação desses campos, tornando o indicador não efetivo para evolução histórica. O indicador será revisado para medir efetivamente a produção em campos maduros;
- (5) Os valores de resultado e meta de foram atualizados para refletir o resultado anual e não semestral;
- (6) O índice é apresentado de forma acumulada a cada ano.

Gestão de Processos

A modelagem de processos de trabalho organizacionais faz parte da estratégia da ANP e compõe a cesta de indicadores da estratégia.

Em 2023, foi desenvolvido um painel dinâmico chamado “Árvore de Processos da ANP”, que teve por objetivo identificar e dar publicidade dentro da Agência para seus processos organizacionais.

Foram identificados 584 processos de trabalho, bem como um conjunto de informações tais como nível de aprovação, sistemas que o suportam, criticidade, entre outros.

A Árvore de processos da ANP proporciona aos colaboradores uma visão panorâmica de todos os processos de trabalho e a forma como esses processos de trabalho semelhantes ou complementares são agregados em processos e macroprocessos.

Essa visão permite que os colaboradores da ANP tenham uma compreensão mais clara da organização e de seu papel dentro dela, o que aumenta a motivação e o engajamento dos colaboradores, proporcionando mais eficiência e eficácia aos processos, elevando a efetividade das ações executadas.

3.3. PLANOS INSTITUCIONAIS

Plano de Gestão Anual

O Plano de Gestão Anual (PGA), introduzido pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, consolida as ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão da ANP. O PGA consolida-se como uma ferramenta de transparência de gestão e de acompanhamento do desempenho institucional.

Os resultados alcançados pela ANP no ano de 2023 foram os seguintes:

Ação do PGA: Executar 100% do plano de ações de fiscalização da cadeia do downstream na ANP.

Objetivo Estratégico: Promover ações integradas de conscientização e fiscalização da indústria e sistematizar o monitoramento da segurança das operações.

Resultado: 127%

Ação do PGA: Executar o 100% do plano de ações de fiscalização da cadeia do upstream na ANP.

Objetivo Estratégico: Promover ações integradas de conscientização e fiscalização da indústria e sistematizar o monitoramento da segurança das operações.

Resultado: 140%

Ação do PGA: Realizar 100% das ações propostas para o fortalecimento das relações com os órgãos de defesa do meio ambiente.

Objetivo Estratégico: Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP.

Resultado: 63%

Ação do PGA: Analisar 100% dos processos de certificação de biocombustíveis recebidos pelo Sistema SEI no âmbito do RenovaBio.

Objetivo Estratégico: Estimular atividades reguladas mais seguras e sustentáveis, e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Resultado: 94,6%

Ação do PGA: Realizar 52 publicações semanais de preço de revenda de combustíveis no site eletrônico da ANP.

Objetivo Estratégico: Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP.

Resultado: 100%

Ação do PGA: Elaborar 81 documentos técnicos sobre regulação econômica, direito concorrencial e dados dos mercados regulados pela ANP.

Objetivo Estratégico: Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP.

Resultado: 100%

Ação do PGA: Realizar 12 publicações de dados estatísticos por ano com frequência mensal, no site eletrônico da ANP.

Objetivo Estratégico: Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP.

Resultado: 100%

Ação do PGA: Elaborar ao menos 95% dos pareceres sobre análise de contratos de fornecimento de combustíveis entre produtores e distribuidores de derivados de petróleo em até 25 dias da data de recebimento do processo.

Objetivo Estratégico: Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP.

Resultado: 97% (média de 14 dias)

Ação do PGA: Alcançar a satisfação do solicitante em 85% das respostas aos pedidos de acesso à informação direcionados para a Ouvidoria da ANP.

Objetivo Estratégico: Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP.

Resultado: 89,35%

Ação do PGA: Alcançar 75% do índice de previsibilidade regulatória.

Objetivo Estratégico: Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios por meio de uma regulação menos onerosa, eliminando barreiras de entrada em todos os setores regulados.

Resultado: 43%

Plano de Integridade

A Gestão da Integridade na ANP busca desenvolver e estimular práticas institucionais voltadas à prevenção, detecção, punição e remediação de atos de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta. O

Plano de Integridade para o período de 2023-2024, projeta ações e políticas para o aprofundamento da Gestão da Integridade na Agência. Conheça as medidas de integridade previstas para o biênio [aqui](#).

Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem por objetivo registrar, para um determinado período, a estratégia de tecnologia da informação do órgão, os projetos, os investimentos, os riscos e a orientação de governança da área de TI e deve ser elaborado de acordo com as normas exaradas pelo Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e da Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), é o instrumento de alinhamento entre as estratégias organizacionais e os planos de tecnologia da informação. O PDTI da ANP para o ciclo de 2023 a 2025 está disponível [aqui](#).

No ano de 2023, o índice de execução do PDTI, que mensura o número de projetos em execução, frente ao total de projetos previstos, foi de 27,66%.

Plano de Comunicação

O Plano de Comunicação Institucional da ANP apresenta as ações previstas para o ano em curso, bem como indicadores de desempenho relacionados à comunicação no ano anterior. A publicação é elaborada em consonância com as Diretrizes Estratégicas da ANP.

O Plano de Comunicação atende ao disposto na Lei Geral da Agências – [Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#), que estabelece a obrigatoriedade de implementação de plano de comunicação

voltado à divulgação, com caráter informativo e educativo, de suas atividades e dos direitos dos usuários perante a agência reguladora e as empresas que compõem o setor regulado.

Destacam-se no Plano de Comunicação para o ano de 2023 as ações voltadas para a comemoração dos 25 Anos da ANP e do Mês do Consumidor, além do lançamento do Videocast ANP.

Plano de Dados Abertos

O Plano de Dados Abertos da ANP contém uma visão resumida do alcance do projeto nos seus primeiros cinco anos, bem como plano para os próximos meses de implantação do projeto. Atualmente, de acordo com o Inventário de Dados Abertos da ANP, 96% do total de dados informados, encontram-se divulgados no sítio da Agência na internet ou em outras páginas.

Considerando que a totalidade de divulgação dos dados foi quase alcançada, em seu Plano Bial de Dados Abertos, a ANP prevê o foco nas atividades de reutilização de Dados. Para isso, foi

incluído [na página de Dados Abertos da ANP](#) um questionário indagando sobre a possível reutilização de dados pelos usuários. O reuso é incentivado pela CGU/Controladoria-Geral da União, em consonância com o [Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#).

Os dados são divulgados na [página de Dados Abertos da ANP](#) e na [página administrada pela Controladoria-Geral da União](#).

Plano de Contratação Anual

No Plano de Contratação Anual de 2023, foram registradas 293 (duzentos e noventa e três) demandas, incluídas compras de bens, contratações de serviços, contratações de serviços

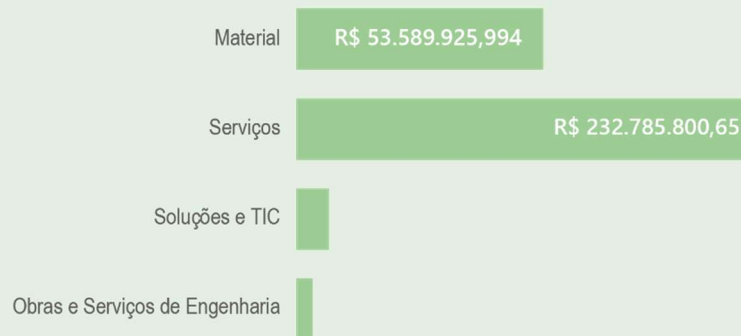
de TI, obras e serviços de engenharia, conforme gráfico abaixo, extraído do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Plano de Contratação Anual de 2023

293 Demandas

R\$ 313.758.870,644 Valor total estimado

Valor total estimado e Qtde. de itens por categoria



Em acompanhamento da execução é elaborado Relatório de Gestão de Riscos do Plano de Contratações Anual, dentre as demandas de alta prioridade, constatou-se que 37% destas demandas não tiveram início ao processo da contratação.

Dentre as 84 (oitenta e quatro) demandas classificadas como de "alta prioridade", 31 (trinta e um) não tiveram seus processos de contratação iniciados.

3.4. PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

Corregedoria

No âmbito da Corregedoria da ANP, foi utilizado o sistema ePAD (sistema eletrônico para processo administrativo disciplinar – PAD) para realização de Análise Inicial de Admissibilidade, condução de Procedimentos Investigativos, realização de Juízo de Admissibilidade e condução de Procedimentos

Correcionais em cumprimento ao disposto na Portaria CGU nº 2.463, de 19 de outubro de 2020.

Tabela 4. Procedimentos de correção – Exercício de 2022

Tipo de Procedimento	Instaurados	Encerrados
Análise Inicial de Admissibilidade	1	2
Investigação Preliminar Sumária - IPS	7	6
Sindicância Investigativa	0	0
Sindicância Patrimonial	0	0
Sindicância	0	0
PAD	3	3
Total	11	11

Quanto às demais atividades em 2023, além das 257 informações sobre servidores fornecidas à SGP (para fins de concessão de licença capacitação, nomeação em cargo comissionado ou requisição por outros órgãos), foi efetuada uma análise preliminar acerca da existência ou não de potencial conflito de interesses em consulta recebida por meio do Sistema Eletrônico de

Prevenção de Conflito de Interesses - SeCI ([Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013](#)) e não houve Processo Administrativo de Responsabilização - PAR ([Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#)) instaurado para apuração de atos lesivos contra a Administração praticados por pessoas jurídicas com base na Lei Anticorrupção ([Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#)).

Ações de prevenção

Foram realizadas palestras denominadas “Bate Papo Correcional”, nas quais foram abordados de maneira específica potenciais riscos na esfera correcional, mapeados ou conhecidos, de cada Unidade Organizacional.

Inteligência

No ano de 2023 foram respondidas de forma escrita 227 solicitações de prestação de informações, além de ter monitorado 24 situações consideradas críticas, estas situações podem se referir à agentes do mercado regulado, agentes não-regulados, atos praticados ou tentados contra servidores ou ativos patrimoniais, greves, paralisações, interrupções de funcionamento de infraestruturas críticas do mercado regulado ou fora dele.

A Inteligência (INT) atua ainda, em eventos onde haja exposição de dignitários, colaboradores, instalações ou recursos da Agência, no intuito de mitigar ameaças aos nossos ativos e garantir a fluidez desses eventos. Em 2023, monitorou 13 eventos, os destaques ficam com os dois últimos, as Cerimônias de Sessão pública de apresentação de ofertas do 4º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de concessão e do 2º Ciclo de Oferta Permanente de Partilha de Produção.

Auditoria Interna

Ao longo de 2023, foram executadas quatro ações de auditoria interna na ANP: Avaliação do cumprimento da cláusula de conteúdo local, Avaliação do cumprimento da cláusula de P, D & I, Avaliação do Processo de Autorização e Fiscalização de Revendas e Distribuidoras, e Avaliação do processo de trabalho de apuração, cálculo e distribuição de royalties, incluindo o processo de trabalho realizado pela Procuradoria Federal junto à ANP para atendimento das

demandas judiciais em royalties. Também integra o objeto desta última, denúncia específica contra a ANP em face da distribuição de royalties.

A Diretoria Colegiada da ANP definiu as temáticas acima mencionadas como objeto das ações de auditoria, em conformidade com os critérios de prioridade constantes no artigo 3º da [Instrução Normativa SFC/CGU nº 05, de 27 de agosto de 2021](#): o planejamento estratégico, as expectativas

da alta administração, os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta (e seus processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos) e a complexidade do setor regulado.

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) de 2023, disponível no [sítio](#) da ANP, detalha informações sobre a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2023 e apresenta análise dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria.

Foram atendidas ainda, 45 demandas decorrentes das auditorias realizadas pelos órgãos de controle, das quais 25 foram originadas pelo Tribunal de Contas da União e 20 pela Controladoria-Geral da União.

Quanto ao monitoramento das recomendações emitidas pelos dois órgãos de controle e pela própria Auditoria Interna, foram alcançados os seguintes resultados:

Gráfico 1. Auditorias Internas

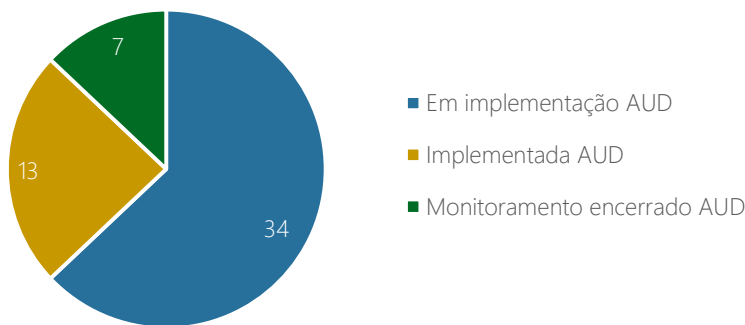
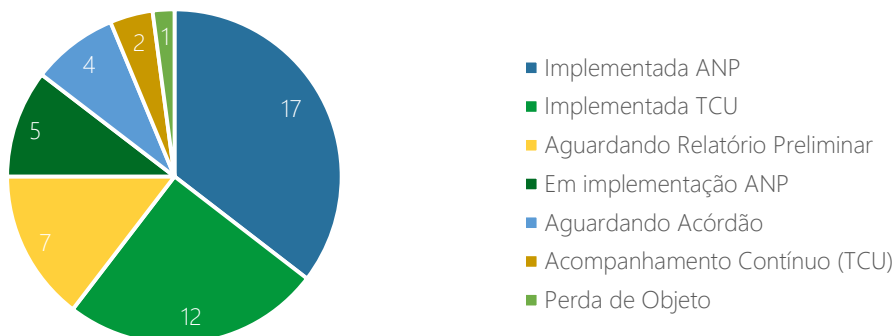


Gráfico 2. Auditorias CGU



Gráfico 3. Auditorias TCU





4

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

4.1. CANAIS DE ATENDIMENTO

A ANP dispõe de três principais canais de atendimento aos cidadãos: Central de Atendimento, Fala.Br e e-SIC. A **Central de Atendimento** pode ser acessada por ligação

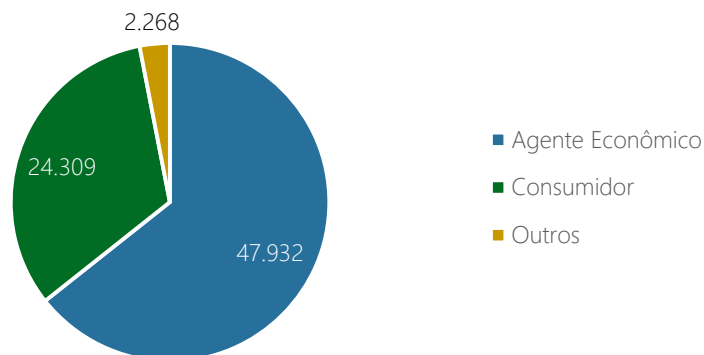
gratuita por meio do 0800 970 0267 ou do Fale Conosco, formulário disponível no site da Agência na internet.

Tabela 5. Quantitativo de manifestações junto à ANP

Tipo / Ano	2019	2020	2021	2022	2023
Denúncia	33.558	22.228	24.049	20.352	22.702
Reclamação			2.801	2.703	1.690
Sugestão	47	49	41	27	34
Elogio	16	20	6	8	2
Informação	68.085	54.070	48.295	56.341	53.739
Outros	1.071	1.247	1.143	7.612	10.071
Total Geral	102.777	77.614	76.335	87.013	88.474

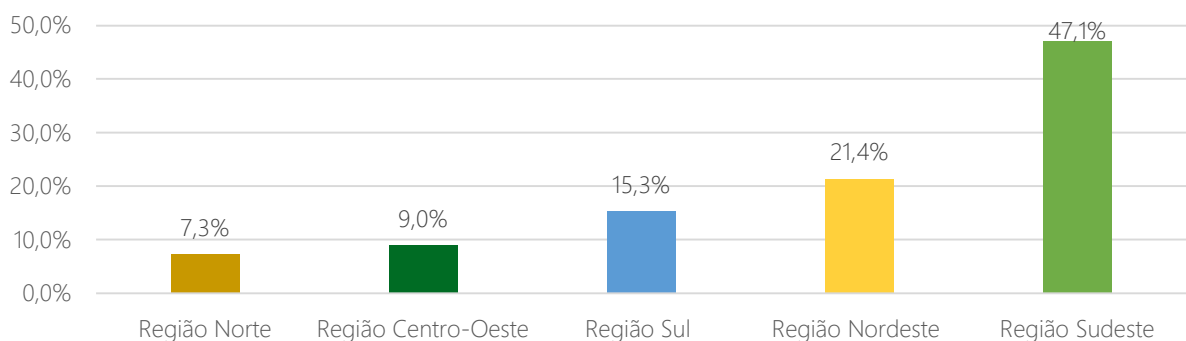
Observação: A partir de 2021 houve separação das denúncias e reclamações, atendendo à norma de classificação prevista no Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que instituiu o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal.

Gráfico 4. Representatividade de usuários externos por tipo em 2023



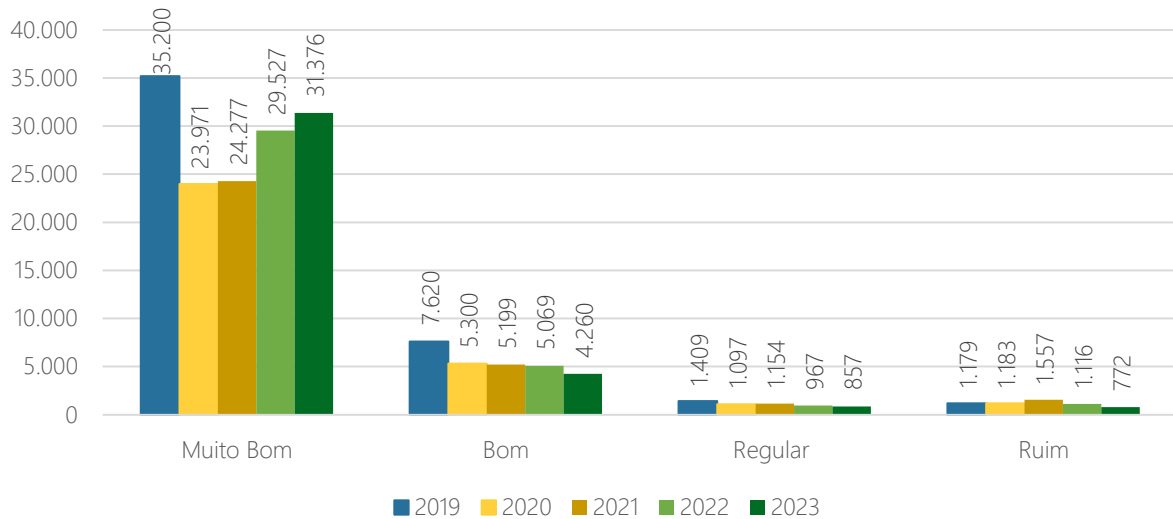
Observação: "Outros usuários externos" incluem administração pública, Disque-Denúncia, entidades de classe, entidades de defesa, estudantes e professores, imprensa, Poder Judiciário e Ministério Público, polícias, e solicitantes não identificados.

Gráfico 5. Manifestações por região em 2023



Observação: Total de 88.474 manifestações

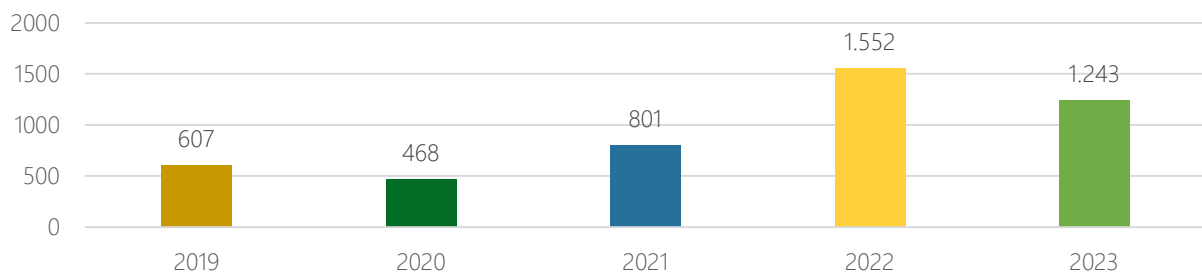
Gráfico 6. Índice de Satisfação do Usuário



O [Fala.BR](#) é a plataforma integrada de acesso à informação e ouvidoria do Poder Executivo Federal. Desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU). A plataforma permite aos cidadãos

fazer pedidos de informações públicas e manifestações de ouvidoria, em conformidade com a [Lei de Acesso à Informação](#) e o [Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos](#).

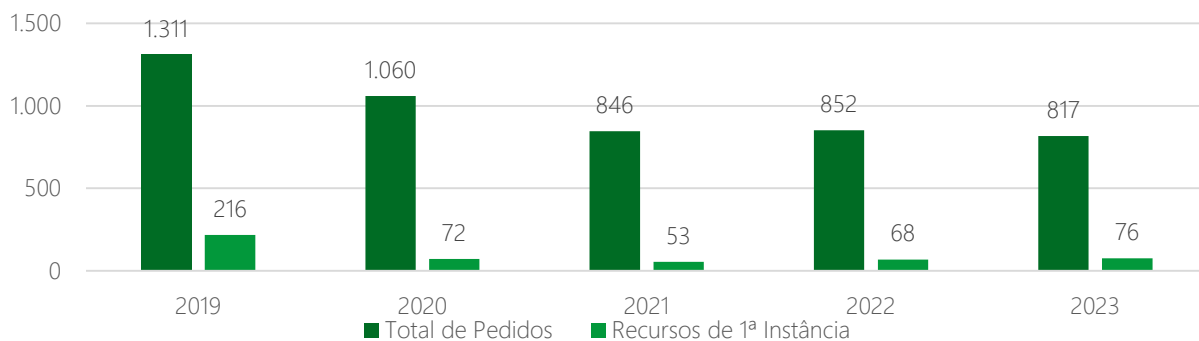
Gráfico 7. Total de manifestações



O **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)**, implementado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), está integrado à plataforma Fala.BR, e permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de

acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para a ANP e apresente recursos ou reclamações. Saiba mais [aqui](#).

Gráfico 8. Quantitativo de pedidos do e-SIC recebidos por ano



4.2. TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os **Conselhos de Usuários de Serviços Públicos** são uma nova forma de participação direta da sociedade na avaliação e melhoria dos serviços públicos, conectando os usuários aos gestores responsáveis pelo serviço. A instituição desse mecanismo foi prevista na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, a Lei de Defesa dos Direitos do Usuário dos Serviços Públicos.

Em outubro de 2021, a ANP publicou no seu sítio eletrônico chamamento para participação da sociedade no Conselho de Usuários para os serviços da Agência. O cadastramento para se tornar um Conselheiro do Conselho de Usuários da ANP alcançaram 83 inscritos em 2023. Dessa forma, nestes três anos, totalizou-se 206 Conselheiros na Agência.

Realizadas em 2023

16 Audiências públicas

21 Consultas públicas

21 Reuniões de Diretoria
reuniões ordinárias

Em 2023, a ANP suspendeu as consultas ao conselho de usuários com o objetivo de realizar a atualização da sua Carta de Serviços, concluída em novembro de 2023.

4.3. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Redes Sociais ANP em 2023

2.546 Total de publicações

Seguidores



2023 - **81.305**



2023 - **18.421**



2023 - **54.782**



2023 - **37.491**

Site em 2023

5.343.388 visualizações

181

(mais de 5.000 páginas no portal)

Novas páginas publicadas

631.059

Nº de pessoas que acessaram o site

A comunicação institucional da ANP tem como objetivo informar, de forma clara e transparente, ao mercado regulado e à sociedade em geral as ações realizadas pela Agência, bem como esclarecer sobre obrigações dos agentes regulados e direitos dos consumidores. Para isso, são utilizados diferentes canais de comunicação, como a imprensa (através de divulgação de informações aos jornalistas por meio da Assessoria de Imprensa), o sítio da ANP e os perfis da Agência nas redes sociais.

A ANP também faz um monitoramento dos indicadores relacionados a esses canais, de modo a acompanhar sua imagem na sociedade e se as estratégias de comunicação adotadas estão alcançando os objetivos propostos.

Em 2023, destacam-se as ações pelos 25 Anos da ANP, a divulgação das atividades do Mês do Consumidor e o lançamento do Videocast ANP, que teve duas edições no ano e tem como objetivo levar à sociedade debates sobre assuntos relacionados à Agência e ao setor regulado.

Desde a efetivação do teletrabalho, os comunicados por e-mail, a newsletter interna “Destaques da Semana” e a Intranet se consolidaram como principais canais de comunicação interna. É importante ressaltar ainda, que em 2023, começou a ser utilizada a descrição de imagens em comunicados internos. A iniciativa reforça o compromisso da ANP em tornar a comunicação com o público interno cada vez mais próxima e inclusiva.

Foi realizada ainda, a revisão geral do Site, o que envolveu a melhora da navegação, tornando-a mais intuitiva e que proporciona a melhor experiência do usuário; atualização de conteúdos defasados; e adequação do conteúdo à Linguagem Simples, no contexto das comemorações pelos 25 Anos da Agência.

4.4. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL



As principais ações no que diz respeito a relações institucionais estão relacionadas ao planejamento e organização das participações dos eventos da ANP, bem como às participações de Diretores e delegações da Agência em eventos no Brasil.

Os eventos visam aproximar a Agência não só dos agentes regulados, mas de toda a sociedade, a partir da troca de informações e experiências, além de estabelecer a ANP como fonte de dados e conhecimento sobre o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Em 2023, foram realizados 84 eventos, incluindo audiências públicas, seminários e workshops.

Em 2023 foi dado andamento ao Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2022 com a ANPG, agência reguladora do *upstream* de Angola. Foram concluídas ainda as tratativas para a celebração de 02 acordos de cooperação técnica: **Acordo de Cooperação Técnica ANP e Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe**, com o objetivo de realizar intercâmbio de experiências e melhores práticas do setor entre os países. E o **Acordo de Cooperação Técnica ANP e ApexBrasil**, com o objetivo de promover as oportunidades no setor regulado em eventos internacionais.

4.5. RELACIONAMENTO INTERNACIONAL

Os eventos externos com participação da ANP visam estreitar as relações com instituições pública e privadas de outros países, bem como com a academia e *players* do mercado. O trabalho inclui ainda a organização de agenda de reuniões com os principais representantes das empresas

petrolíferas e de serviços, com o objetivo de divulgar as oportunidades de investimentos na indústria brasileira de petróleo, gás natural e biocombustíveis, assim como a organização de palestras técnicas para delegações estrangeiras.

Missões Internacionais

Em 2023, a ANP realizou **8 missões internacionais** nos principais eventos da indústria de óleo e gás do mundo

- **CeraWeek** (Houston)
- **NorShipping** (Oslo, Noruega)
- **Offshore Technology Conference** (Houston)
- **CIPPE 2023** - 23rd China International Petroleum & Petrochemical Technology and Equipment Exhibition (China)
- **Gastech** (Singapura)
- **Clean Gulf Conference & Exhibition** (San Antonio, EUA)
- **Missão a Washington DC** com foco em CCUS (Carbon Capture, Utilisation and Storage) e renováveis
- e **WPC - World Petroleum Congress** (Calagary, Canadá)

Cooperações Internacionais

No que tange às **cooperações internacionais**, em 2023, foram recebidas as delegações dos seguintes países:

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Delegação do Prefeito de Houston, EUA • Departamento de Energia do Governo dos EUA • Noruega • Holanda • Kuwait (Kufpec - empresa operadora estatal) | <ul style="list-style-type: none"> • Guiana • China (BGP - empresa chinesa de dados sísmicos) • Moçambique (comitiva da UEM, uma das principais universidades de engenharia do país) |
|---|--|

Para a empresa do Kuwait, o principal interesse são as oportunidades de E&P, ao passo que as demais visitas possuíam foco em temas como transição energética, captura e estocagem de CO².

Eventos externos

Participação de seus dirigentes em **19 eventos externos**, dentre eles:

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • 20º Seminário de Gás Natural IBP • Bahia Oil and Gas • 3rd Brazil Oil, Gas and Energy Summit 2023 • IV Biodiesel Week | <ul style="list-style-type: none"> • Rio Pipeline 2023 • Onshore Week 2023 • 2º Brazil Green Energy Summit 2023 • XI Seminário Matriz e Segurança Energética Brasileira |
|---|---|



5

RESULTADOS DA GESTÃO



5. RESULTADOS DA GESTÃO

Os resultados são apresentados agrupados pelas cadeias de valor finalísticas da ANP, representadas a seguir, e abordam os temas materiais conforme descritos no tópico Materialidade das Informações.

5.1. REGULAÇÃO

A ANP promove a **Regulação da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis** por meio do estabelecimento de regras, estímulo a concorrência justa e a eficiência nos mercados regulados, por meio de normativos que estabelecem condutas e regras a serem seguidas pelos agentes regulados.

Visando a melhoria do ambiente de negócios, a ANP vem adotando uma série de iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade regulatória de seus atos. Essas ações buscam o

aperfeiçoamento da regulamentação existente, além de conferir maior previsibilidade ao processo de elaboração de novos normativos e garantir a sua padronização. Fazem parte deste conjunto a gestão do estoque regulatório, a consolidação normativa, além do contínuo aperfeiçoamento do processo regulatório da Agência, por meio da gestão de sua Agenda Regulatória e do amadurecimento da aplicação da análise de impacto regulatório.



A Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória é o instrumento de planejamento das ações regulatórias frente às necessidades do mercado, de ampliação da transparência do processo regulatório e de estímulo à maior participação social na elaboração de normas e na resolução de problemas regulatórios.

A Agenda Regulatória para o biênio 2022-2023 foi aprovada por meio da Portaria ANP nº 86, de 20

de dezembro de 2021, e contava, ao final de 2023, com 83 ações das quais 23 foram concluídas. Esta Agenda teve sua vigência estendida até que a nova seja elaborada ao longo de 2024.

Detalhes sobre o avanço individualizado de cada ação regulatória e respectivos cronogramas podem ser consultados no Painel Dinâmico da Agenda Regulatória.

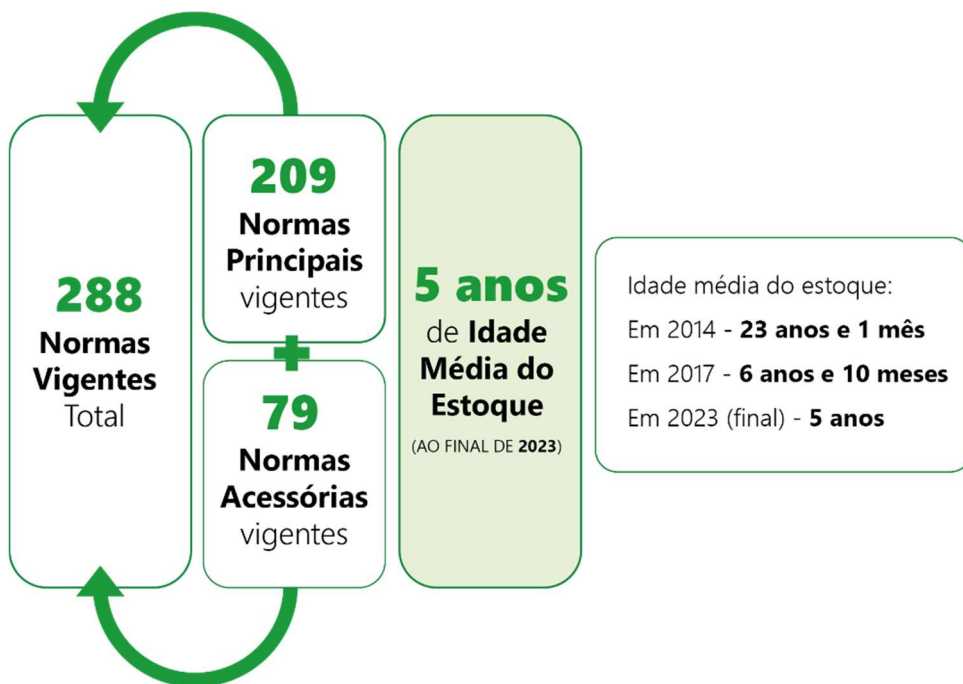
Total de Ações Concluídas:**Percentual de Execução Geral da Agenda:****59%**

Média ponderada do percentual de avanço de todas as ações, concluídas e em andamento

Distribuição de Ações por Tema:**Resoluções ANP**

Em 2023, a ANP publicou 51 resoluções e revogou 95 normativos, contribuindo não só para a redução no número de atos vigentes como para a consolidação normativa e, por conseguinte, do

fardo regulatório. As resoluções publicadas no ano estão listadas em consulta filtrada no [Sistema de Legislação da ANP](#).



Análise de Impacto Regulatório

A análise de impacto regulatório (AIR) consiste em um processo sistemático que visa a orientar, com base em evidências, a tomada de decisão regulatória. Partindo de um problema e dos objetivos a serem alcançados, a AIR identifica e avalia as alternativas decisórias normativas e não-normativas, bem como analisa sua efetividade para solucionar o problema e, de maneira ampla, potenciais consequências positivas e negativas.

O art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 (Lei das Agências Reguladoras) e o art. 5º da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica) preveem que as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de serviços prestados devem ser precedidas da realização de AIR.

Já o Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, estabelece o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória sua realização e as hipóteses em que poderá ser dispensada.

Conforme estabelecido no § 4º do artigo 15 do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, podem ser encontrados no sítio da ANP os relatórios de AIR realizados, ressalvadas as informações com restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

As Análises de Impacto Regulatório elaboradas pela ANP estão disponíveis [aqui](#).

Atos administrativos publicados pela ANP em 2023

1.612 Despachos

991 Autorizações

51 Resoluções

5 Instruções Normativas

471 Portarias de Pessoal

67 Portarias ANP

5.2. CONTRATAÇÃO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Essa etapa da cadeia de valor consiste na contratação das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, com vistas à continuidade do abastecimento e contribuindo para o alcance do interesse estratégico nacional.

Estudos geoeconômicos realizados para

6 blocos em **áreas estratégicas** e
4 para **regime de concessão**

70.000 objetos armazenados para interpretação geológica e geofísica

4 contratos assinados com **R\$ 916 milhões em bônus de assinatura** e previsão de **R\$ 1,44 bilhão em investimentos** em programas exploratórios mínimos

OFERTA PERMANENTE
Brasil
LICITAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS

2 ciclos de **Oferta Permanente** com 193 blocos arrematados,
Bônus de assinatura total **R\$ 428,747 milhões**

Cessão de Contratos: **92** contratos de **E&P**, 104 dias de prazo para deliberação

Empresas de Aquisição de Dados (EADs)

Em 2023, a ANP outorgou 10 autorizações para Empresas de Aquisição de Dados (EADs), frente as 6 autorizações de 2022. No ano anterior, haviam sido apenas 3. O total representa, ainda que tenuamente, uma tendência de crescimento anual

das autorizações, indicando a normalização das atividades exploratórias após a retração ocasionada pelos reflexos da pandemia do novo coronavírus.

Aquisição de Dados para Avaliação Geológica para Coleta e Captura de Carbono

Também em 2023, foi dada a autorização para aquisição de dados por meio da perfuração de um poço estratigráfico terrestre, com vistas à avaliação geológica de potencial de uso para futuras atividades de armazenamento de CO² (gás carbônico), no âmbito da Coleta e Captura de Carbono (CCS – Carbon Capture and Storage).

Avaliação Geológica e Econômica

A ANP concluiu os estudos geoeconômicos de áreas estratégicas, total ou parcialmente contidas no Polígono do Pré-sal e sob Regime de Partilha de Produção, submetendo os blocos Jaspe, Amazonita, Safira Oeste, Safira Leste, Rubi, Granada nas bacias de Campos e Santos. Esses estudos foram encaminhados ao Ministério de Minas e Energia, para posterior uso como insumo na proposição ao CNPE da entrada dessas áreas na Oferta Permanente Partilha. As avaliações desses blocos fizeram parte do projeto de "Mapeamento Geológico do Pré-Sal - fase II", que foi substituído pelo "Calendário Estratégico de Avaliações Geológicas e Econômicas no Pré-sal", detalhado a seguir.

No Regime de Concessão, de forma inédita, a ANP propôs os blocos na Bacia do Tacutu, localizada no extremo norte do território brasileiro, na fronteira do Estado de Roraima com a República Cooperativa da Guiana. Os blocos disponibilizados para a Oferta Permanente estão situados sobre a calha central do Gráben do

Tacutu e inteiramente localizados no estado de Roraima.

Além da proposta de área, a ANP já realizou a avaliação geoeconômica desses blocos, que no momento aguardam avaliação ambiental e outros tramites internos na ANP para sua inclusão no processo de Oferta Permanente. A Bacia do Tacutu é classificada como de Nova Fronteira em relação a seu nível de conhecimento e de exploração, e nunca teve áreas licitadas nos certames realizados pela ANP.

Também no Regime de Concessão, foi realizada a avaliação geoeconômica do Bloco S-M-1259 que está localizado na porção sul da Bacia de Santos, em região de águas ultra profundas, e situa-se parcialmente além do limite da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira. O bloco possui duas estruturas principais nomeadas de Sul de Maçaranduba e Norte de Maçaranduba, além de três outras estruturas de menor porte, todas no play Pré-sal.

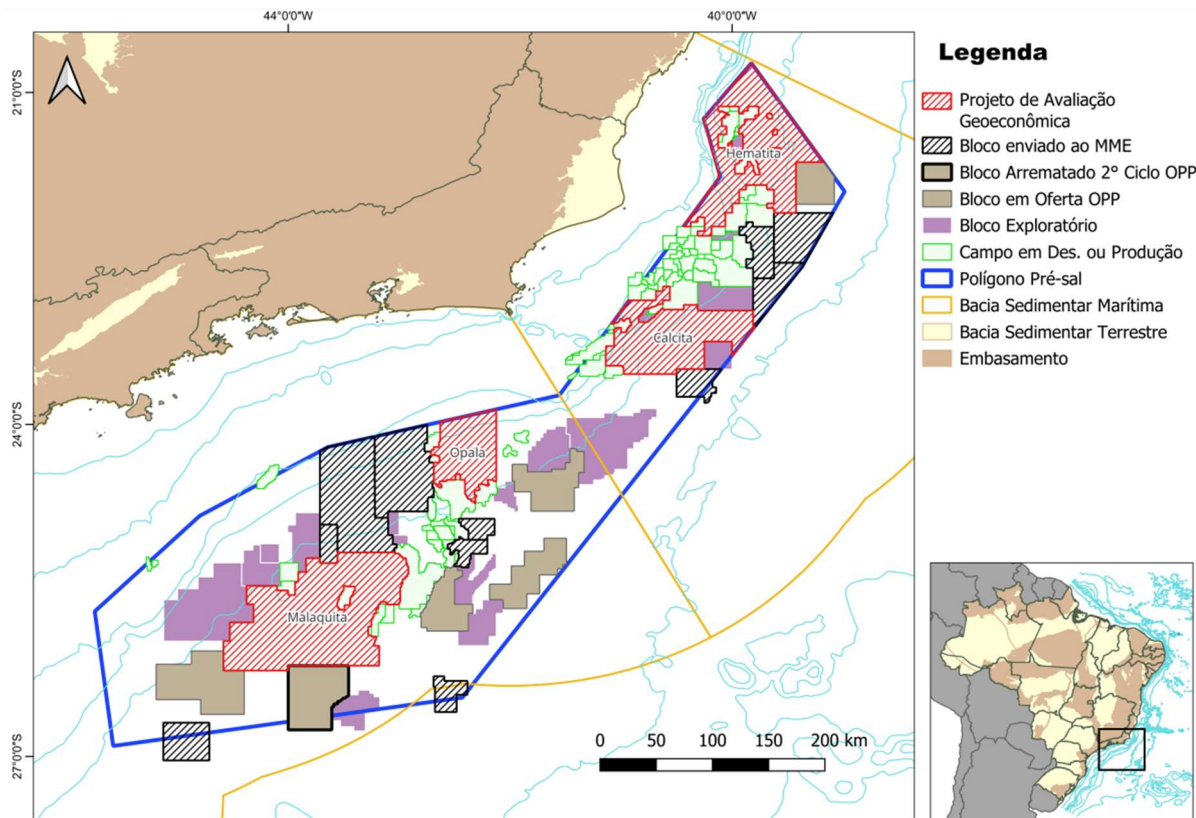
Calendário Estratégico de Avaliações Geológicas e Econômicas no Pré-sal

Ao final de 2023, a Diretoria da ANP aprovou o Calendário de Avaliação Geoeconômica para o Polígono do Pré-Sal. Essa proposta visa promover a transparência e a previsibilidade das avaliações geológicas e econômicas planejadas pela Agência. Alinhada com o Mapa Estratégico da ANP, essa iniciativa permitirá aos agentes econômicos anteciparem informações sobre as áreas a serem estudadas, potencialmente integrando a Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP) em futuras rodadas. Além disso, a mesma decisão da

Diretoria estabelece que no primeiro trimestre de 2024 será apresentada uma proposta de Calendário Estratégico de Avaliações Geológicas e Econômicas para as áreas sedimentares associadas ao sistema de Oferta Permanente de Concessão (OPC).

Abaixo é apresentado o mapa do polígono do Pré-Sal, com destaque para os projetos de avaliação geoeconômica previstos no Calendário Estratégico de Avaliações Geológica e Econômica para o Polígono do Pré-Sal.

Figura 13. Projetos de Avaliação Geoeconômica previstos no Calendário Estratégico de Avaliações Geológica e Econômica



Fonte: Mapa do Polígono do Pré-Sal

Programa de Estudos Geocientíficos para Armazenamento de Gás (PAG)

Em agosto de 2023, foi instituído o Programa de Estudos Geocientíficos para Armazenamento de Gás (PAG), e como primeiro produto foi definido um Plano de Trabalho que visa apoiar a autorização da atividade de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN). Nesse contexto, a primeira fase do PAG concentra-se em

realizar estudos geocientíficos para identificar áreas não produtoras e não contratadas adequadas para a ESGN. A segunda fase explorará a possibilidade de delimitar polígonos em áreas não contratadas para autorização de pesquisa geológica.

Estruturação do banco de informações e interpretações geológicas e geofísicas

Com o suporte da solução de software Studio (Schlumberger), foram criados repositórios de informações agrupados e populados por bacia sedimentar. O objetivo é permitir a gestão das informações geológicas e geofísicas dos estudos realizados com o auxílio do software Petrel, facilitando o acesso, preservando o conhecimento e possibilitando reuso. Dentre os produtos dos estudos geológicos e geofísicos gerados encontram-se armazenados mapeamentos de horizontes regionais, grids, tratamento e interpretação de informações de poços (curvas digitais, litologias e topos de formação) e superfícies de estruturas e oportunidades exploratórias.

Após a estruturação dos repositórios, o número de projetos de interpretação no software Petrel foi reduzido de 419 para 262 e foram armazenados mais de 70.000 objetos (poços e cabeças de poços, curvas digitais, checkshot, topos de formação, sísmicas 2D e 3D, horizontes, falhas, superfícies, dentre outros) distribuídos em treze repositórios (Repositório para as bacias de Potiguar, Jacuípe, Recôncavo, Camamu, Margem Leste e Tucano; Acre, Amazonas e Parecis; Barreirinhas; Campos; Espírito Santo; Pernambuco-Paraíba; Pelotas; Parnaíba; Paraná; Sergipe-Alagoas; São Francisco; Solimões; Santos).

A estruturação pode conferir maior agilidade na resposta ao mercado e à sociedade em áreas previamente estudadas. Além da estruturação das informações em repositórios, também foi realizada a preparação dos projetos de interpretação da Bacia de Pelotas, sul da Bacia de Santos e outras bacias para avaliação geológica e geofísica das

áreas de interesse oferecidas na Oferta Permanente de Concessão e revisão do acervo sísmico e preparação dos projetos de interpretação para as bacias de Campos e Santos para realização dos estudos no polígono do Pré-sal.

Rodadas de Licitações

Em 2023, a ANP assinou quatro contratos referentes as áreas arrematadas no 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção. Foram realizadas duas sessões públicas de apresentação de oferta referentes ao 4º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de concessão

e 2º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de partilha de produção, além da atualização dos instrumentos licitatórios da Oferta Permanente e da aprovação de 36 cessões de contratos de E&P pela Diretoria Colegiada da ANP.

Oferta Permanente

A Oferta Permanente é, no momento, a principal modalidade de licitação de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. Por meio da nova redação da Resolução nº 17, de 8 de junho de 2017, alterada pela Resolução nº 27, de 9 de dezembro de 2021, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE autorizou a ANP a definir e licitar, sob o regime de concessão, blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, podendo conduzir ofertas permanentes desses campos e blocos.

Adicionalmente, por meio deste normativo, o CNPE autorizou a ANP a licitar, sob o regime de partilha de produção, os campos ou blocos localizados no polígono do pré-sal ou em áreas estratégicas, desde que haja autorização específica do CNPE com a definição dos blocos e dos parâmetros técnicos e econômicos para cada um dos campos ou blocos a serem licitados.



Desse modo, as empresas têm a oportunidade de arrematar um bloco ou área com acumulação marginal, que passam a estar permanentemente em oferta. Além disso, as companhias contam com o tempo que julgarem necessário para estudar os dados técnicos dessas áreas antes de fazer uma oferta, sem o prazo limitado do edital de uma rodada de licitação.

O ano de 2023 foi marcado pela realização, pela primeira vez, somente de rodadas por meio de ciclos da Oferta Permanente, sob o regime de concessão e sob o regime de partilha de produção.

Assinatura de Contratos de Oferta Permanente em 2023

Foram assinados em 2023, quatro contratos referentes aos blocos Água Marinha, Norte de Brava, Bumerangue e Sudoeste de Sagitário, arrematados na 1º Ciclo da Oferta Permanente no Regime de Partilha de Produção. Foram

arrecadados R\$ 916 milhões em bônus de assinatura e previsão de R\$ 1,44 bilhão em investimentos em programas exploratórios mínimos, que deverão ser cumpridos durante a fase de exploração.

4º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de concessão (OPC)

Em dezembro de 2023, a ANP realizou a sessão pública de apresentação de ofertas para o 4º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de

concessão. Foram recebidas declarações de interesse acompanhadas de garantias de oferta válidas para 17 setores localizados em 3 bacias

marítimas (Potiguar, Santos e como destaque a bacia de Pelotas), e 16 setores localizados em 7 bacias sedimentares terrestres (Amazonas, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Recôncavo, Tucano, Espírito Santo e Paraná), incluindo a área com acumulações marginais de Japiim, localizada na bacia do Amazonas.

Como resultado, foram arrematados 192 blocos exploratórios, por 15 licitantes vencedoras, com oferta em bônus de assinatura de R\$ 421,7 milhões, com um ágio de 179,69%, e

investimentos mínimos em programas exploratórios da ordem de R\$ 2 bilhões. Foi arrematada também na mesma sessão pública a área com acumulações marginais de Japiim, com uma oferta de R\$ 165 mil em bônus de assinatura e programa de trabalho inicial na ordem de R\$ 1,2 milhões. As assinaturas/outorgas dos 193 contratos de concessão dos blocos exploratórios e da área arrematada estão previstas para serem realizadas até maio de 2024.

2º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de partilha de produção (OPP)

Em agosto de 2023, a Comissão Especial de Licitações da OPP declarou a abertura do 2º Ciclo da Oferta Permanente sob o regime de Partilha de Produção e divulgou seu cronograma. Receberam declarações de interesse e foram colocados em oferta os blocos de Turmalina, localizado na Bacia de Campos, Cruzeiro do Sul, Esmeralda, Jade e tupinambá, localizados na Bacia de Santos.

A ANP realizou a sessão pública de apresentação de ofertas do 2º Ciclo da OPP em dezembro de 2023. Dos 5 blocos ofertados na rodada, somente

o bloco de Tupinambá recebeu oferta e foi arrematado. O percentual de excedente em óleo ofertado para a União foi de 6,50%, representando um ágio de 33,20% sobre o percentual do excedente em óleo mínimo determinado. A área arrematada foi de 3.056,364 km², o bônus de assinatura referente ao bloco arrematado corresponde a R\$ 7.047.000,00 (sete milhões e quarenta e sete mil reais) e a previsão de investimentos mínimo em atividades exploratórias de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais).

Atualização dos instrumentos licitatórios da Oferta Permanente

A ANP aprovou o Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão que teve por objetivo a inclusão de dois blocos exploratórios e uma área com acumulações marginais (Japiim) e dar ciência ao Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos da IN TCU nº 81, de 20 de junho de 2018.

Os Acórdãos TCU nº 797, 07 de fevereiro de 2023, e nº 1139, de 07 de junho de 2023, alusivos ao processo de desestatização para acompanhamento dos procedimentos e ciclos decorrentes da Oferta Permanente, sob o regime de Concessão, de Blocos Terrestres e Marítimos com Risco Exploratório e de Áreas com Acumulações Marginais, com vistas à outorga de contratos de concessão para atividades de exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural, consideram que a ANP atendeu aos aspectos de tempestividade, completude e suficiência técnica dos elementos apresentados por meio do acervo documental inerente à Oferta Permanente de Concessão (OPC).

Contudo, antes da publicação do Edital, a ANP aprovou a atualização do edital em razão da

retirada de 143 blocos exploratórios motivada pela proximidade da expiração da validade das Manifestações Conjuntas MME/MMA. Em julho de 2023, foi publicado no sítio eletrônico da ANP a nova versão do Edital de Licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC) contemplando um total de 955 blocos e uma área contendo acumulações marginais, tendo sido incluídos 87 blocos remanescentes da 17ª Rodada de licitações, dois blocos exploratórios, uma área com acumulações marginais (Japiim) e excluídos 143 blocos exploratórios.

No que tange à OPP, a ANP autorizou a exclusão dos blocos de Bumerangue, Norte de Brava, Água Marinha e Sudoeste de Sagitário, adjudicados no âmbito do 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, e do bloco de Itaimbezinho, cuja Manifestação Conjunta MMA/MME expirou em fevereiro de 2023.

Por fim, em dezembro de 2023, foi publicada a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 11, de 20 de dezembro de 2023, estabelecendo novas regras para os

compromissos de Conteúdo Local nas licitações no Sistema de Oferta Permanente, por essa razão, os referidos editais foram revogados para futuros ciclos, e serão republicados quando feitas as

devidas atualizações referentes às cláusulas de conteúdo local dos instrumentos licitatórios no regime de concessão e de partilha de produção.

Cessão de Direitos de Contratos de E&P

No que tange aos processos de cessão, em 2023, foi aprovado pela ANP um total de 92 cessões de contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural e 1 isenção de garantia de performance. Foram, ainda, autorizadas provisoriamente 2 mudanças de concessionárias decorrentes de incorporação e cisão envolvendo 4 contratos, com prazo médio de deliberação foi de

104 dias, contados a partir da data de entrega da documentação completa e conforme.

Ressalte-se que uma parcela significativa desses processos de cessão (abrangendo 56 contratos) trata de incorporações, reorganizações societárias de grupos societários no sentido de concentração das atividades de E&P em uma ou duas empresas do grupo.

5.3. GESTÃO DE CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Etapa que consiste em gerenciar as atividades dos contratos de concessão da indústria, resguardando os interesses da União e o desenvolvimento do mercado regulado. Saiba mais [aqui](#).

R\$ 9,348 bilhões de investimento **em Conteúdo Local**

25 **TACs celebrados**, previsão de investimento de 1,95 Bilhões de Reais

8.334 **Notificações de Falha de Medição** analisadas

166 **garantias recebidas**, totalizando 81 bilhões de reais

54 **Planos de Desenvolvimento Aprovados**, recorde em um ano

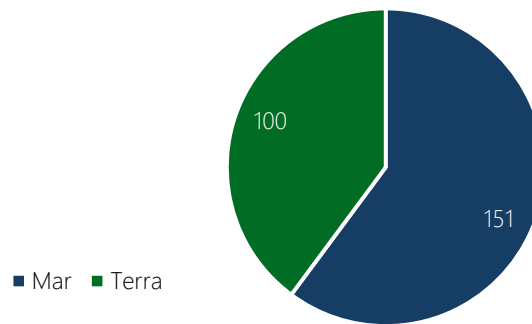
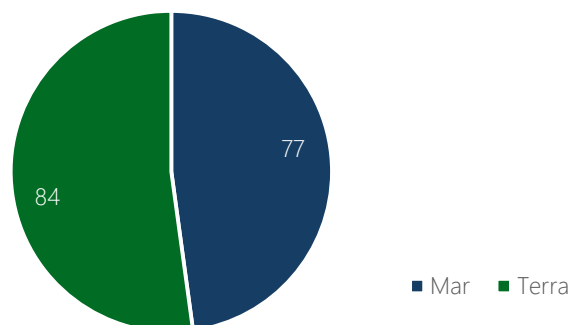
16.050 **dados técnicos analisados** com geração de laudos de análise de dados

Acompanhamento da fase de exploração

No final de 2023, havia 251 blocos sob contrato na fase de exploração, implicando, portanto, no acompanhamento contínuo desse conjunto de

contratos (213 blocos sob contratos ativos e 38 sob contratos suspensos).

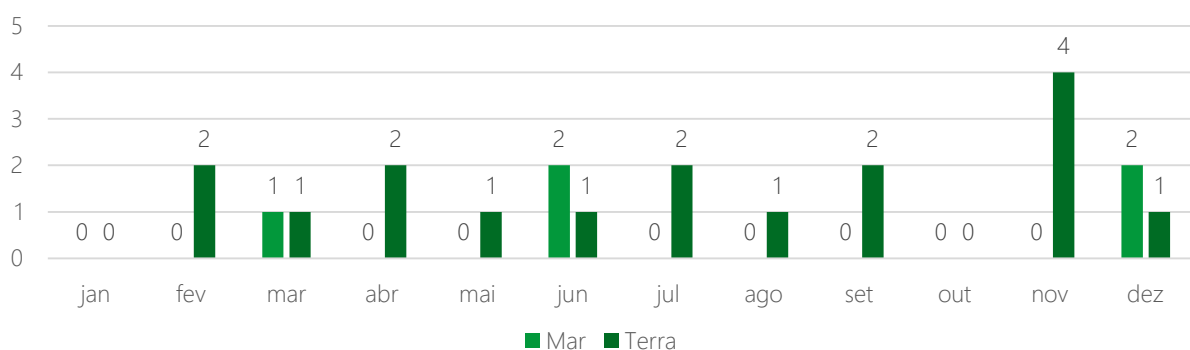
Gráfico 9. Blocos sob contrato, por ambiente

Gráfico 10. Área dos blocos sob contrato (mil Km²), por ambiente

Nas áreas dos blocos sob contrato, foram perfurados 22 poços exploratórios no ano de 2023, sendo 5 em mar e 17 em terra, conforme abaixo. Os poços exploratórios contabilizados são

os poços de categoria 1 a 6 não repetidos, conforme disposto na [Resolução ANP nº 699, de 6 de setembro de 2017](#). Houve um total de 18 Notificações de Descobertas no ano de 2023.

Gráfico 11. Poços perfurados em 2023



Com relação aos Planos de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural (PADs), 10 resultaram na apresentação da Declaração de Comercialidade pelos operadores no ano de 2023, sendo que 9 tiveram seus Relatórios Finais de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural (RFADs) aprovados. Ao término de 2023, havia 33 PADs em andamento (15 em mar e 18 em

terra). Destaca-se que, ao longo do ano de 2023, foi realizada a análise econômica de projetos associados a 15 RFADs.

No que se refere à etapa de descomissionamento de instalações na fase de exploração, no ano de 2023, a ANP concluiu 58 processos de devolução de áreas.

Acompanhamento da fase de produção

A fase de produção é aquela em que as acumulações de petróleo e/ou gás natural descobertas e que tiveram sua viabilidade comercial comprovada dão origem a um campo produtor, sendo desenvolvidas e postas em produção para abastecer o mercado. A fase de produção divide-se em duas etapas:

- Etapa de desenvolvimento: quando toda a infraestrutura necessária à efetiva produção do campo é implantada. Neste momento são realizadas, por exemplo, a perfuração dos

poços produtores, a instalação das plataformas de petróleo e a construção dos gasodutos e oleodutos que escoarão a produção.

- Etapa de produção: quando, com toda a infraestrutura já instalada, o campo passa a produzir petróleo e/ou gás para abastecer o mercado. Esta etapa é a mais longa de todo o ciclo de vida de um campo de petróleo, podendo se estender por décadas a depender da capacidade produtiva do campo.

Acordos de Coparticipação

No ano de 2023, foi aprovado um Termo Aditivo ao Acordos de Coparticipação (ACP), de Búzios. Não foi aprovado nenhum Acordo de

Individualização da Produção (AIP) e nenhum Compromisso de Individualização da Produção (CIP).

Anexações de Áreas

A anexação consiste na incorporação de uma determinada descoberta comercial a um campo produtor ou potencialmente produtor, ampliando seus limites com vistas à exploração conjunta dos recursos petrolíferos. Em 2023, foram aprovados 8 processos de anexação de área, envolvendo os campos de:

- Mapele e Aratu - Bacia do Recôncavo
- Brejinho e Canabrava - Bacia do Recôncavo
- Baixa do Juazeiro e Juazeiro - Bacia Potiguar

- Dom João Mar e Dom João - Bacia do Recôncavo
- Rio São Mateus, Rio Preto, Biguá, Mariricu, Mariricu Norte, São Mateus e São Mateus Leste - Bacia do Espírito Santo
- Poço Xavier e Leste de Poço Xavier - Bacia Potiguar
- Fazenda Junco e Brejinho - Bacia Potiguar
- Lagoa Piabanha e Lagoa Parda Norte - Bacia do Espírito Santo

Garantias Financeiras de Descomissionamento

Com foco na continuidade dos processos de cessão, 9 processos de cessão de contratos tiveram suas garantias de descomissionamento

analisadas e posteriormente e aprovadas pela Diretoria Colegiada em 2023.

Análise e Aprovação de Planos de Desenvolvimento

O Plano de Desenvolvimento (PD) é o principal instrumento de planejamento do desenvolvimento e da produção e abrange todo o ciclo de vida do campo de petróleo. Nele são descritos as atividades e os investimentos que serão

realizados, de modo que todos os outros planos de médio e curto prazo deverão estar em consonância com o previsto no PD. Em 2023, foram analisados e aprovados, ao todo, 54 Planos de Desenvolvimento, contra 42 em 2022.

Segurança Operacional

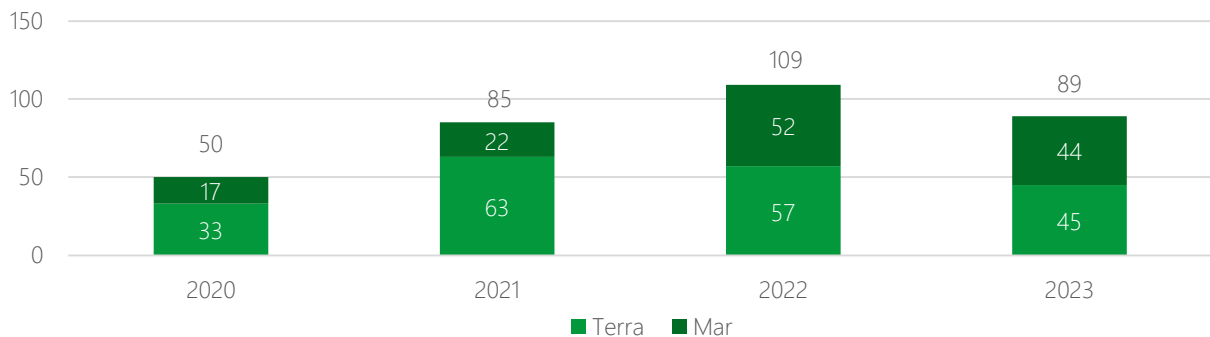
Documentação de Segurança Operacional (DSO)

A DSO é uma coletânea de documentos de segurança operacional composta pela Descrição da Unidade Marítima (DUM) ou Descrição da Unidade Terrestre (DUT), Relatório de Informações do Concessionário (RIC) e Matriz de Correlação (MC). A DSO deve ser apresentada para a ANP antes do início das operações, cuja permissão se dá após a análise e manifestação da Agência, conforme Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007 e Resolução ANP nº 2, de 14

de janeiro de 2010. Em 2023, foram aprovadas 89 DSOs, sendo 45 relacionadas a instalações terrestres e 44 relacionadas a instalações marítimas.

O processo de aprovação de DSOs antecede a entrada em operação de novas instalações, contudo a atualização de DSO corresponde à maior parte das aprovações realizadas e relacionadas nesta seção.

Gráfico 12. Número de DSOs aprovadas por ambiente nos últimos anos



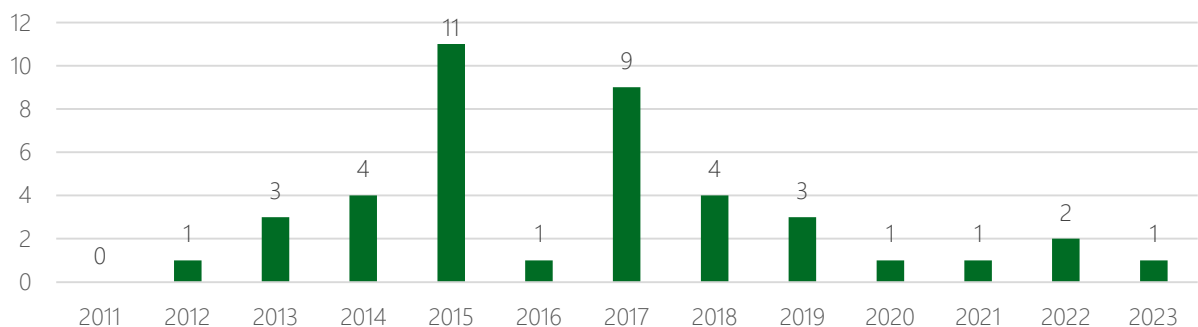
Fonte: Painel Dinâmico interno da SSO

Incidentes

Em 2023 foram comunicados à ANP 2.419 incidentes provenientes de instalações de E&P, por meio do Sistema Integrado de Segurança Operacional (SISO – Módulo Incidentes), valor praticamente igual ao comunicado no ano de 2022. Destes incidentes,

1.984 foram classificados como leves, 307 como moderados e 128 como graves. Dentre os incidentes graves, destaca-se a única fatalidade observada em 2023, decorrente de ferimentos por queda de um trabalhador da sonda de produção terrestre Geosolo, operada pela Nova Petróleo.

Gráfico 13. Quantidade de fatalidades em instalações de E&P por ano



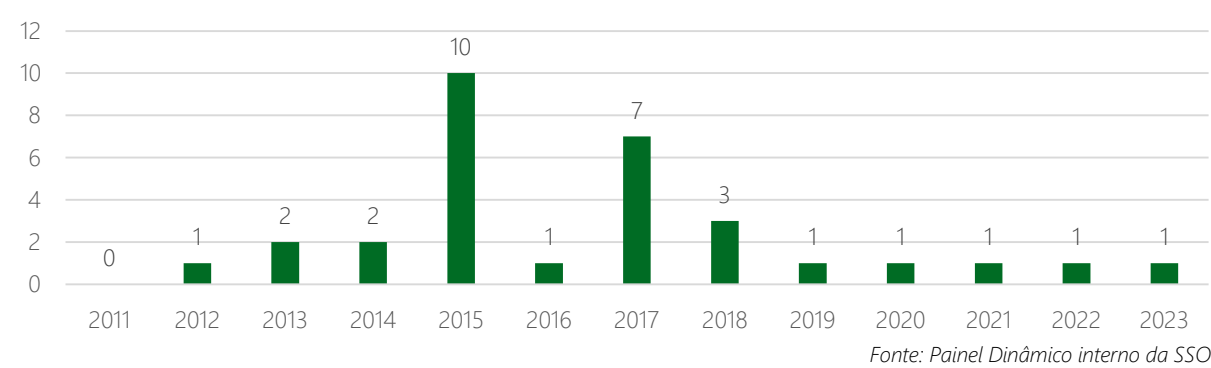
Fonte: Painel Dinâmico interno da SSO

Observação: Cabe destacar que existe uma diferença em relação ao gráfico apresentado no último relatório para o ano de 2022, pois havia sido desconsiderado o incidente relacionado à queda de helicóptero, entretanto, o IRF - International Regulators Forum considera todas as fatalidades, inclusive as relacionadas a embarcações de apoio e voos de helicóptero.

Se considerarmos apenas instalações de exploração e produção reguladas pela ANP, excluindo as embarcações de apoio e quedas de

helicóptero, temos um valor constante de uma fatalidade por ano desde 2019.

Gráfico 14. Quantidade de fatalidades em instalações de E&P reguladas pela ANP, por ano



Em relação ao percentual de comunicação de incidentes por ambiente, houve uma maior concentração de incidentes ocorridos em instalações marítimas. A causa mais provável é uma estabilização dos comunicados relacionados ao monitoramento e inspeção dos poços

terrestres pelos operadores. Outro ponto de destaque é o fato da entrada em operação de grandes FPSOs, em fase sujeita à instabilidades e ajustes, o que resulta em elevado número comunicados por paradas de emergência.

Tabela 6. Número de incidentes comunicados em 2023, por ambiente

Ambiente	Quantitativo	Percentual
Mar	1836	75,96%
Terra	553	22,88%
Indeterminado	21	0,87%
Terra e Mar	7	0,29%

Descomissionamento de Instalações

Durante o ano de 2023, foram aprovados 9 (nove) Programas de Descomissionamento de Instalações (PDIs), sendo 7 (sete) em campos marítimos e 2 (dois) em campos terrestres, localizados em diversas bacias sedimentares. A redução quando comparado a 2022 (aprovação de dezessete PDIs) decorre principalmente da finalização de uma série de devoluções de campos terrestres e cessão de contratos em campos terrestres e marítimos pela Petrobras.

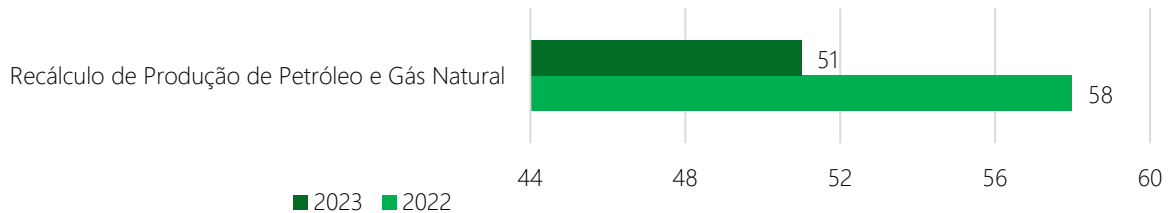
Todos os PDIs foram aprovados no âmbito da Resolução ANP nº 817, de 24 de abril de 2020. Em 2023 destaca-se o início do recebimento de PDIs em campos de águas rasas do Nordeste Brasileiro. Além dos PDIs, foram também aprovados 6 (seis) Relatórios de Descomissionamento de Instalações (RDIs). Mais informações podem ser consultadas no Painel Dinâmico de Segurança Operacional – Descomissionamento de Instalações.

Recálculo e Notificações de Falha de Medição

Os recálculos têm como objetivo corrigir discrepâncias entre os volumes declarados no Boletim Mensal de Produção (BMP) e o processo

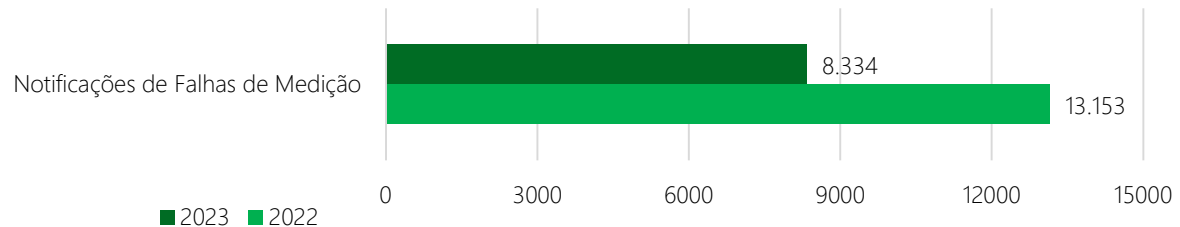
de validação da produção, garantindo a integridade dos dados ou solucionando divergências identificadas durante fiscalizações.

Gráfico 15. Recálculo de Produção de Petróleo e Gás Natural



Foram analisados 8.334 eventos de falhas de medição, no ano de 2023. Esse valor indica que ocorreu uma redução de 36,64% nos eventos de falhas de medição analisados, em comparação ao ano de 2022.

Gráfico 16. Notificações de falha de medição da produção



Na ocorrência de falhas de medição ou ausência de enquadramento das especificações de petróleo, os operadores são obrigados a encaminhar Notificações de Falha de Sistemas de Medição (NFSM), propondo volumes a serem considerados durante a falha e as metodologias utilizadas para esta estimativa. Após as análises, a ANP estabelece as providências a serem adotadas

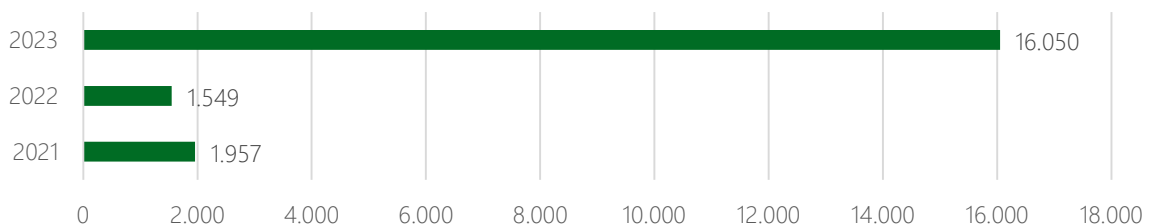
em decorrência de correções nas medições e respectivos registros da produção de petróleo e gás natural em conformidade com a [Resolução nº 18, de 27 de março de 2014](#) - Regulamento Técnico de Notificação de Falhas de Sistemas de Medição de Petróleo e Gás Natural e Falhas de Enquadramento do Petróleo.

Análise de Dados Técnicos

A ANP analisa os dados gerados pelas operadoras e pelas empresas de serviço que são utilizados para o abatimento do programa exploratório mínimo. Em 2023, foram recebidos e analisados 16.050 dados técnicos gerados nas fases de exploração e produção, de diversas tecnologias. O

número de análises em 2023 foi muito superior ao total apurado em 2022 (1.549). Contribuiu de forma incisiva para essa diferença relevante a contabilização das avaliações do passivo dos resultados das análises em amostras de rochas e fluidos feitas pela Petrobras.

Gráfico 17. Número de Análise de Dados Técnicos por Ano



Participações Governamentais

Apuração dos preços de referência do petróleo e do gás natural

O Preço de Referência do Petróleo, adotado para cálculo das participações governamentais, é calculado pela ANP, mensalmente, tendo como base as médias mensais das cotações do petróleo referência (tipo Brent) e de derivados (leves, médios e pesados), ao qual se incorpora um diferencial de qualidade em função das características físico-químicas de cada corrente de petróleo. Os valores apurados pela ANP são divulgados em reais por metro cúbico (R\$/m³).

Em 2023, a ANP apurou mensalmente os Preços de Referência do Petróleo (PRP) e os Preços de Referência do Gás Natural (PRGN), de aproximadamente quatrocentos campos, que são utilizados no pagamento das participações governamentais e de terceiros.

O preço médio de referência do petróleo para o ano de 2023 foi 19% menor que o de 2022, enquanto o preço médio do gás natural foi 50% menor.

Apuração e Distribuição de Royalties

Em 2023, a ANP apurou R\$ 53,65 bilhões, 9% a menos do que em 2022, oriundos de pagamento de royalties pelos concessionários. Os recursos foram distribuídos, mensalmente, diretamente à

União, a onze estados e a cerca de mil municípios, e, indiretamente, aos demais estados e municípios por meio do Fundo Especial. Saiba mais [aqui](#).

Tabela 7. Royalties distribuídos em 2023 (Em bilhões de reais)

Beneficiários	2022	2023	Variação (%)
União	17,78	16,35	-8%
Estados	16,08	14,38	-11%
Municípios	20,21	18,39	-9%
Fundo Especial	5,05	4,53	-10%
Total	59,12	53,65	-9%

Apuração e Distribuição de Participação Especial

Em 2023, a ANP apurou R\$ 41,93 bilhões, 29% a menos do que em 2022, oriundos de pagamento de participação especial pelos concessionários. Foram distribuídos R\$ 38,73 bilhões diretamente à

União, a nove estados e a cinquenta e um municípios. Foram depositados judicialmente 3,20 bilhões. Saiba mais [aqui](#).

Tabela 8. Participação especial distribuída em 2023 (Em bilhões de reais)

Beneficiários	2022	2023	Variação (%)
União	27,78	19,47	-29%
Estados	21,83	15,57	-29%
Municípios	5,13	3,69	-29%
Depósito Judicial	4,57	3,20	-29%
Total	58,81	41,93	-29%

Apuração no Pagamento pela Ocupação e/ou Retenção de Área

A ANP apurou o montante de R\$ 486 milhões, o que representou um acréscimo de 26% em relação ao ano de 2022, oriundos de pagamento de retenção de área em 2023.

Monitoramento do Pagamento aos Proprietários de Terra pelos Concessionários

Foram pagos pelos concessionários R\$ 155 milhões aos proprietários de terras utilizadas na exploração e produção. Saiba mais [aqui](#).

Tabela 9. Pagamentos a proprietários de terra em 2022, acumulado (agosto de 2022 a julho de 2023)

Unidade Federada	R\$ milhões
Alagoas	7,043
Amazonas	56968
Bahia	27,550
Ceará	0,719
Espírito Santo	4,199
Maranhão	14,467
Rio Grande do Norte	41,211
Sergipe	2,876
Paraná	0,034
Total	155,067

Demandas judiciais envolvendo participações governamentais

A ANP atua nas demandas judiciais referentes às participações governamentais, dentre as quais, destacam-se os pleitos dos entes federativos que solicitam enquadramento para o recebimento de royalties pelo critério de instalação de embarque e desembarque.

Existem cerca de 1500 processos judiciais relacionados a participações governamentais, sendo que mais de 400 entes federativos, na maioria municípios, recebem valores de royalties

em virtude de decisão judicial. No ano de 2023, a ANP cumpriu 95 decisões judiciais no âmbito das suas atribuições.

Por meio da elaboração de análises técnicas e legais atinentes aos critérios para recebimento das participações governamentais, especialmente os royalties, a ANP busca garantir que esses valores sejam distribuídos aos devidos beneficiários, que cumprem os critérios estabelecidos nas leis, nos decretos e nas Resoluções da ANP

Acordo de royalties e participação especial de Jubarte

A ANP aprovou a versão final da minuta de acordo para encerramento da controvérsia envolvendo o recolhimento de royalties e participação especial do campo de Jubarte, em função da não atualização da curva PEV da corrente do campo, pela Petróleo Brasileiro S.A.

O acordo prevê o pagamento da quantia de aproximadamente R\$ 780 milhões de royalties e participação especial, atualizados até novembro de 2022, que serão distribuídos aos entes beneficiários.

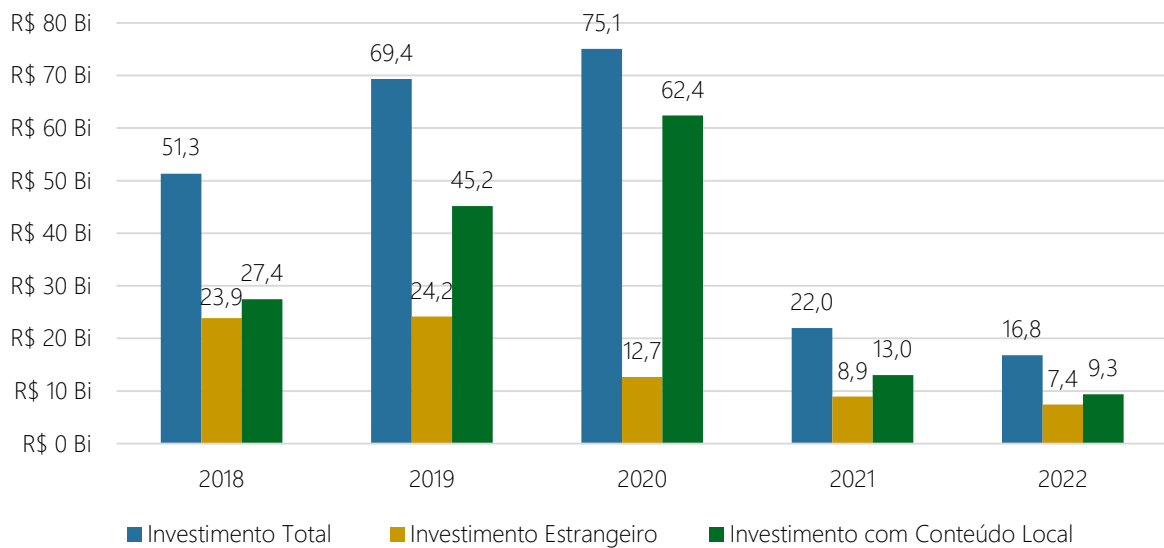
Conteúdo Local

Total investido em conteúdo local

Os dispêndios financeiros em conteúdo local realizados desde 2018, declarados nos relatórios encaminhados à ANP pelos operadores de um bloco ou campo relativos aos contratos de

exploração e produção de petróleo e gás natural, totalizando R\$ 16.774.749.966,23 em 2022, com R\$ 9.348.113.191,45 em conteúdo local.

Gráfico 18. Total investido em Conteúdo Local



Os dados são apresentados somente até 2022 considerando que os de 2022 para os contratos a partir da 7ª Rodada de Licitação e aditados pela Resolução ANP nº 726, de 11 de abril de 2018 serão submetidos pelos operadores em julho de 2024, e os dados do 4º trimestre de 2023 para

demais contratos serão enviados até fevereiro de 2024, seguindo os prazos regulamentares de envio de relatórios de conteúdo local.

Para mais informações, consulte o Painel Dinâmico de Investimentos de Conteúdo Local.

Conteúdo local na individualização da produção e anexação de áreas

No que tange aos critérios de conteúdo local a serem definidos para os instrumentos de individualização da produção e anexação de

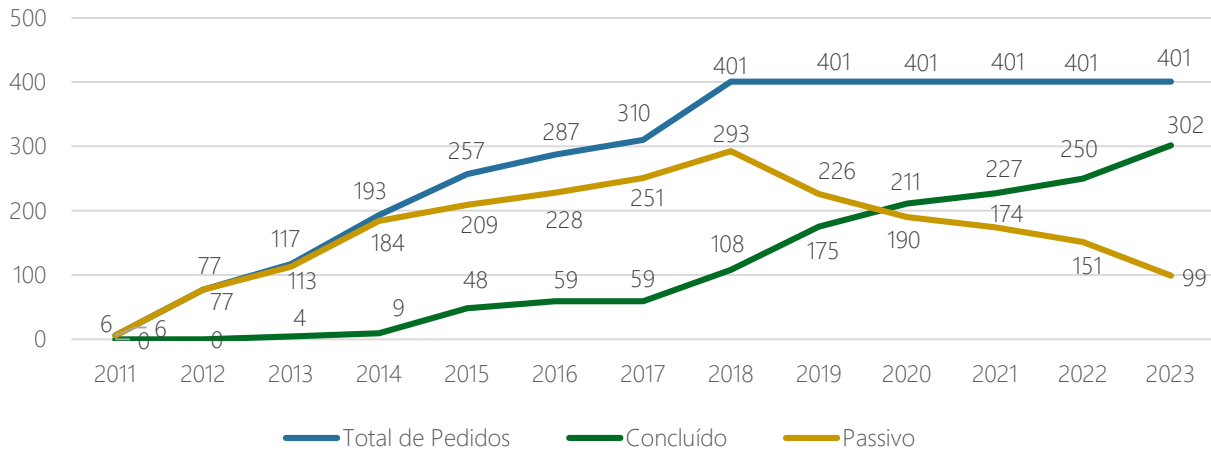
áreas, ao longo de 2023 foram analisados 6 processos de individualização e anexação, ante 14 analisados em 2022.

Isenção e ajuste de conteúdo local

Em 2022 foram arquivados 24 pedidos motivados por não cumprimento dos requisitos de admissibilidade no que se refere às hipóteses previstas nas cláusulas contratuais e na Resolução ANP nº 726, de 11 de abril de 2018. No que concerne aos pedidos de isenção para contratos de afretamento de sonda marítima, foram concluídas as análises da etapa final de apuração com a conclusão de 27 pedidos. No caso dos

pedidos de ajuste, ocorreu o arquivamento de um pedido como resultado de desistência por parte do operador em decorrência de assinatura de TAC, e concluídos 21 Relatórios de Análise Documental. O gráfico a seguir apresenta o histórico consolidado do estoque de pedidos de isenção (374) e ajuste (27), totalizando os 401 expostos.

Gráfico 19. Histórico do estoque de pedidos de isenção e ajustes



Termos de Ajustamento de Conduta de Conteúdo Local

Concluída a análise das 27 propostas de celebração dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) apresentados no ano de 2022, por meio da aplicação da Resolução ANP nº 848, de 14 de julho de 2021, e o desenvolvimento da carga para recebimento dos relatórios de cumprimento do TAC também foi finalizado. Com destaque para a resolução de controvérsia em relação aos relatórios de execução dos TACs, quando a ANP, conclui não ser possível a contabilização dos custos de mão-de-obra técnica própria para fins de cumprimento dos compromissos assumidos

nos TACs. No entendimento da Agência, o custo de mão-de-obra própria não representa uma nova aquisição de bens ou serviços nos termos da mesma Resolução, negando assim provimento do recurso do operador, tendo dado repercussão geral ao entendimento.

No ano de 2023, foram apresentadas 3 propostas de celebração de TAC, sendo 1 TAC celebrado e as outras duas propostas seguem em tramitação. O valor total previsto de investimentos, até 2027, para os TACs celebrados está em torno de R\$ 1,95 bilhão.

5.4. AUTORIZAÇÃO

A etapa de **Autorização** consiste em autorizar atividades da indústria regulada, para refino, produção, movimentação e distribuição de produtos, para a devida continuidade do abastecimento nacional.

9.668 Certificados de Conteúdo Local emitidos.

9 organismos de certificação de conteúdo local acreditados pela ANP

10 autorizações para atividades de aquisição, processamento, reprocessamento e estudo de dados

22 pacotes de dados técnicos disponibilizados para 2 rodadas de Oferta Permanente

1,6 dias de média para anuência de licenças de importação

+5.810 agentes de mercado na distribuição, fornecedores e consumidores, e revenda

8.065 autorizações para exercício de atividade

420 contratos de transporte de Gás Natural assinados

458 contratos de comercialização de Gás Natural registrados

12 novos Carregadores de Gás Natural

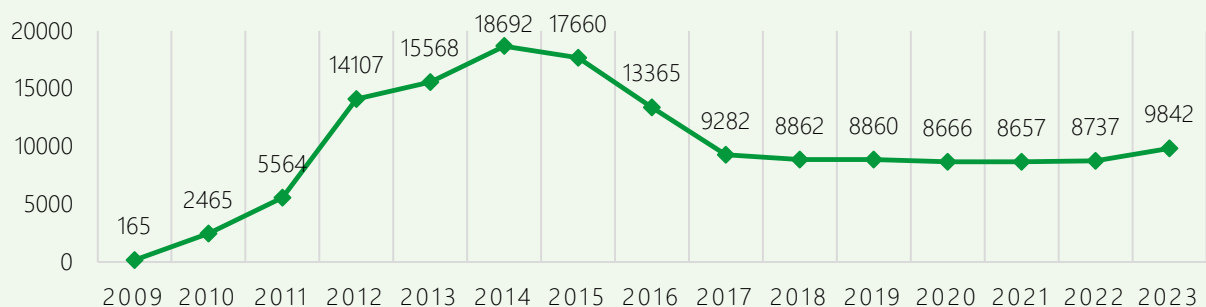
49 contratos de transporte firme de Gás Natural

Certificação de Conteúdo Local

Com base nos Relatórios Trimestrais de Certificação (RTC), foram emitidos 9.868 Certificados de Conteúdo Local pelos organismos de certificação, nos quatro trimestres de 2023. Assim, frente ao ano de 2022, em que

foram emitidos 8739 certificados, houve um aumento de 12,9% na quantidade de certificados emitidos. Desde 2009, 150.520 certificados foram emitidos durante toda a série histórica.

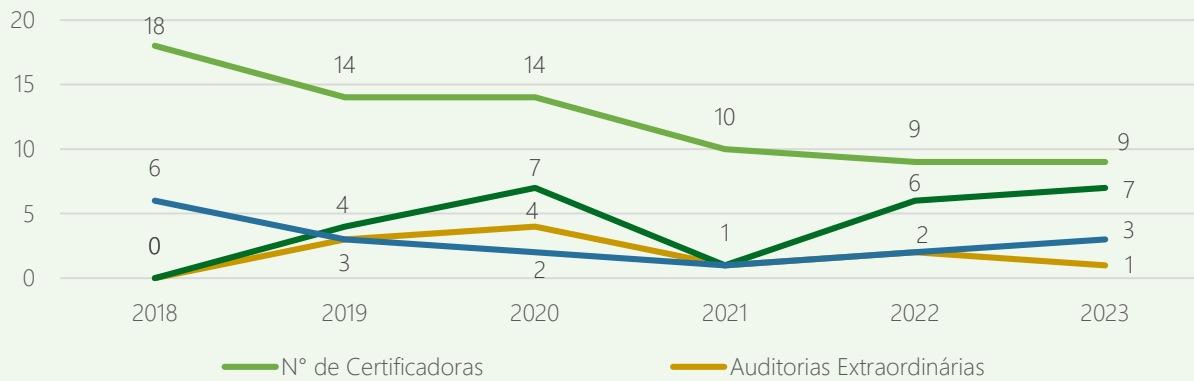
Gráfico 20. Certificados de Conteúdo Local Emitidos, por Ano



Acreditação de Empresas Certificadoras de Conteúdo Local

O ano de 2023 foi encerrado com 9 organismos de certificação acreditados pela ANP, tendo sido concluídos 3 processos de acreditação/reacreditação, 7 processos de auditoria de manutenção e 4 processos de cancelamento de acreditação.

Gráfico 21. Acreditação de Empresas Certificadoras de Conteúdo Local



Com o encerramento de todos os processos de cancelamento pendentes, manteve-se o número de nove Organismos de Certificação acreditados pela ANP, do ano de 2022 para 2023.

Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio



No campo da transição energética, o Programa RenovaBio consolidou-se com, aproximadamente, 325 unidades produtoras de biocombustíveis com certificados da Produção ou Importação Eficiente de Biocombustíveis aprovados pela ANP.

Em 2023, foram emitidos um total 34,5 milhões de Créditos de Descarbonização (CBIOS). As metas individuais compulsórias definitivas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa de 37,47 milhões de CBIOS poderão ser comprovadas no prazo estabelecido no Decreto nº 11.499, de 25 de abril de 2023, que manteve a excepcionalidade de aposentadoria dos CBIOS para cumprimento da meta 2023 até 31 de março de 2024. Em

relação à meta 2022, os distribuidores aposentaram 33,2 milhões de CBIOS, o que representa 92 % da meta estabelecida pelo CNPE.

Neste ano a ANP aprovou ainda 170 processos de certificação da produção eficiente de biocombustíveis, sendo 155 processos de renovação da certificação de biocombustíveis, principalmente, por motivo de vencimento do certificado anterior.

Desenvolveu, em parceria com o Grupo Técnico RenovaBio, de nova rota na RenovaCalc – etanol produzido a partir de melaço de soja; de melhorias na RenovaCalc para as rotas de biodiesel, etanol de primeira geração produzido a partir de cana-de-açúcar, etanol de primeira geração produzido a partir de milho; e de modificações na RenovaCalc para incluir previsão de armazenamento e captura de carbono.

Por fim, ocorreu o julgamento de 10 processos administrativos sancionadores relativos às metas de 2021 que apresentaram recursos em segunda instância e decisão em primeira instância de 5 processos.

Autorização para Produção de Combustíveis e Biocombustíveis

Ao longo do ano foram publicadas 65 autorizações pela ANP. Destaque para o **mercado de etanol**, com queda da capacidade total autorizada das instalações produtoras de etanol a partir da cana-de-açúcar e outros, compensada

pelo crescimento da capacidade total das instalações produtoras de etanol a partir apenas do milho, redução de 5,6% no número de instalações autorizadas.

Gráfico 22. Número de autorizações publicadas para produtores de biocombustíveis em 2023

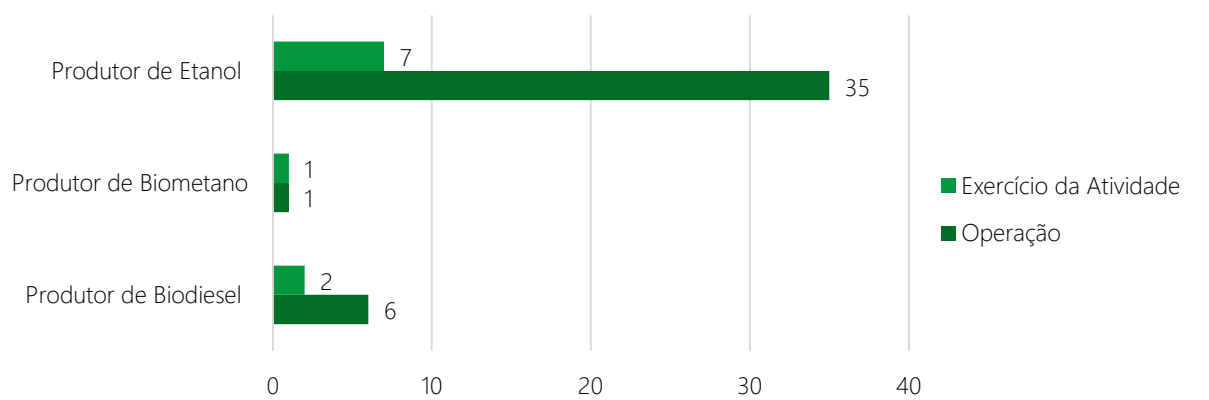


Gráfico 23. Número de autorizações publicadas para produtores de derivados de petróleo e gás natural em 2023

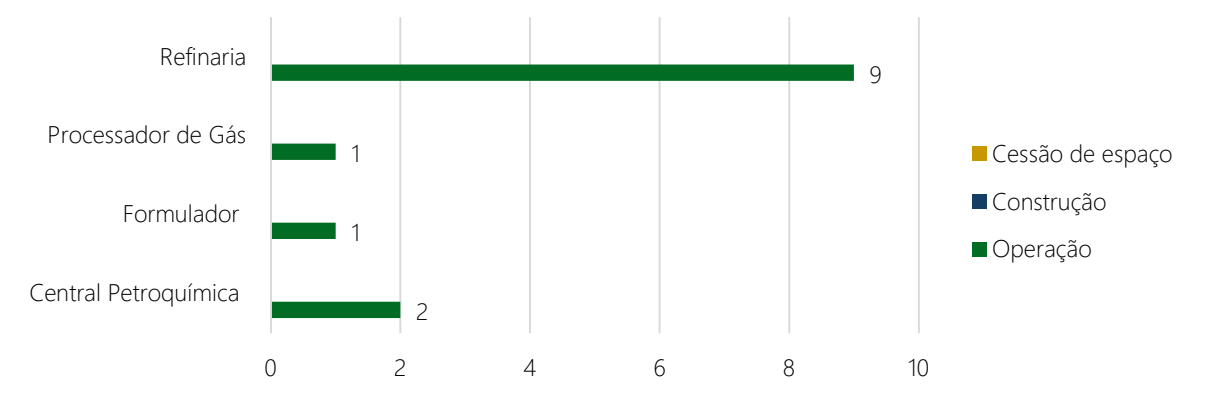


Tabela 10. Comparativo de instalações autorizadas à produção de etanol

Matéria-prima	2022	2023
Cana de açúcar e outros	356	340
Apenas milho	18	15

Tabela 11. Valores aproximados para a capacidade de produção autorizada (em milhares de m³ por dia)

Matéria-prima	2022			2023		
	Hidratado	Anidro	Total	Hidratado	Anidro	Total
Cana de açúcar e outros	251	136	387	248	129	377
Apenas milho	12	10	22	18	15	33

No **mercado de biometano**, houve a publicação de autorização de instalação produtora com capacidade de 30.000 Nm³/d, o que representa um incremento de aproximadamente 8% da capacidade de produção de biometano autorizada no Brasil.

Destaque para 17 requerimentos de produtores de biometano, para enquadramento de projetos de produção de biometano ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). O Regime Especial tem como objetivo a desoneração da implantação de projetos de infraestrutura de forma a atrair investimentos.

Com relação ao **mercado de produção de derivados de petróleo e gás natural**, destaca-se a transferência de titularidade das autorizações da Refinaria Clara Camarão – RPCC (Gumaré – RN) para a 3R POTIGUAR S.A. e a regularização das

centrais petroquímicas da BRASKEM S.A. (Camaçari – BA e Santo André – SP).

Destaque ainda para a autorização de operação referente à ampliação de capacidade da central petroquímica da BRASKEM S.A. (Triunfo – RS), ampliando em 192 m³/d sua capacidade de produção de gasolina A; autorização de produção de derivados de petróleo e gás natural da central petroquímica da BRASKEM S.A. (Mauá – SP), que até então possuía autorização para produzir exclusivamente solventes; autorização de operação referente à ampliação de capacidade da REFINARIA DE MATARIPE S.A. (São Francisco do Conde – BA), aumentando sua capacidade produtiva em 400 m³/d; e autorização de operação para a Refinaria Presidente Bernardes – RPBC (Cubatão/SP) da Petrobras, incluindo a operação de unidade com utilização de até 10 % de óleo vegetal na produção de combustíveis (HBio).

Autorização para Infraestrutura e Movimentação

Autorizações

A ANP outorgou, durante o ano de 2023, 177 autorizações relacionadas à infraestrutura e movimentação, conforme apresentado abaixo.

Tabela 12. Autorizações Outorgadas de 2021 a 2023

Tipo de Autorização	2021	2022	2023
Autorização de Construção	30	30	39
Autorização de Operação	79	74	49
Autorização de Comercialização de Gás Natural	34	21	26
Autorização da Atividade de Carregamento de Gás Natural	26	19	13
Autorização de Importação de Gás Natural e de Exportação de Cargas Ociosas de GNL	26	11	27
Autorização para o exercício de atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, por meio aquaviário	17	7	11
Autorização para Exercício de Atividade de Operações de Transbordo entre Embarcações (SHIP-TO-SHIP)	7	4	5
A Autorização para o exercício da Atividade de Distribuição de GNC	1	0	2
Autorização para o exercício da Atividade de Distribuição de GNL	1	1	0
Autorização para realização de Projeto Estruturante	1	1	5
Total	222	168	177

As Autorizações outorgadas para instalações e os indicadores das análises, além dos investimentos e incrementos em infraestrutura previstos e realizados para instalações em 2023, podem ser

acessadas nos [Boletins de Autorizações de Infraestrutura](#). As demais autorizações podem ser acessadas [aqui](#).

Autoimportadores

Em 2023 não houve novos registros de autoimportador, permanecendo inalterado o total acumulado de 11 Registros de Autoimportadores de gás natural, que havia sido verificado ao final de 2022.

Declaração de Utilidade Pública (DUP)

Foi encerrada a instrução de três processos para fins de declaração de utilidade pública (DUP) das áreas necessárias à construção de instalações. Dois deles se referem ao gasoduto de Gavião Belo e à Estação de Produção de Gavião Belo (EPGVBL), ambos da Eneva S.A. Foi finalizada também a

declaração de utilidade pública (DUP) do Gasoduto Conexão do Terminal de Sergipe, em favor da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG). Estão em andamento na ANP, com previsão para conclusão em 2024, três outros processos de DUP.

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

Em 2023, foram avaliados 4 pedidos de enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Dois processos da empresa Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) iniciados em 2022, Gasoduto GASFOR II (Trecho Horizonte – Caucaia) e o Gasoduto Conexão Terminal Sergipe (duto de interligação do Gasoduto Catu-Pilar com o Ponto de Recebimento do Terminal de GNL de Sergipe); e um processo da empresa Eneva S.A., referente a uma Unidade de Liquefação de Gás Natural (UGNL) a ser instalada no Complexo do Parnaíba.

Além desses, um projeto referente a Central de Distribuição de GNL da Blueshift Geração e Comercialização de Energia Ltda, em Trombudo/SC, foi avaliado, porém não foi possível o enquadramento no REIDI.

Os projetos com enquadramento no REIDI concluído em 2023 representam investimentos na indústria do gás natural, da ordem de R\$ 1 bilhão, com incentivos fiscais de cerca de R\$ 73 milhões.

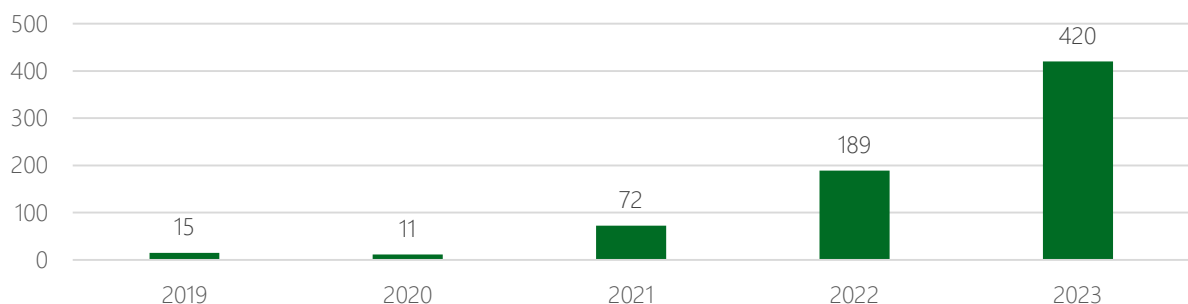
Outorga e Contratação no Mercado de Gás Natural

Contratos de Serviço Dutoviário de Transporte de Gás Natural

Durante o ano de 2023, a ANP promoveu gradual padronização dos contratos de transporte e da oferta de produtos; promoveu ainda, o acesso isonômico e não discriminatório à infraestrutura integrada de transporte e o aumento de flexibilidade na contratação do transporte no mercado de gás brasileiro, tendo como resultado,

420 contratos de transporte assinados, incluindo Contratos Master, Contratos de Transporte Firme e Contratos de Transporte Extraordinário; 16 produtos distintos ofertados; a facilitação do livre acesso aos gasodutos de transporte; e o aumento da liquidez no mercado nacional de gás natural.

Gráfico 24. Contratos de Gás assinados / ano

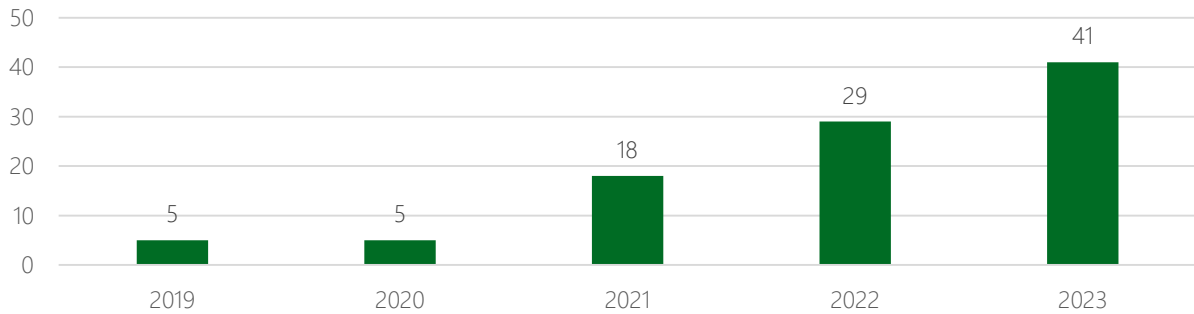


Carregadores no Mercado de Gás Natural

Atualmente são 41 carregadores distintos contratando no regime de entradas e saídas, o que revela a continuidade da tendência de entrada de novos agentes/usuários da rede de

transporte. O gráfico a seguir inclui os agentes que assinaram Contratos Master, porém não firmaram contratos de serviço de transporte.

Gráfico 25. Carregadores de Gás Natural / ano



Foi observado um substancial ganho de flexibilidade na contratação do serviço de transporte e um gradual aquecimento do mercado de gás natural brasileiro, com o lançamento de produtos diversos (diários, mensais e trimestrais), permitindo aos carregadores otimizar seus portfólios de contratação.

Constata-se uma bem-sucedida aceleração no processo de transição para um mercado concorrencial de gás natural, com um aumento expressivo no número de contratos de transporte

assinados em 2023, além da continuidade da tendência de aumento no número de carregadores contratantes do serviço de transporte de gás natural.

Tal fato, associado à diversificação dos tipos de contratos de comercialização e ao aprimoramento dos contratos de transporte, promete conferir maior dinamismo para as transações no mercado nacional, em harmonia, com as diretrizes da “Nova Lei do Gás” e da Resolução CNPE nº 3, DE 7 de abril de 2022.

Processo de Oferta e Contratação de Serviço de Transporte de Gás Natural, Modalidade Extraordinária

Para garantir a continuidade da oferta de serviços de transporte dutoviário de gás natural e promover a ampliação do acesso de terceiros ao sistema de transporte, a ANP atuou na contratação de serviço de transporte extraordinário de gás natural, resultando em 18 Contratos de Transporte Extraordinário Anual assinados em 2023, celebrados entre os Transportadores NTS e GOM e 6 diferentes Carregadores, totalizando 3,832 milhões de m³

A Agência atuou ainda, na contratação de serviço de transporte extraordinário de gás natural, com o objetivo de promover o aumento de flexibilidade na contratação do transporte no mercado de gás brasileiro, o que resultou em 269 Contratos de Transporte Extraordinário de curto prazo (diário, mensal e trimestral) e flexíveis assinados em 2023, celebrados entre os Transportadores NTS, TAG e TBG e 13 diferentes carregadores; 59 contratos

/dia de contratação de entrada, e 3,402 milhões de m³/dia de contratação de saída. Os 16 contratos assinados entre NTS e 4 diferentes Carregadores perfazem 1,377 milhões de m³/dia de contratação de entrada, e 0,947 milhões de m³/dia de contratação de saída. Os 2 contratos assinados entre GOM e 2 diferentes Carregadores perfazem 2,455 milhões de m³/dia de contratação de entrada, e 2,455 milhões de m³/dia de contratação de saída.

assinados entre a NTS e 4 diferentes Carregadores, dentre os quais 52 são contratos diários, 5 mensais e 2 trimestrais; 33 contratos assinados entre a TAG e 10 diferentes Carregadores, dentre os quais 8 são contratos diários, 13 mensais, 5 trimestrais e 7 flexíveis; e 177 contratos assinados entre a TBG e 3 diferentes Carregadores, dentre os quais 169 são contratos diários, 7 trimestrais e 1 contrato mensal.

Processo de Oferta e Contratação de Capacidade Dutoviária de Transporte de Gás Natural, Modalidade Firme

A ANP atuou no processo de oferta e contratação de capacidade dutoviária de transporte firme de gás natural com o objetivo de promover a competitividade na oferta de gás natural e a ampliação do acesso de terceiros ao sistema de transporte, além de dar uma maior previsibilidade para transportadores e carregadores.

A Resolução ANP nº 961, de 24 de novembro de 2023 teve por objetivo simplificar a Contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural,

conferindo maior agilidade para esses procedimentos, cabendo à ANP aprovar as tarifas de transporte aplicáveis ao serviço de transporte firme anual e as receitas máximas permitidas de cada transportadora.

Desta forma, foram concluídos com sucesso os Processos de Oferta e Contratação de Capacidade das transportadoras TAG, TBG e TSB, resultando na assinatura de 49 contratos de serviço de transporte firme anual de gás natural.

Tabela 13. Processos de Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte

	TBG	TAG	TSB	TOTAL
Capacidade de Entrada Contratada (mil m ³ /dia)	20.869	4.315	800	25.984
Capacidade de Saída Contratada (mil m ³ /dia)	12.688	4.690	800	18.178
Número de Contratos para a prestação do serviço de transporte firme celebrados	12	35	2	49
Número de Carregadores contratando capacidade	6	18	1	22

Ressalta-se que a contratação de capacidade firme confere maior previsibilidade tanto para os carregadores, que podem contratar capacidade em um horizonte mais dilatado – 5 anos – com

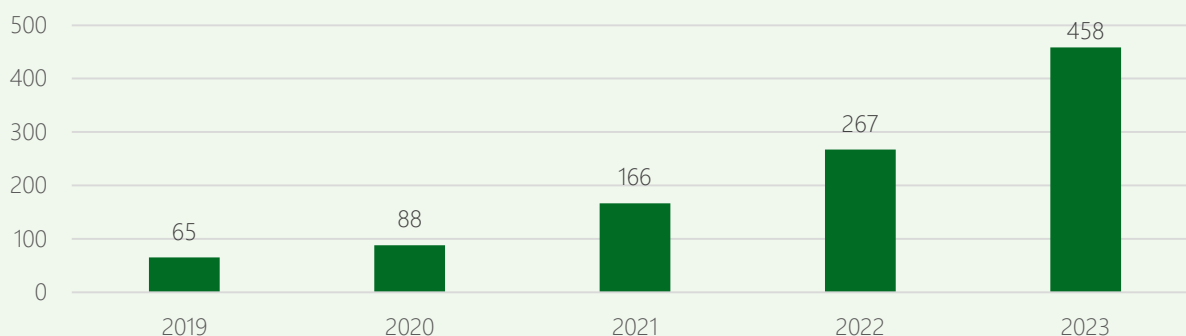
garantia de movimentação do gás natural, quanto para os transportadores, no que se refere à forma de recuperação das suas receitas.

Registro e Publicação dos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural

A atividade de registro de contratos de compra e venda de gás natural e a publicação daqueles contratos destinados ao atendimento do mercado cativo são exigências da Resolução ANP nº 52, 29 de setembro de 2011. Nos últimos anos, a

atividade tem crescido de forma acelerada em função da abertura do mercado de gás natural no Brasil, conforme pode-se ver no gráfico a seguir, que apresenta o número de contratos, aditivos e comunicações ao longo dos últimos 5 anos.

Gráfico 26. Instrumentos Contratuais registrados na comercialização de Gás Natural / ano

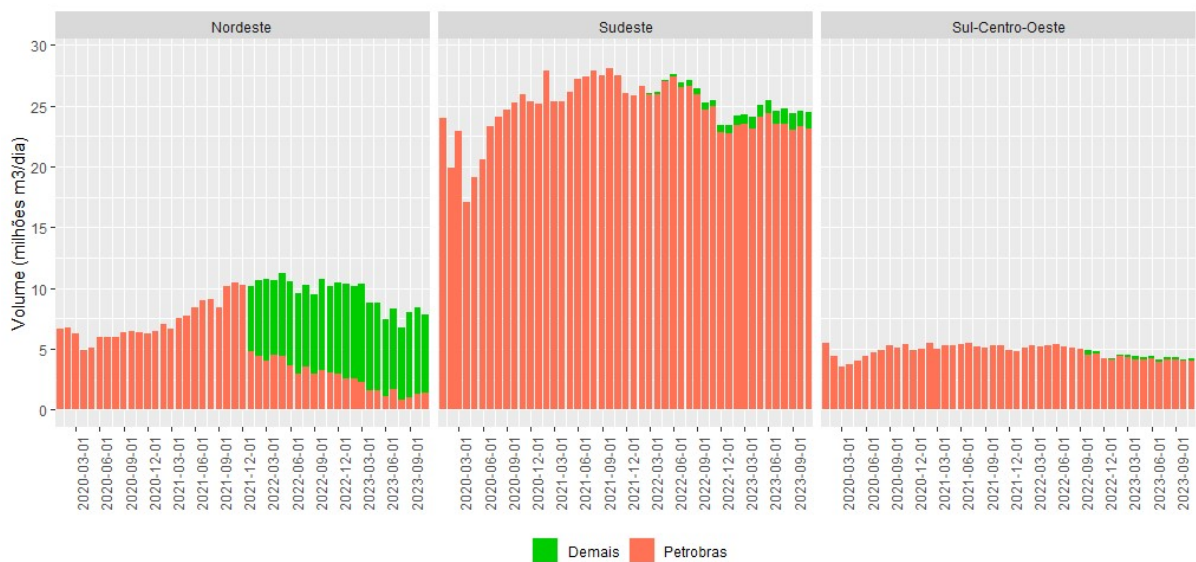


Efeitos da Abertura do Mercado de Gás Natural

O setor de gás natural no Brasil fechou o ano de 2023 com grandes avanços no sentido da formação de um mercado mais aberto, dinâmico e competitivo. O maior exemplo é a abertura que vem sendo observada na Região Nordeste, com maior diversidade de agentes além da Petrobras. Entre janeiro e novembro de 2023, os vendedores independentes foram responsáveis por aproximadamente 81% das vendas, para mercado não-térmico atendido pela malha integrada de gasodutos de transporte daquela região. Em 2022, eram 75%.

Nesse período, considerando o mesmo segmento de mercado e a malha integrada da Região Nordeste, o preço médio sem impostos dos demais vendedores foi cerca de 30% menor que o praticado pela Petrobras, nas operações em que o agente vendedor entregou o gás no *city-gate* da distribuidora ou no ponto de entrega do consumidor livre. Considerando a malha integrada nacional e o mesmo segmento de mercado, o preço praticado por terceiros foi 14% mais baixo que o praticado pela Petrobras.

Gráfico 27. Volume de vendas de gás natural por região para mercado não-térmico



Ao comparar os dados de 2023 com o ano anterior, o número de contratos de compra de venda de gás natural teve um crescimento significativo. Em 2022, foram assinados 61 contratos ou aditivos com a Petrobras como agente vendedor, contra 198 com outras empresas; já em 2023, foram 112 contratos ou aditivos com a Petrobras e 346 com outros agentes, o que sinaliza tanto o crescimento da atividade de comercialização do gás natural como a abertura do mercado regulado.

O número de empresas efetuando carregamento de gás natural na rede integrada cresceu de três, em 2021, para 15 em 2022 e para 19 em 2023. Já o índice de market share (participação de mercado)

da Petrobras na oferta de gás natural na malha integrada de transporte reduziu de 100%, em 2021, para 83% em 2022 e para 78% em 2023, no acumulado até o mês de novembro.

Entre as ações da ANP que resultaram nesse cenário, estão as autorizações para entrada das novas empresas no mercado, bem como a aprovação desses contratos e das tarifas neles praticadas. A ANP vem trabalhando para que essas outorgas e aprovações ocorram de forma célere, de modo a agilizar a entrada de novos agentes, a movimentação de gás natural e a contratação de transporte, fomentando, assim, a competição na comercialização de gás natural.

Movimentação e Abastecimento de Líquidos

Em atendimento à Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013 ("Lei dos Portos"), que determina que a ANP seja ouvida previamente sempre que a licitação, chamada pública ou processo seletivo, envolver instalações portuárias voltadas à movimentação de petróleo, gás natural, seus

derivados e biocombustíveis, foi realizada visita técnica e elaborada nota técnica conjunta, no âmbito da licitação das instalações do terminal situado na área localizada no Porto Organizado do Rio de Janeiro/RJ.

Distribuição e Revenda

Autorização e Homologação de Agentes Regulados

Figura 14. Variação do quantitativo de Agentes 2023/2022



Tabela 14. Autorização de Exercício de Atividade (AEA)

Atividades	Número de Autorizações
Empresa Comercial Exportadora	1
Produtor de óleo lubrificante acabado industrial	32
Distribuição de solventes	0
Distribuição de asfaltos	2
Distribuição de combustíveis líquidos	29
Distribuição de GLP	4
Distribuidor de combustíveis de aviação	0
Coletor de óleo lubrificante usado e/ou contaminado	1
Agente de comércio exterior	176
TRR	55
TRRNI	6
Revenda varejista de combustíveis	2.812
Revenda varejista de GLP	4.947
Total AEA (empresa)	8.065

Tabela 15. Autorizações de Exercício de Atividade (AEA Filial)

Exercício de Atividade Filial	Número de Autorizações
Distribuição de combustíveis líquidos	102
Distribuição de GLP	14
Total AEA Filial	116

Tabela 16. Autorização de Operação (AO)

Operação	Número de Autorizações
Instalação de distribuição de combustíveis líquidos	55
Instalação de distribuição de combustíveis de aviação	17
Instalação de TRR	66
Instalação de distribuidor de asfaltos	8
Instalação de distribuição de Solventes	5
Instalação de coletor de OLUC	5
Distribuição de combustíveis de aviação	0
Distribuidor de GLP	10
Rerrefinador	1
Produção de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial	13
Total AO	180

Vistorias nos Agentes Econômicos que atuam no Abastecimento de Combustíveis

Em 2023, foram realizadas 83 vistorias, sendo 3 em ações conjuntas com outros órgãos, com 2 fiscalizações em Produtores de Biodiesel com possível consumo irregular de metanol, e 2 visitas

à Maxsul, com intuito de auxiliar na investigação do incidente ocorrido, bem como verificações para retorno da base à operação.

Revogações de Autorizações da Revenda de Combustíveis e GLP

Durante o ano de 2023, foram revogadas 1.802 autorizações de revendedores varejistas de combustíveis e 3.387 de revendas de GLP, muitas destas motivadas pelo trabalho de monitoramento das bases de dados da Receita Federal e

Secretarias de Fazendas, pela ANP, através da verificação de CNPJs e inscrições estaduais inválidas. Com essa medida, o cadastro de revendedores da ANP passa a refletir melhor a realidade do mercado.

Análise de Licenças de Importação de Combustíveis e Derivados

Embora não conceda autorizações para exercício de atividade, a ANP é a responsável pela análise das licenças de importação e exportação antes da realização da operação. No ano de 2023, de acordo com os dados do SISCOMEX, a ANP analisou cerca de 94.000 licenças de importação, com uma média e de resposta de 1,6 dias. Pedidos de importação de

produtos como metanol, outras naftas e solventes em média tomam mais tempo, pois são os produtos sensíveis e oferecem risco por isso sua análise requer maior profundidade. A tabela a seguir apresenta as licenças anuídas, por grupo de produto, número de Licença de Importação e quantitativo total em toneladas a nacionalizar.

Tabela 17. Licenças de Importação por Produto

Produto	Média em tempo para deferimento em dias	Número de Licenças de Importação tratadas	Quantidade (em quilos)
Metanol	7,76	3.686,00	2.567.140.064,95
Outras Naftas	4,81	1.193,00	3.787.433.039,80
Solventes	3,41	14.085,00	3.000.257.188,96

QAV	2,10	47,00	1.988.431.127,75
Biodiesel	1,52	31,00	141.949,20
Óleo Bruto	1,45	1.366,00	40.462.827.244,45
Nafta Petroquímica	1,30	1.442,00	17.555.387.232,00
Asfalto	1,04	1.501,00	533.956.022,13
Óleo Diesel	0,99	9.371,00	38.800.283.468,83
GLP	0,86	2.938,00	177.537.305,74
Óleo Combustível	0,77	57,00	126.538.501,38
Gases	0,67	2.115,00	3.116.394.292,62
Etanol	0,64	850,00	385.418.010,79
Gasolinas Automotivas	0,62	2.811,00	10.976.967.840,85
Óleo Lubrificante / Graxas	0,31	41.235,00	2.249.564.958,87
Gás Natural	0,28	120,00	5.920.665.809,05
Aditivos	0,19	10.486,00	188.140.518,49
Total Geral	1,60	93.334,00	131.837.084.575,86

5.5. FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

**51 blocos e
37 campos**

com **fiscalização de Conteúdo Local**, totalizando **88 ações**

60 fiscalizações de medição da produção, representando 120% de atingimento da meta

567 contratos de aquisição de etanol anidro homologados, compondo um volume de 12.414.815 m³

6.039.545 m³ de **Biodiesel** comercializados

2.702 contratos de aquisição de biodiesel homologados

43 fiscalizações em instalações de infraestrutura e movimentação

90 fiscalizações em terminais aquaviários

Essa etapa da cadeia de valor consiste em verificar o atendimento à legislação pertinente às atividades da indústria, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos, visando as melhores práticas da indústria, e a conservação e uso racional do petróleo, gás natural, biocombustíveis e derivados.

A atuação da Agência na fiscalização abrange as áreas de exploração, produção, refino e processamento de petróleo e gás natural, movimentação de petróleo e derivados, biocombustíveis e gás natural, e o abastecimento de derivados de petróleo e gás e biocombustíveis.

Fiscalização da Atividade de Exploração

A ANP realiza o acompanhamento dos contratos de E&P por meio de ações de fiscalização de campo e documental, quando é verificada a conformidade dos documentos enviados pelos operadores. Além dos Planos e Relatórios Finais de Avaliação de Descobertas de Petróleo ou Gás Natural e de Descomissionamento de Instalações,

no ano de 2023, o Plano de Trabalho Exploratório (PTE), em seu segundo ano de envio pelos operadores, consolidou-se como um instrumento de gestão de contratos. No que se refere à avaliação do PTE previsto para 2024, ao final de 2023, um total de 196 Planos de Trabalho Exploratório haviam sido analisados e validados.

Fiscalização em campo da atividade de exploração

A ANP fiscaliza a execução de atividades exploratórias em áreas contratadas e devolvidas, assim como o descomissionamento de instalações, que, para além de outras atividades, inclui a recuperação ambiental dessas áreas, que pode ser realizada após a finalização do contrato.

No ano de 2023, foram realizadas 3 ações de fiscalização, contemplando um total 32 blocos exploratórios e 59 áreas exploratórias, distribuídas nas bacias do Amazonas, Espírito Santo e Recôncavo.

Ações de fiscalização que resultaram em auto de infração

Em 2023, foram gerados 13 autos de infração decorrentes de ações de fiscalização realizadas, dos quais 8 foram lavrados devido à não apresentação

de Programa de Descomissionamento de Instalações (PDI), conforme previsto na Resolução ANP nº 817, 24 de abril de 2020.

Processos Sancionadores

Uma vez realizada uma ação de fiscalização, documental ou em campo, caso essa ação gere um auto de infração, é instaurado um processo administrativo sancionador. No que se refere aos processos sancionadores que tramitaram em 2023, 11 foram encerrados e 23 permanecem em

tramitação. Foram aplicadas cerca de **R\$ 14,5 milhões** em multas referentes a infrações de contratos de E&P na fase de exploração. Deste montante de multas aplicadas, foram pagos R\$ 5,6 milhões em multas referentes aos processos sancionadores encerrados em 2023.

Fiscalização da Atividade de Produção

No ano de 2023 foram realizadas **12 fiscalizações** em campo nos campos de Anambé, bacia de Alagoas; Angelim, bacia de Sergipe; Atalaia Sul, bacia de Sergipe; Azulão, bacia do Amazonas; Furado, bacia de Alagoas; Japiim, bacia do

Amazonas; Pilar, bacia de Alagoas; Polvo, bacia de Campos; Siririzinho, bacia de Sergipe; Sul de Tupi, bacia de Santos; Tubarão Martelo, bacia de Campos; e Tupi, bacia de Santos.

Fiscalização da Segurança Operacional no Upstream

Participação na Operação Ouro Negro

Em relação a instrumentos de cooperação com outras entidades públicas e privadas, a ANP manteve em 2023 a sua participação na Operação Ouro Negro. A Operação atuou, principalmente, em ações relacionadas ao

acompanhamento dos processos de transição de operador do Plano de Desinvestimento da Petrobras. A ANP compartilhou documentos como os relatórios de suas ações para subsidiar a atuação das demais instituições.

Ações de Fiscalização

A fiscalização da segurança das operações de E&P tem como foco a proteção da vida humana, do meio ambiente e dos ativos da União e de terceiros e é executada por meio de auditorias do sistema de gestão. A ANP previu para 2023 no Plano de Fiscalização Anual do Upstream a realização de **61 ações de fiscalização**, tendo ficado abaixo da sua meta, **realizando 39 atividades de**

fiscalização de segurança operacional (redução de 17% em relação à 2022).

Foram realizadas 33 ações de fiscalização em ambiente marítimo e 6 em ambiente terrestre, além de 21 ações de fiscalização ocorrerem de forma remota por meio de análise documental e interação virtual via *Microsoft Teams*.

Tabela 18. Comparação entre o número de ações de fiscalização realizadas em 2022 e 2023

Ações de Fiscalização	2022	2023
Terrestres	8	6
Marítimas	38	33
Mar e Terra	1	0
Total	47	39

Fonte: Painel Dinâmico de Segurança Operacional - Fiscalização de Segurança Operacional

Ainda é importante ressaltar que apenas 18 das 39 fiscalizações de 2023 foram presenciais (46% do total), sendo que apenas 5 (cinco) dessas fiscalizações foram a bordo de unidades de produção (*offshore*) e 3 (três) a bordo de unidades de perfuração (*offshore*), perfazendo um total de apenas 8 (oito) fiscalizações em unidades *offshore*. Quando comparado com o ano de 2019 (pré pandemia) é perceptível uma queda expressiva nas fiscalizações a bordo de unidades *offshore*, quando houve 45 (quarenta e cinco) fiscalizações. Ou seja, comparando-se os números com o período pré-pandemia houve uma redução de 82% nas fiscalizações *offshore* da ANP, muito por conta do que foi detalhado acima acerca da pouca atratividade para a atividade de fiscalização.

Ainda em relação ao período pré-pandemia, é importante ressaltar que houve uma queda de 26 para 13 fiscais na unidade de fiscalização da segurança operacional, uma redução de 50% no quantitativo de fiscais. Com o advento do Programa de Gestão de Demandas (PGD) que se deu logo no início de 2020, quando passou a ser possível que os servidores trabalhem 100% remoto, perdeu-se o único incentivo que havia para os fiscais que realizavam atividades de fiscalização, pois à época havia um programa específico para os fiscais de campo (no qual era permitido que estes fizessem um número predeterminado de auditorias de campo e o resto do tempo fosse trabalhado de casa).

Apoio técnico às ações de fiscalização

De forma a prestar apoio técnico às ações de fiscalização, a ANP possui em vigência, desde junho de 2021, contrato com a empresa de consultoria Bureau Veritas (BV), que contempla o serviço de apoio técnico supervisionado para as atividades de fiscalização e investigação de incidentes em instalações *offshore* realizadas pela Agência, bem como treinamentos relacionados

ao tema. O contrato contemplou em 2023 a realização de 14 ações de fiscalização; 1 apoio à investigação de incidente - referente ao acidente na Plataforma Petrobras 19 (P-19) ocorrido em 02/08/2022; e 2 treinamentos: "Well Integrity & Design - CCS Geológico risco e integridade de estocagem" e "Tubulações Industriais".

Termos de Execução Descentralizada

A ANP gerenciou um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, que tem por objetivo a realização de perícias técnicas em unidades marítimas de perfuração, produção e

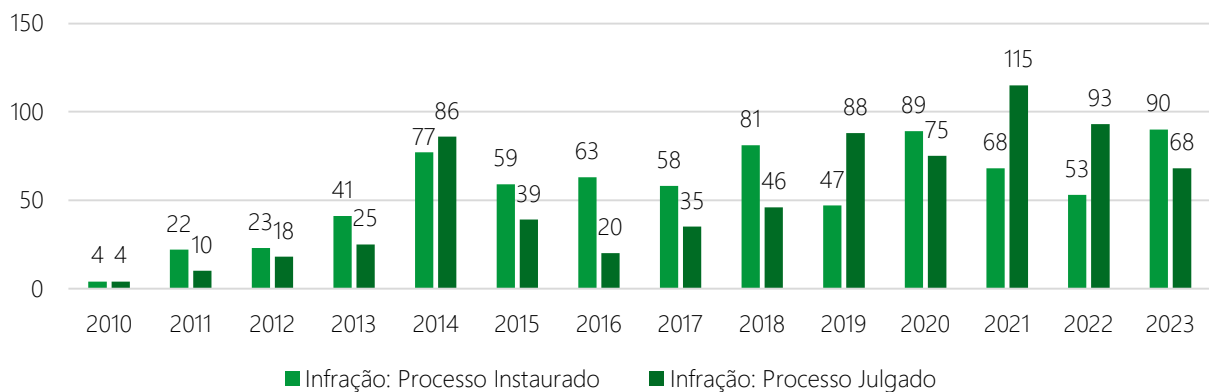
armazenamento de petróleo e gás natural. No ano de 2023, no âmbito deste TED, foram realizadas 1.755 perícias técnicas em unidades marítimas de perfuração, produção e armazenamento de petróleo e gás natural.

Multas e processos sancionadores de Segurança Operacional

Os processos sancionadores em segurança operacional compreendem processos com infrações atreladas a desvios de diferentes práticas de gestão contempladas nos

regulamentos técnicos vigentes, bem como desvios apurados por meio da investigação de denúncias e de incidentes, entre outras infrações.

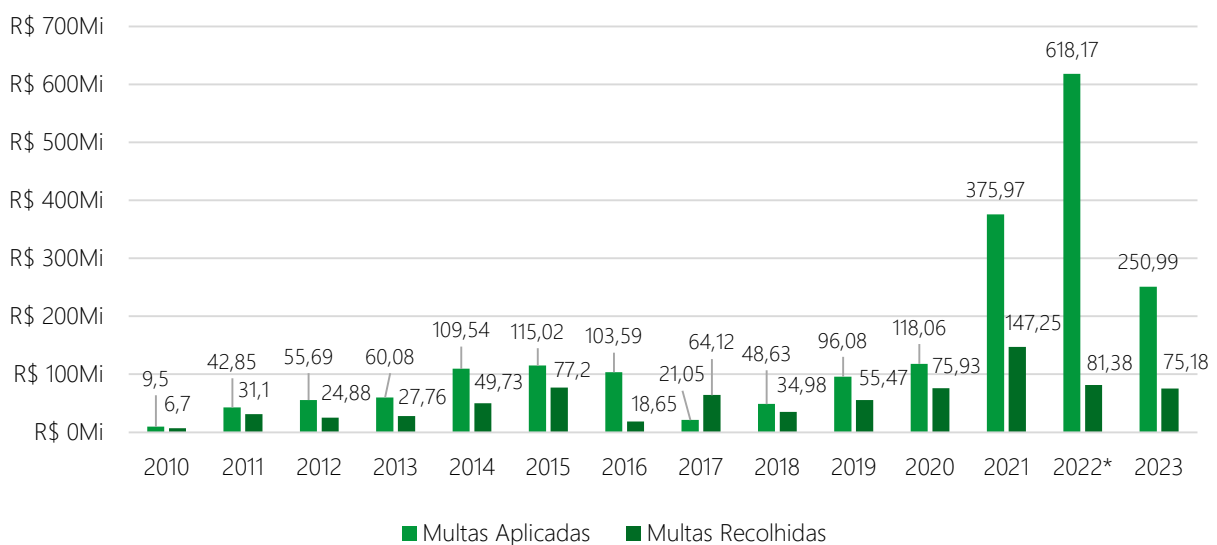
Gráfico 28. Processos sancionadores instaurados e julgados por ano



Fonte: Painel dinâmico de segurança operacional - Processos Sancionadores

No ano de 2023 foram aplicados mais de R\$ 250 milhões em multas e recolhidos mais de R\$ 75 milhões, com um alto índice de recolhimento com aplicação de desconto previsto em lei.

Gráfico 29. Valor de multas aplicadas e recolhidas por ano



Fonte: Painel dinâmico de segurança operacional - Processos Sancionadores

Nota: Valores de multas aplicadas e recolhidas diferem em função da aplicação do desconto previsto pelo art. 4º, §3º da lei nº 9.847/199 para pagamentos realizados em 1ª instância, ou em função dos valores correspondentes aos processos em tramitação em sede de 2ª instância.

Fiscalização da Medição da Produção no *Upstream*

Em 2023, a ANP realizou **60 ações de fiscalização** em unidades de produção de petróleo e gás natural. Dentre estas, foram realizadas 11 fiscalizações de rotinas em campo e 2 documentais, 33 fiscalizações de autorizações em campo e 11 documentais. Ainda, foram realizadas 3 fiscalizações prévias em campo. Essas corresponderam a **120% da execução física das metas** planejadas para o exercício de 2023, previstas no plano orçamentário.

No ano de 2022, a ANP havia realizado 53 ações de fiscalizações da medição da produção. Houve, portanto, um **aumento percentual de 13,21%** na quantidade de fiscalizações.

Em 2023, uma nova categoria denominada "fiscalização prévia" foi criada com o propósito de destacar as ações de fiscalização realizadas durante a inspeção inicial nos sistemas de medição. Essa inspeção ocorre nas unidades de produção ainda em fase de construção, seja no estaleiro no exterior ou no Brasil, e tem como objetivo antecipar questionamentos que, nessa fase do projeto, possam ser facilmente resolvidos. Este momento é escolhido porque existe infraestrutura e mão de obra adequadas para abordar questões e não conformidades, o que difere do ambiente offshore, onde as ações seriam de extrema complexidade.

Fiscalização de Participações Governamentais

A ANP, em 2023, realizou somente uma ação de fiscalização que teve por objetivo de realização vistoria para enquadramento do Município de São João da Barra – RJ como concentrador das instalações industriais para processamento,

tratamento e escoamento de petróleo e gás natural do Estado do Rio de Janeiro, para efeitos de distribuição de royalties do petróleo e gás natural.

Auditoria de gastos dedutíveis da receita bruta para fins de recolhimento de participação especial

3 auditorias concluídas em concessionárias de campos sujeitos a cobrança de participação especial

R\$ 21 milhões recuperados de participação especial em 2023

Fiscalização dos Compromissos de Conteúdo Local no *Upstream*

A ANP recebe periodicamente relatórios de dispêndios efetuados pelos operadores em cada área contratada de exploração e produção de petróleo e gás natural, para fins de monitoramento e controle, iniciando processo de fiscalização ao término dos marcos temporais definidos nos contratos de exploração e produção, conforme percentuais mínimos de

conteúdo local. Um mesmo contrato pode ensejar diferentes processos de fiscalização de conteúdo local: um para a fase de exploração e outros para a etapa de desenvolvimento da produção, podendo ser mais de um quando ocorrer desenvolvimento modular, além da fiscalização da individualização da produção, caso exista, conforme instrumentos de AIP e CIP.

Gráfico 30. Fiscalizações dos compromissos de conteúdo local de 2009 a 2023, por bloco

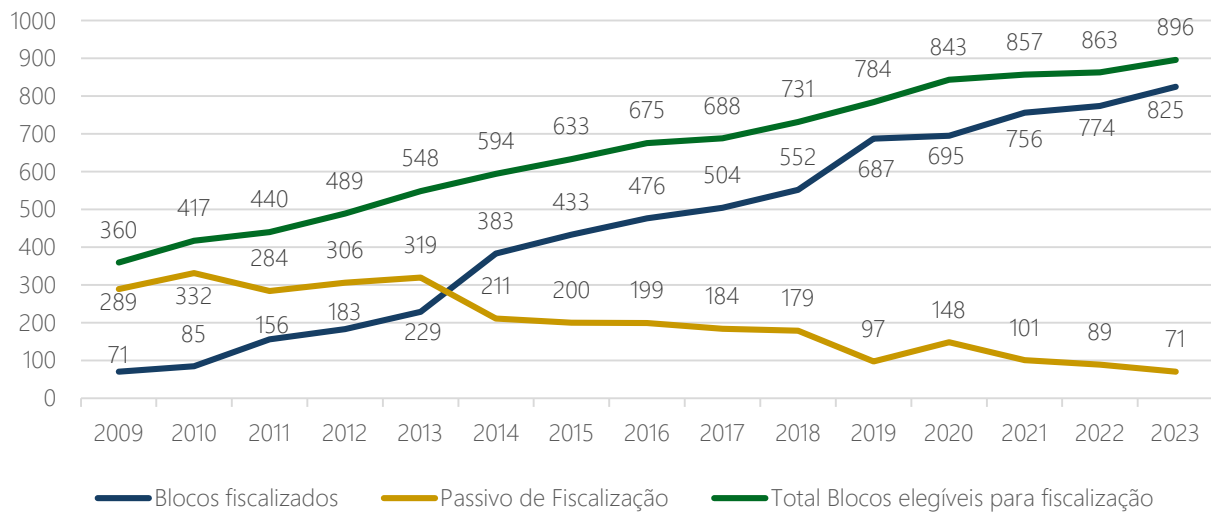
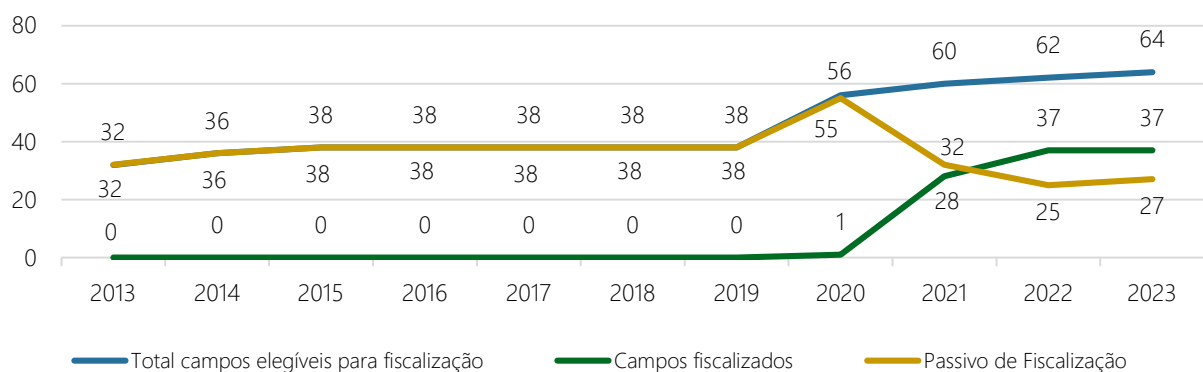


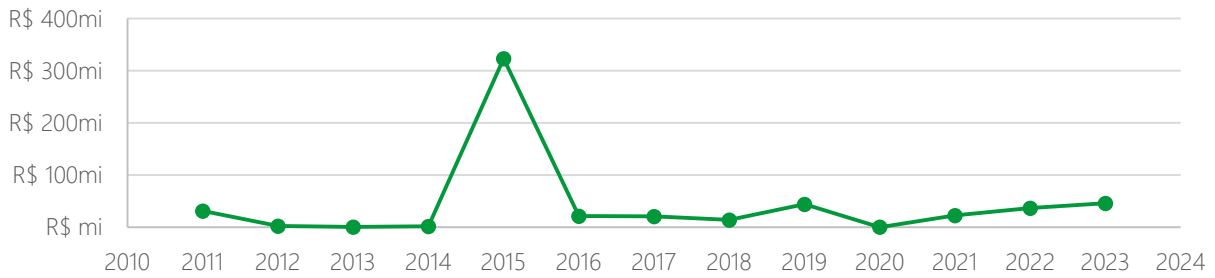
Gráfico 31. Fiscalizações dos compromissos de conteúdo local de 2013 a 2023, por campo



Foi estabelecida para 2023, meta de fiscalização de 19 blocos e 2 campos, que tiveram suas respectivas fases de exploração ou etapa de desenvolvimento finalizadas. Desses, temos 14 blocos com processo de fiscalização iniciado, 6 efetivamente concluídas. Já os 2 campos previstos fecharam o ano de 2023 com o processo de fiscalização em aberto. Nos 6 blocos com fiscalização concluída em 2023, não foi constatado descumprimento das obrigações contratuais.

Cabe ressaltar que a diminuição do passivo de fiscalização deve-se a exclusão de 59 blocos que estão aguardando análises de isenção ou ajuste pendentes, o que impede o início do processo de fiscalização, mesmo que o bloco já tenha atingido o marco de aferição de conteúdo local; e ainda em razão da extinção de processos de fiscalização em virtude de celebração de TAC.

Gráfico 32. Histórico de valores recolhidos à título de multa de Conteúdo Local



O valor de multas pagas nos últimos anos, seja com desconto legal ou não, decorre da suspensão de processos sancionadores pelo prazo de 180 dias para possível apresentação de requerimento e proposta para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta pelos autuados. Após o referido prazo, os processos sancionadores que não foram objeto de TAC, retornaram ao seu curso regular.

Outro fator que contribuiu para a diminuição dos valores e quantidades de multas aplicadas decorre do fato de que grande parte dos blocos fiscalizados são blocos/campos que sofreram o aditivo contratual previsto na Resolução ANP nº 726, de 11 de abril de 2018. Diante desse aditivo contratual os percentuais mínimos e a estrutura dos compromissos de conteúdo local foram readequados, numa compatibilização com a capacidade de entrega da indústria nacional.

Fiscalização quanto à Conformidade de Dados Técnicos

Foram realizadas 997 ações remotas alusivas à análise de conformidade dos dados técnicos entregues à ANP, oriundos das atividades de aquisição, processamento, reprocessamento e estudo de dados. Quanto às fiscalizações

presenciais, foram realizadas 17, referentes a atividades de aquisição de dados autorizadas e inspeção dos acervos de amostras de rochas e fluidos com as fiéis depositárias.

997 ações remotas

de conformidade de dados técnicos de Exploração e Produção

874 Dados digitais de poços

123 Dados geofísicos (sísmicos e não sísmicos)

17 fiscalizações presenciais realizadas

referentes a atividades de aquisição de dados autorizadas e inspeção dos acervos de amostras de rochas e fluidos com as fiéis depositárias.

Fiscalização da Produção de Combustíveis

A ANP realiza vistorias em instalações em processo de autorização, acompanhar e fiscalizar a segurança operacional das instalações industriais, investigar incidentes e disseminar as melhores práticas operacionais para o exercício das atividades reguladas. Além disso, audita a

movimentação dos biocombustíveis e dos derivados de petróleo e gás natural declarada pelos agentes mensalmente.

Importante ressaltar que, à exceção das auditorias do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO) e vistorias de operação

segura, cuja realização é planejada, as demais ações de fiscalização dependem da demanda e de situações imprevistas, como a ocorrência de incidentes. Dessa forma, a quantificação das metas de fiscalizações é estimada pelas médias de ações realizadas nos últimos anos.

Para o ano de 2023, a ANP planejou 75 ações abrangendo vistorias para outorga de

autorizações e ações com foco em segurança operacional, além de ações de fiscalização de forma integrada com outras superintendências da ANP.

Considerando os diferentes tipos de ações destacados acima, a ANP realizou 52 ações de fiscalização, conforme indicado na tabela abaixo.

Tabela 19. Ações de fiscalização realizadas em 2023

Atividade	Mercado	Agente	2022	2023
Ações Integradas do Downstream	Biocombustíveis	Produtor de biodiesel	-	1
		Produtor de biometano	1	-
	Derivados de Petróleo e Gás	Consumidor industrial	-	1
Segurança Operacional	Biocombustíveis	Produtor de biodiesel	1	2
		Produtor de etanol	3	-
	Derivados de Petróleo e Gás	Central petroquímica	-	1
		Refinaria	5	-
Vistoria de Autorização	Biocombustíveis	Produtor de biometano	3	-
		Produtor de biodiesel	6	6
		Produtor de etanol	30	38
	Derivados de Petróleo e Gás	Central petroquímica	2	2
		Formulador	-	-
		Refinaria	-	-
		Processador de gás	-	1

Dos 7 processos de investigação de acidentes graves ocorridos em anos anteriores que estavam em aberto no início de 2023, 2 tiveram seus relatórios publicados no site da ANP:

- Incidente na planta produtora de etanol da empresa Denusa Destilaria Nova União S.A ([Relatório de investigação de incidente ocorrido em 28 de agosto de 2018](#)); e
- Explosão seguida de incêndio em tanque de armazenamento de águas ácidas na Refinaria de Petróleo de Paulínia – REPLAN ([Relatório de investigação de incidente ocorrido em 20 de agosto de 2018](#)).

Os processos restantes continuam em andamento, conforme planejamento prévio das

ações que devem ser consideradas pelas comissões de investigação que foram instituídas.

A ação fiscalizatória envolve também a **auditoria nos dados de movimentação declarados** pelos diversos agentes regulados que consiste na verificação do atendimento ao prazo de envio e na análise da consistência dos dados declarados (produção menor que a entrada, cálculo de rendimento de processo, dentre outras avaliações) com o auxílio de ferramentas de inteligência de negócios. Inconsistências identificadas podem resultar em notificação ao agente econômico, para que preste esclarecimentos. Se detectada desconformidade legal, é emitido Auto de Infração. Foram **emitidos um total de 345 autos de infração**, frente aos 173 emitidos em 2022.

Fiscalização de Instalações de Infraestrutura e Movimentação

Fiscalizações de segurança

A ANP realizou um total de **43 ações de fiscalização presenciais** em instalações de infraestrutura e movimentação, sendo elas, Dutos RTDT, Instalações de Gasodutos, Terminal de GNL e Terminal de Líquidos, além de Unidades de

Compreensão de GNC. Foi dada maior ênfase aos terminais de líquidos, para os quais foram realizadas 28 fiscalizações. Estas instalações que são objeto de vistoria no fluxo de autorização de operação e são consideradas instalações críticas.

Fiscalizações sobre Regulamento de Acesso a Terminais Aquaviários

A Resolução ANP nº 881, de 8 de julho de 2022 estabelece critérios para o uso dos terminais aquaviários existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, de derivados de petróleo, de derivados de gás natural e de biocombustíveis. Com base nesta resolução, foram realizadas fiscalizações de 35 instalações, resultando em 13 adimplentes e 22 com inadimplência parcial, uma vez que não enviaram dados para atendimento a ofícios emitidos pela ANP. Em paralelo à resolução, foram desenvolvidos materiais complementares para informação dos agentes econômicos. Apesar dos esforços, a primeira rodada de fiscalização revelou

uma baixa conformidade espontânea, o que ensejou, a notificação de 30 empresas inadimplentes, bem como a revisão do modelo dos arquivos de dados de movimentação e no manual com os procedimentos da Resolução em outubro de 2023.

A Resolução ANP nº 868, de 18 de fevereiro de 2022 dispõe sobre os procedimentos de remessa dos dados diários relativos aos estoques de combustíveis. Com base nesta resolução, foram realizadas fiscalizações de 55 instalações, resultando em 40 adimplentes e 15 com inadimplência parcial, por não envio de dados de 2023.

Monitoramento do Cumprimento das Exigências de Estoques Mínimos de Combustíveis

Contratação de Etanol Anidro

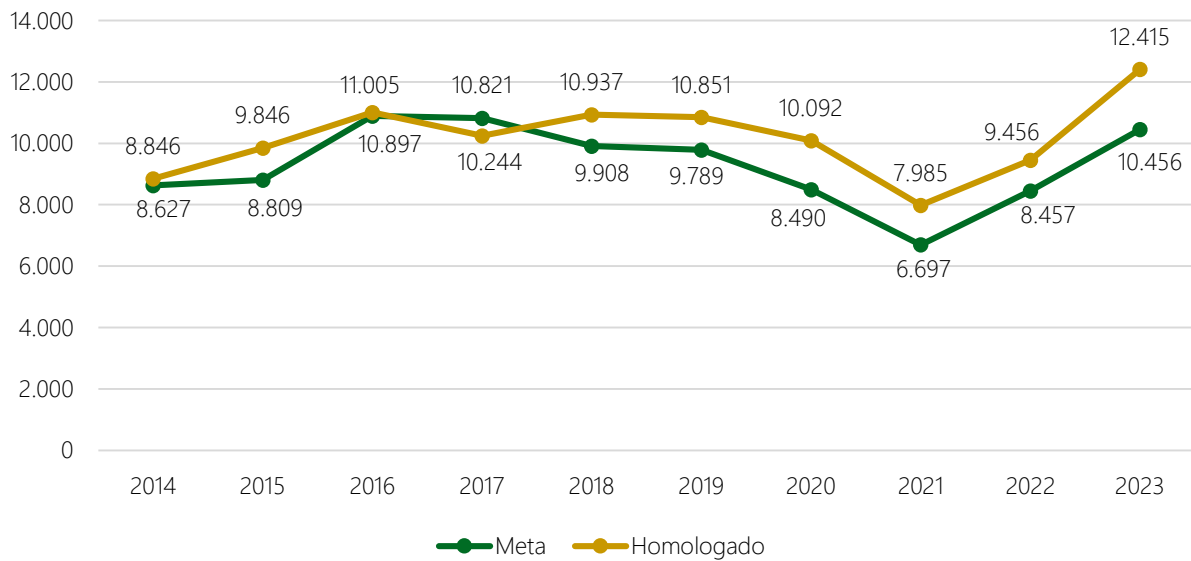
Nos termos da Resolução ANP nº 67 de 9 de dezembro de 2011, distribuidores têm de contratar 90% da sua comercialização de gasolina C no ano anterior. Em caso de não atendimento da meta, ou opção comercial, cabe aos distribuidores, comprovação de estoque mensal, capaz de cobrir o volume equivalente de gasolina C comercializado no mesmo mês do ano anterior. Aos fornecedores, é imposta a mesma meta de

90%, com base no etano anidro comercializado no ano anterior. Em caso de não atendimento, torna-se necessária a comprovação, em janeiro do ano seguinte, de estoque de 25% do volume comercializado no ano anterior. Além da comprovação do estoque de 4%, em março do ano seguinte, imposta a todos os fornecedores, independente da meta.

Distribuição de Etanol Anidro

Em 2023, foi estabelecida uma meta global de aquisição de 10.456.099 m³ etanol anidro, 90% do volume utilizado na mistura de gasolina C comercializada em 2022. Até julho de 2023, foram

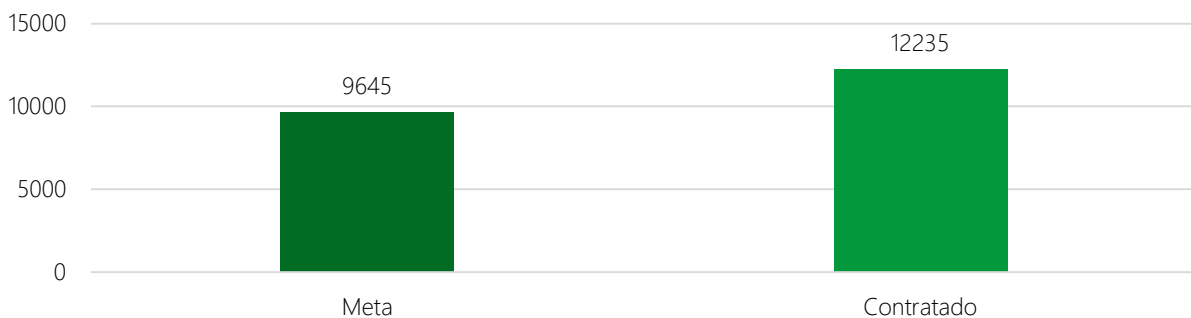
cadastrados 614 extratos de contratos, sendo 567 homologados, compondo um volume de 12.414.815 m³, o que representa 119% da meta global, além de ser o recorde da série histórica.

Gráfico 33. Metas x Volumes Contratados por Distribuidores – Etanol Anidro (mil m³)

Fornecimento de Etanol Anidro

Foi estabelecida, meta de fornecimento, para 148 fornecedores de etanol anidro combustível, com base no volume fornecido em 2022. A meta global para a safra de 2023/2024 é 9.645.468 m³,

após a apuração final em julho de 2023, o fornecimento contratado atingiu 12.235.275 m³, ou 127% da meta.

Gráfico 34. Meta para Contratos de Fornecimento – Etanol Anidro (mil m³)

Sanções a Distribuidores de Etanol Anidro

Em 2023, foram registradas 17 autuações contra distribuidores no mês de março devido ao não cumprimento do estoque mínimo de etanol, indicando possíveis desafios ou irregularidades na gestão do estoque por parte desses

distribuidores. No caso dos fornecedores, o cenário revela um número significativo de autuações, com 21 infrações registradas em janeiro e 28 em março, todas relacionadas ao descumprimento do estoque obrigatório.

Comercialização de Biodiesel

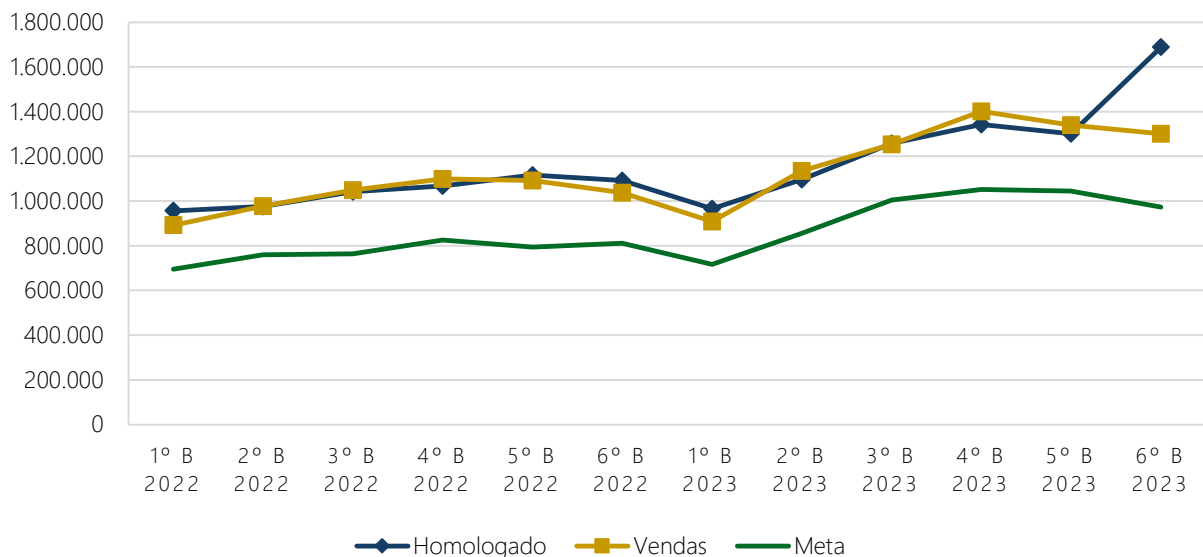
No ano de 2023, no setor de biodiesel, 9 produtores foram autuados por não alcançarem suas metas de contratação e por violarem o limite volumétrico estabelecido para a comercialização. No primeiro ano de implementação desse novo

modelo, observou-se uma redução no volume comercializado, passando de 6.606.964 m³ para 6.120.534 m³. No entanto, é importante destacar que essa diminuição não pode ser exclusivamente atribuída ao novo regime de contratações, uma

vez que, no mesmo período, houve uma queda no teor de biodiesel na mistura do diesel B, diminuindo de 13% para 10%. Dessa forma, a análise desses dados sugere que múltiplos fatores podem ter contribuído para as variações no mercado de biodiesel durante o referido ano.

Contudo, em 2023, sem a contabilização do 6º bimestre, o volume comercializado já alcançava o valor de 6.039.545 m³. Também é importante destacar que a partir de abril, houve um aumento no teor de biodiesel na mistura do diesel B, de 10% para 12%.

Gráfico 35. Meta, Volume Comercializado e Contratado - Biodiesel



Em 2023, ocorreram transações contratuais entre 39 produtores e 118 distribuidores. Os contratos estabeleceram volumes variados, com volumes abrangidos entre 10 m³ e 46.000 m³, demonstrando a versatilidade do mercado. No

decorrer do ano, um total de 2.857 contratos foram protocolados, dos quais 2.702 foram homologados, indicando uma alta taxa de validação de contratos de acordo com os requisitos estabelecidos.

Sanções na Distribuição de Biodiesel

No ano de 2023, no setor de biodiesel, 9 produtores foram autuados por não alcançarem suas metas de contratação e por violarem o limite volumétrico estabelecido para a comercialização.

Paralelamente, 38 distribuidores também foram autuados durante o mesmo período por não atingirem suas metas de contratação e por descumprirem o limite volumétrico de comercialização estabelecido. Além disso, 17

autuações foram registradas para distribuidores que não cumpriram a exigência de adquirir pelo menos 80% de seu biodiesel de produtores detentores do Selo Combustível Social. Esses dados destacam a fiscalização e aplicação de penalidades relacionadas ao não cumprimento de metas e requisitos específicos no cenário do biodiesel em 2023.

Monitoramento da Adimplência na Prestação de Informações no SIMP

A ANP realiza uma grande quantidade de rotinas fundamentais para a garantia do abastecimento nacional de combustíveis, dentre elas recebendo as informações de movimentação de quase 1.500 agentes regulados.

Só em 2023, foram gerados 122 documentos de fiscalização.

Fiscalização da Qualidade de Combustíveis

Monitoramento de Informações relativas à Qualidade de Combustíveis

A ANP monitora as informações relativas à sua qualidade dos combustíveis, nos termos estabelecidos nas normas vigentes. A verificação do não cumprimento dessas obrigações por parte dos agentes econômicos, assim como o recebimento de informações relativas aos dados da qualidade de produtos que caracterizam não conformidade perante as especificações estabelecidas na regulamentação dá origem a ações de fiscalização de monitoramento da qualidade realizadas, sejam autuações ou notificações, bem como aplicação de penalidades.

Ao longo de 2023, a Agência fiscalizou os dados declarados nos Certificados de Qualidade do Produto emitidos pelos produtores, para a produção nacional, ou pelas empresas de inspeção de qualidade, nos casos de importação. Foram recebidos dados relativos à 71.887 certificados da qualidade de produtos emitidos, além de 1.573 registros em sistema de não certificação de produto em determinado mês, conforme mostrado a seguir.

Tabela 20. Dados de qualidade, por tipo de produto

Produto	Quantidade de Certificações	Quantidade de Não Certificações
Etanol Hidratado Comum	31.717	903
Etanol Anidro	16.176	461
GLP	11.098	12
Gasolina A Comum	5.074	8
Biodiesel B100	4.588	41
Gás Natural Seco	2.733	4
Biometano	2.213	2
Óleo Diesel A S500	1.834	1
Óleo Diesel A S10	1.818	1
Etanol Anidro com Corante	1.569	55
Óleo Combustível B1	1.276	9
Cimentos Asfálticos CAP-50-70	848	10
DMA – MGO	844	17
Óleo Combustível A1	615	10
Cimentos Asfálticos CAP-30-45	284	0
Querosene de Aviação (JET A-1)	150	2
Gasolina A Premium	71	21
Asfaltos Diluídos CM-30	64	13
Gasolina Aviação	10	3
Óleo Combustível B2	3	0
Total de Certificados	82.985	1.573

Os dados da qualidade recebidos são analisados e quando detectadas não conformidade nos produtos ensejam as ações de fiscalização. Em razão disso, foram instaurados 77 processos de autuação, por declaração de resultados de ensaios

físico-químicos fora dos limites definidos ou metodologia utilizada para realização destes ensaios não indicada nas resoluções ANP de especificação de produtos, sendo: 6 para refinarias; 54 para produtores de etanol; 4 para

produtores de biodiesel; 11 para empresas de inspeção da qualidade; e 2 para produtores de biometano. Ademais, foram realizadas duas ações

de fiscalização em instalações produtoras de biometano, para avaliar o controle de atividades da qualidade do biometano produzido.

Programa RenovaBio

Foram realizadas 14 ações de fiscalização em produtores de biocombustíveis e firmas inspetoras de forma presencial, documental e remota, cumprindo a meta de ações de fiscalização estabelecida para o ano.

Programa de Marcação Compulsória de Produtos (PMCP)

O PMCP apresentou os seguintes resultados, em 2023:

Tabela 21. Marcação de Solventes (até novembro/2023)

Volume de solventes marcado (L)	Volume de solventes não marcado (L)
526.527.875	44.972.340

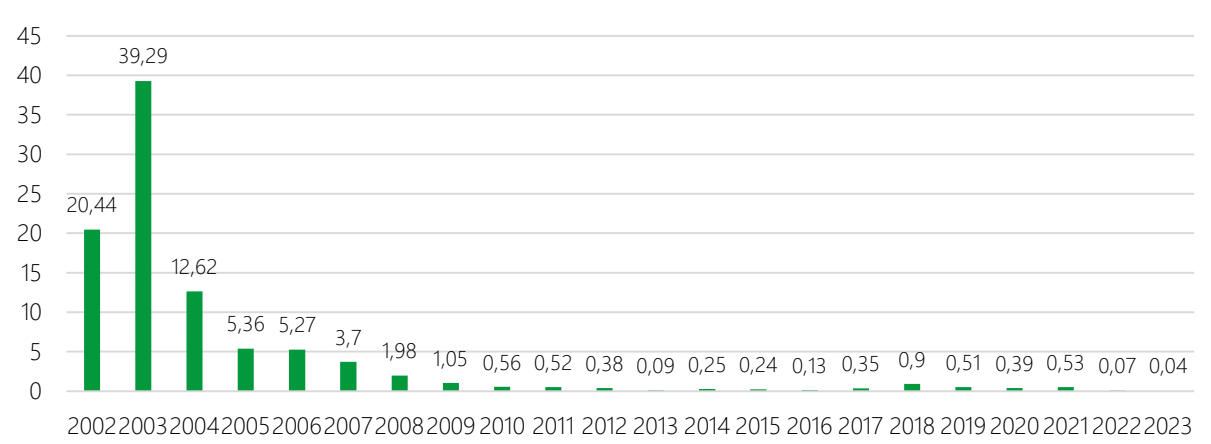
Tabela 22. Comparação de Solventes Marcados e Não Marcados (até novembro/2023)

Volume de solventes marcado (L)			Volume de solventes não marcado (L)		
2022	2023	Variação	2022	2023	Variação
523.985.332	526.527.875	+0,5%	58.546.022	44.972.340	-24%

Os dados de marcação isoladamente não têm significado específico. As variações observadas retratam tão somente a dinâmica do mercado de solventes, quanto aos volumes marcados e não marcados a depender do tipo e da utilização dos produtos movimentados. O que realmente representa dado significativo é a identificação da presença de marcador em amostras de gasolina no âmbito do PMQC.

Em 2023, foram analisadas 5.582 amostras de gasolina com objetivo de detecção de marcador. **O resultado foi de 0,04% das amostras com presença de marcador**, que é o menor patamar histórico de detecção de marcador já alcançado, inferior ao patamar identificado em 2022, até então o mais baixo da série histórica.

Gráfico 36. Evolução da Presença de Marcador na Gasolina no PMQC (%)



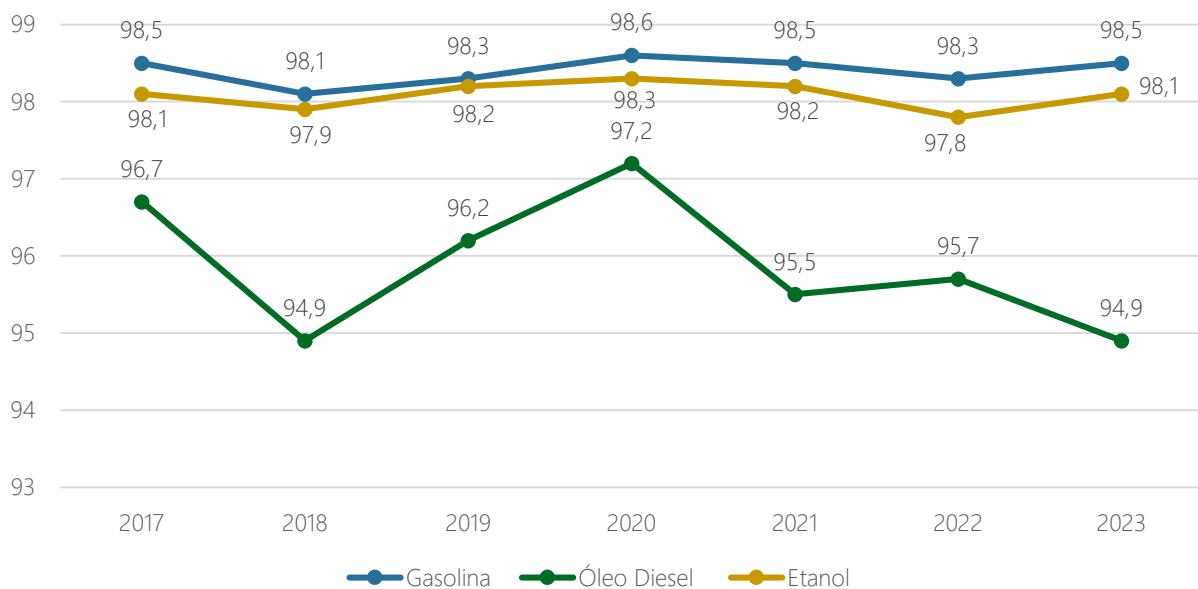
Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC)

Criado em 1998, tem como principal objetivo produzir indicadores da qualidade dos combustíveis comercializados no país (gasolina C, óleo diesel B e etanol hidratado combustível), que permitam a identificação de eventuais focos de não conformidade e auxiliem no planejamento das ações de fiscalização. Além disso, visa à disseminação da cultura da qualidade dos combustíveis e à formação de mão de obra especializada para o setor.

Em razão das dimensões continentais do país e da impossibilidade logística de avaliar a qualidade dos combustíveis num único laboratório, a ANP

contrata a prestação de serviços técnicos para coleta e análise de combustíveis junto a instituições de ensino e centros de pesquisa. Assim, em 2023, além da atuação da própria ANP, o PMQC contou com a atuação de 13 instituições contratadas, o que permitiu a análise de **mais de 74 mil amostras**, atingindo-se o **índice de conformidade médio para o ano de 97%**, o que os denota de excelente qualidade, desses três combustíveis. O gráfico a seguir mostra a evolução do percentual de conformidade dos combustíveis.

Gráfico 37. Índice de conformidade de combustíveis por ano e por produto



Embora a conformidade dos combustíveis tenha se mantido em patamares elevados, observa-se queda na conformidade para o óleo diesel. A principal não conformidade para este combustível permanece sendo o teor de biodiesel.

Resultados do Novo PMQC

O novo modelo do PMQC, lançado em 2021 por meio de um projeto-piloto em Goiás e no Distrito Federal, trouxe, como inovação, a adequação do Programa a outros modelos de aferição da qualidade dos produtos, em que o agente comercializador assume a responsabilidade pela contratação das análises para verificação da qualidade dos combustíveis automotivos líquidos, e a inclusão de distribuidores e de TRR (Transportador Revendedor Retalhista) no rol de

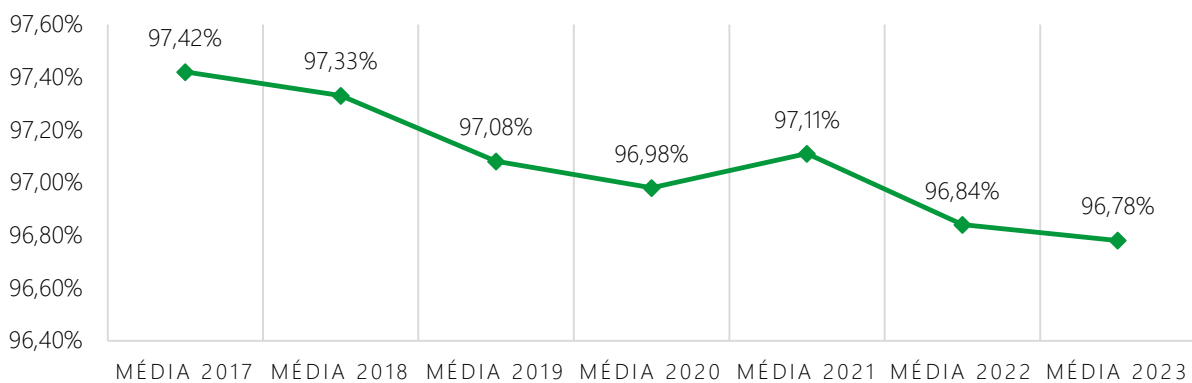
agentes monitorados. Assim, espera-se estabelecer a isonomia quanto à aferição da qualidade dos produtos comercializados por todos os agentes de mercado, além de possibilitar aumento do quantitativo de amostras analisadas, uma vez que prescinde de verbas públicas para financiamento do monitoramento. Ao final de 2023, a **adimplência geral atingiu quase 92%**.

Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML)

O PML tem como objetivo avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes automotivos comercializados no país, a regularidade de seus registros e a adequação dos rótulos ao atendimento das exigências legais. As não conformidades identificadas são comunicadas ao setor de fiscalização da ANP para adoção das medidas cabíveis. As amostras são coletadas, pelas mesmas instituições contratadas para execução do PMQC e enviadas para análise no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP.

Foram **elaborados 4 boletins** do programa em 2023, referentes à análise de **1.357 amostras de óleos lubrificantes**. Os dados também podem ser observados no painel dinâmico de monitoramento da qualidade dos lubrificantes, que facilita a visualização histórica do Programa. O gráfico a seguir mostra a evolução histórica de conformidade dos óleos lubrificantes no país pelo índice de qualidade ponderado.

Gráfico 38. Histórico do Índice de Qualidade dos Óleos Lubrificantes



Registro de Óleos e Graxas Lubrificantes

A Resolução ANP nº 804, de 20 de dezembro de 2019 estabelece os critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes e as responsabilidades e obrigações dos detentores de registro, produtores e importadores. É por meio do registro de lubrificantes que a ANP obtém as especificações desses produtos, que variam conforme as inúmeras aplicações existentes.

A ANP analisa centenas de processos mensalmente, com vistas à concessão de registros

de graxas e óleos lubrificantes. Em 2023, foram **analisados 1.764 processos de especificação de óleos e graxas lubrificantes**.

As ações tomadas no setor de óleos lubrificantes e graxas são enaltecidas pelo mercado e vêm contribuindo para o panorama saudável do setor e manutenção da oferta e da qualidade desses produtos.

Programas de Comparações Interlaboratoriais

Os programas de comparações Interlaboratoriais promovidos pela ANP têm por objetivo avaliar o desempenho de laboratórios que analisam combustíveis e lubrificantes, estabelecendo a precisão de métodos de ensaio, contribuindo assim para vigilância permanente, justa e acurada com relação à qualidade dos produtos regulados.

Os procedimentos usados nos ensaios de proficiência são estabelecidos pelas normas ABNT NBR ISO 17043 (requisitos gerais para ensaios de

proficiência) e ISO 13528 (tratamento estatístico para ensaios de proficiência). Para o levantamento da precisão de métodos de ensaio é aplicada a norma ISO 4259 (levantamento de dados de precisão de métodos). Em 2023, foram realizadas sete edições de programas de comparação Interlaboratoriais em óleos lubrificantes, gasolina, óleo diesel, biodiesel, etanol, metanol e marcador com a participação de dezenas de laboratórios de todos o país.

Suporte à Fiscalização do Abastecimento – Garantia da Qualidade

A ANP cumpriu sua missão institucional ao apoiar tecnicamente a garantia da qualidade dos produtos regulados, participando ativamente na revisão da especificação do biodiesel e realizando vistorias de credenciamento de firmas inspetoras. Em 2023, **foram analisadas mais de 20 mil análises em 3.595 amostras provenientes de ações de fiscalização**, em que diversos parâmetros físico-químicos estabelecidos em

resoluções da Agência tiveram sua conformidade avaliada.

Foram 3 ações de fiscalização em produtores de óleos lubrificantes sem autorização da Agência, em que foram coletadas diversas amostras e realizadas interdições, 3 ações de fiscalização em pontos de marcação de solventes, a fim de avaliar a correção dos procedimentos e 2 ações voltadas para investigação de desvio de metanol.

Fiscalização do Abastecimento

A fiscalização do abastecimento nacional de combustível tem como referência cinco parâmetros: as metas quantitativas planejadas e efetivamente executadas; a conclusão dos processos sancionadores com a penalização, a cobrança e o pagamento das multas; o índice de conformidade dos combustíveis comercializados no mercado nacional; o nível de atuação em parcerias institucionais associado às operações de fiscalização realizadas com outras instituições públicas; e o nível de satisfação do consumidor apurado pela Ouvidoria da ANP.

O mercado nacional de combustíveis é dinâmico, grande (um dos maiores mercados do mundo) e complexo, caracterizado por uma matriz veicular diversificada, com forte presença dos biocombustíveis e logística de distribuição rodoviária. A abrangência formal e regular ultrapassa 95% dos 5.568 municípios brasileiros e conta com mais de 121 mil agentes econômicos autorizados para o exercício de atividades distintas, distribuídos por todo o território nacional. Em 2023, foram comercializados aproximadamente 130 bilhões de litros de combustíveis, atendendo mais de 100 milhões de consumidores. Nesse universo, o segmento da revenda varejista representa cerca de 85% do mercado, o GLP com pouco menos de 57% das empresas e os combustíveis automotivos com cerca de 43% dos agentes econômicos.

A fiscalização do abastecimento ocorre de forma descentralizada por meio dos Núcleos Regionais de Fiscalização (NRF), que estão localizados em sete unidades da federação: Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O trabalho da fiscalização começa com o planejamento das ações, fase em que são identificados os agentes econômicos com indícios de irregularidades. A qualificação das informações é realizada por meio do processo de cruzamento de dados e análise de resultados até a tomada de decisão quanto aos alvos a serem fiscalizados. Para isso, as principais fontes de informações utilizadas são: o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC); denúncias recebidas por meio da Ouvidoria da ANP; estudos internos sobre o mercado de combustíveis e movimentação dos produtos comercializados; e demandas de outros órgãos de fiscalização.

**Índice Nacional de Conformidade (IC)
da ordem de** **97,40%**

Em 2023, foram realizadas 21.249 ações de fiscalização em todo o território nacional, correspondentes a 14.798 estabelecimentos fiscalizados, sendo lavrados 4.928 autos de infração em 3.890 empresas. Houve um crescimento de aproximadamente 12% (18.955) no quantitativo de ações de fiscalização quando comparado com o realizado em 2022. Os dados do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC, apontam para Índice Nacional de Conformidade (IC) da ordem de 97,40 %. Esses dados demonstram grande efetividade do trabalho da fiscalização na garantia da qualidade dos combustíveis comercializados junto aos consumidores no Brasil.

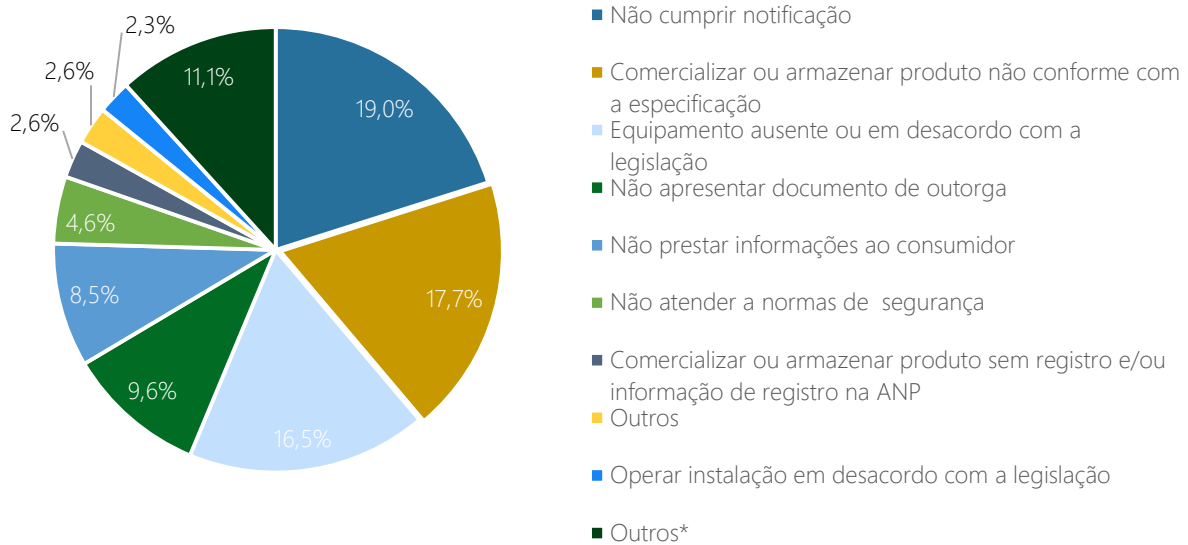
Tabela 23. Números de ações de fiscalização, de autos de infração e de interdição, por segmento, no Brasil

Segmento	Ações de Fiscalização	Autos de Infração	Autos de Interdição	Autos de Apreensão
Revenda de Combustíveis Líquidos	16.103	3.926	568	102
Revenda de GLP	2.768	475	179	79
Distribuidor de Combustíveis Líquidos	719	137	6	-
Agente Não Regulado	361	96	6	33
TRR	236	41	3	1
Ponto de Abastecimento	210	40	5	3
Distribuidor de GLP	182	26	-	-
Revenda de Aviação	150	28	3	-
Produtor de Óleo Acabado	139	77	2	3
Produto de Etanol	134	26	1	-
Produtor de Biodiesel	49	11	1	1
Distribuidor de Asfaltos	34	5	-	-
Coletor de OLUC	25	6	4	3
Distribuidor de Solventes	22	4	-	-
Distribuidor de Aviação	20	6	-	-
Terminal	18	3	-	2
Agente de Comércio Exterior	14	5	-	-
Consumidor Industrial de Solventes	14	2	-	-
TRRNI	10	5	1	-
Rerrefinador	9	-	-	-
Formulador	8	-	-	-
Produtor de Solventes	7	3	-	-
Refinaria	5	3	-	-
Empresa de Navegação	4	1	-	-
Produtor de Óleo Básico	3	-	-	-
Importador de Asfaltos	2	-	-	-
Importador de Óleo Acabado	2	2	-	1
Importador	1	-	-	-
Total	21.249	4.928	779	228

Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão das Ações de Fiscalização (SIGAF) em 09/01/2024. Elaboração própria.

Em 2023, foram lavrados **4.928 autos de infração**, totalizando **7.698 fatos infracionais** (um auto de infração poderá conter mais de um fato infracional).

Gráfico 39. Classificação dos fatos infracionais, em percentual, Brasil



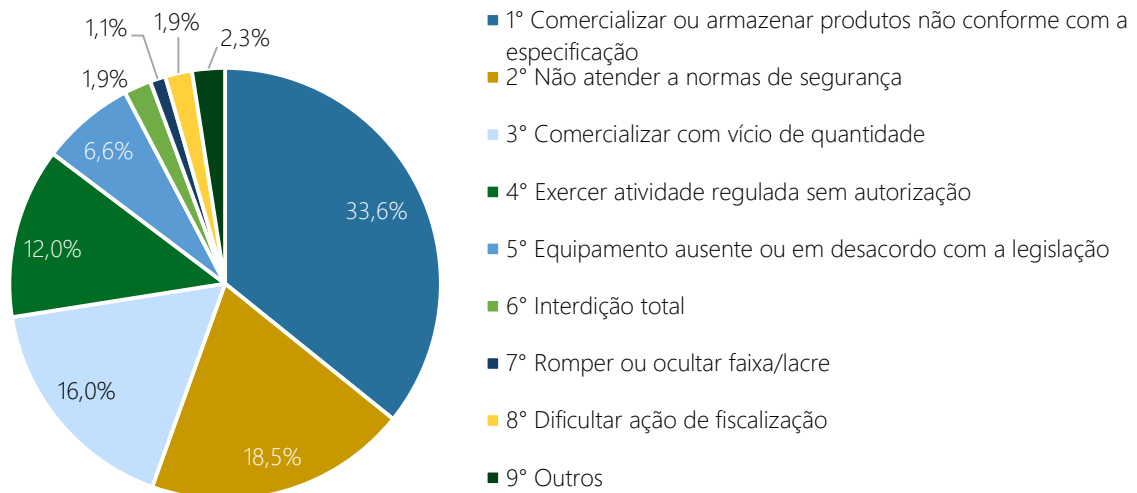
*Comercializar produto com rótulo ou lacre em desacordo com a legislação; adquirir ou destinar produto de/para fonte diversa da autorizada; comercializar com vício de quantidade; deixar de apresentar ou apresentar incorretamente informação sobre movimentação de produto; não apresentar ou apresentar em desacordo informações à ANP; exercer atividade regulada sem autorização; adquirir ou comercializar produto sem cobertura fiscal; não atualizar dados cadastrais na ANP; romper ou ocultar faixa/lacre; e não apresentar documentação referente à qualidade dos combustíveis etc. Fonte: Dados extraídos do SIGAF em 09/01/2024. Elaboração própria.

Medida Cautelar

Em 2023, foram lavrados 779 autos de interdição relativos a 699 empresas, nos quais há registros de 969 fatos motivadores da interdição (um auto de interdição poderá conter mais de um fato motivador da interdição). Dentre eles, destacam-

se: comercializar ou armazenar produto não conforme com a especificação; não atender a normas de segurança; comercializar com vício de quantidade; e exercer atividade regulada sem autorização.

Gráfico 40. Principais classificações de fatos de motivacionais de interdição, em percentual, Brasil

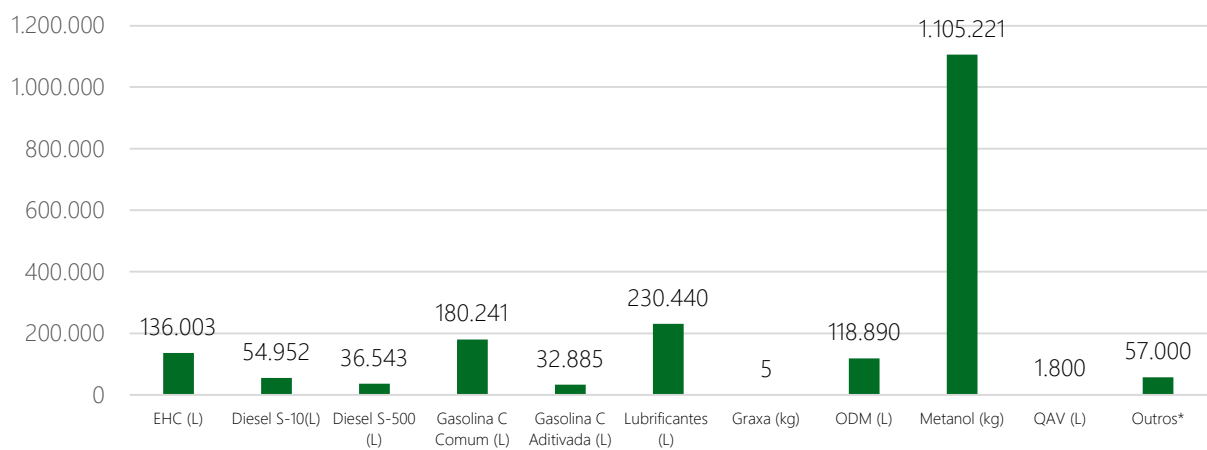


* Interdição por Determinação Judicial; interdição antecedente etc. Fonte: Dados extraídos do SIGAF em 10/01/2024. Elaboração própria.

Outra medida cautelar é a apreensão de produtos, que tem por objetivo impedir a utilização ou a comercialização de bens ou produtos em desacordo com a legislação aplicável e que deverão ficar sob a guarda de um

fiel depositário. Os outros gráficos abaixo mostram o quantitativo, em litros, de combustíveis e o quantitativo de botijões, em unidades, apreendidos.

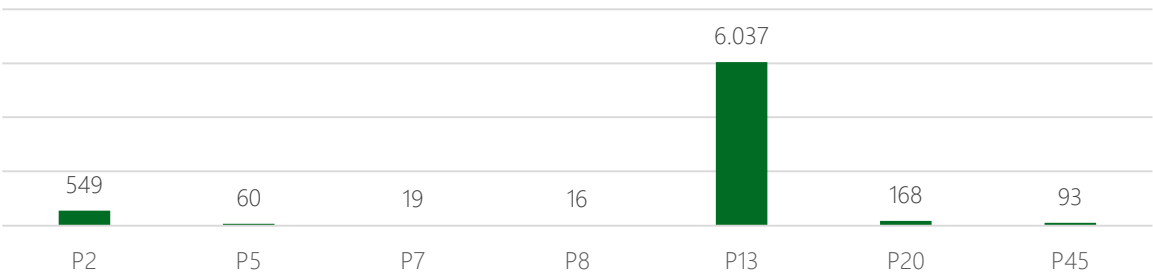
Gráfico 41. Quantitativo de produtos apreendidos, segmentado por tipo, em litro



*Petróleo cru e borra residual

Fonte: Planilha de controle da Coordenação de Medidas Cautelares em 15/01/2024. Elaboração própria.

Gráfico 42. Quantitativo de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) apreendidos, em unidade



Fonte: Dados de planilha de controle de Medidas Cautelares em 15/01/2024. Elaboração própria.

Parcerias com outras instituições

Em 2023, foram realizadas 260 operações conjuntas e forças-tarefa, em 24 unidades da federação abrangendo cerca de 219 municípios, totalizando 8,2% do total de ações de fiscalização

realizadas pela ANP no ano. Nessas operações, foi possível fiscalizar 1.600 agentes econômicos, com aplicação de 364 autuações e 163 interdições.

Processos Administrativos Sancionadores

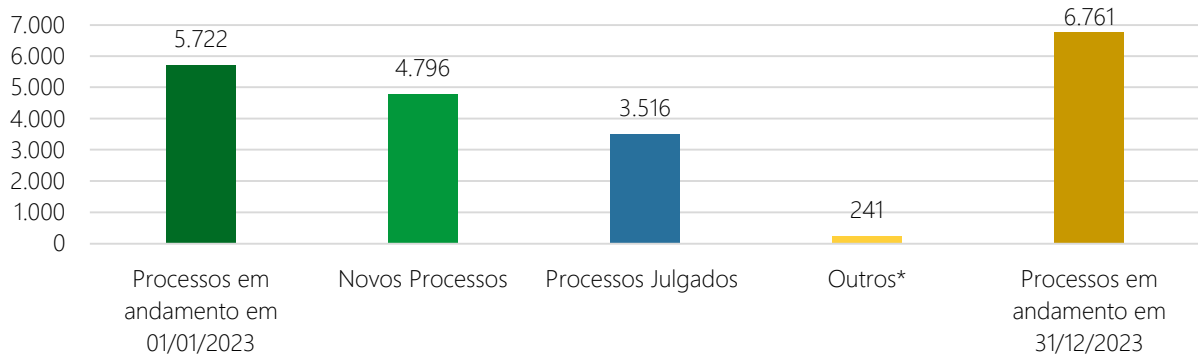
Em 2023, foram recebidos 4796 novos processos e foram julgados 3516 processos administrativos no SJP. No gráfico abaixo, é retratado o quantitativo de processos administrativos instruídos, assim

como o de processos julgados em 1ª instância e o número de processos em tramitação (processos em andamento).

A ANP publica, mensalmente, a relação dos processos administrativos sancionadores de sua competência. Tal relação contém as seguintes informações: número do DF referente ao auto de

infração, a data do DF, unidade federativa, município, razão social, CNPJ/CPF e número do processo administrativo sancionador.

Gráfico 43. Quantitativo de processos administrativos sancionadores no âmbito do *downstream* por status de análise



* Processos em diligência ou transferências

Fonte: Dados extraídos de planilha de controle do SJP/SFI em 15/01/2024. Elaboração própria

Georreferenciamento do Downstream

O Projeto de Georreferenciamento do Downstream tem como objetivo determinar a exata posição geográfica de uma instalação dentro do território do país, visando reduzir os custos e tornar mais céleres as ações de fiscalização da Agência, pois contribuirá com a logística de fiscalização, definindo rotas mais eficientes. Os resultados obtidos com o georreferenciamento poderão ser utilizados para

estudos de regiões com determinados perfis de mercado, bem como divulgados para a sociedade. O mencionado Projeto vem sendo liderado pela SFI e conta com a parceria das demais superintendências do downstream. Ao final de 2023, a ANP já contava com **39.676 instalações do abastecimento georreferenciadas**.

5.6. PRODUÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Trata-se de etapa de desenvolvimento de estudos econômicos e pesquisas no intuito de ampliar e otimizar a infraestrutura da indústria regulada e a qualidade em produtos derivados de petróleo e

biocombustíveis, bem como fomentar a produção de conhecimento e conduzir estudos sob demanda para outros órgãos, dentro da competência da ANP.

Análise da concentração dos mercados de distribuição de Combustíveis

A ANP realizou uma avaliação da razão de concentração dos mercados de gasolina, etanol hidratado e óleo diesel, considerando as dimensões geográficas nacional e regional.

Adicionalmente, de forma complementar, apresentou as concentrações de mercado em nível estadual.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Obrigações Contratuais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

A cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) constante dos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural tem como objetivo estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias para o setor, atribuição da ANP nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Nos contratos de concessão, a cláusula de PD&I estabelece que os concessionários devem realizar despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento em valor correspondente a 1% da receita bruta da produção dos campos que pagam Participação Especial, enquanto nos contratos de partilha de produção e de cessão onerosa, o valor da obrigação corresponde a, respectivamente, 1% e 0,5% da receita bruta anual dos campos pertencentes aos blocos detalhados e delimitados nos respectivos contratos.

Os valores gerados são investidos em projetos de PD&I que podem ser executados pela própria empresa petrolífera, por empresas brasileiras ou por instituições credenciadas de todo o país, cabendo à ANP acompanhar e fiscalizar a aplicação desses recursos.

Até setembro de 2023, o valor apurado de obrigação total de investimento em PD&I havia sido de R\$ 2.806.162.610,52, enquanto a obrigação total de investimento para a competência do ano de 2022, foi de R\$ 4.431.920.288,11.

Valor apurado de obrigação total de investimento em PD&I de

R\$ 2.806.162.610,52

Credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento

Para a execução de projetos com recursos oriundos da cláusula de PD&I, as instituições de pesquisa e desenvolvimento devem estar credenciadas na ANP, nos termos da Resolução ANP nº 917, de 10 de março de 2023. A regulamentação técnica de PD&I pode ser consultada [aqui](#).

Em 2023, foram concluídos 13 novos processos de credenciamento, o que levou a ANP a atingir a marca de 1.047 unidades de pesquisa credenciadas para a realização de projetos de PD&I no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, distribuídas em 188 instituições de todo o país.

1.047
unidades de
pesquisa
credenciadas

para a **realização de projetos de PD&I**
no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis,
distribuídas em **188 instituições** de todo o país.

Projetos de PD&I

A Resolução ANP nº 918, de 10 de março de 2023, prevê a autorização prévia apenas para categorias específicas de projetos. Portanto, de forma geral, a contratação ou execução de projetos por parte das empresas petrolíferas para fins de cumprimento da obrigação de investimento em PD&I não requer autorização da ANP.

Em 2023, foram contratados pelas empresas petrolíferas 604 projetos com os recursos da cláusula de PD&I, num valor total de R\$ 5,7 bilhões, com a seguinte distribuição por tipo de projeto e por área.

Gráfico 44. Projetos de PD&I Iniciados em 2023, por Tema

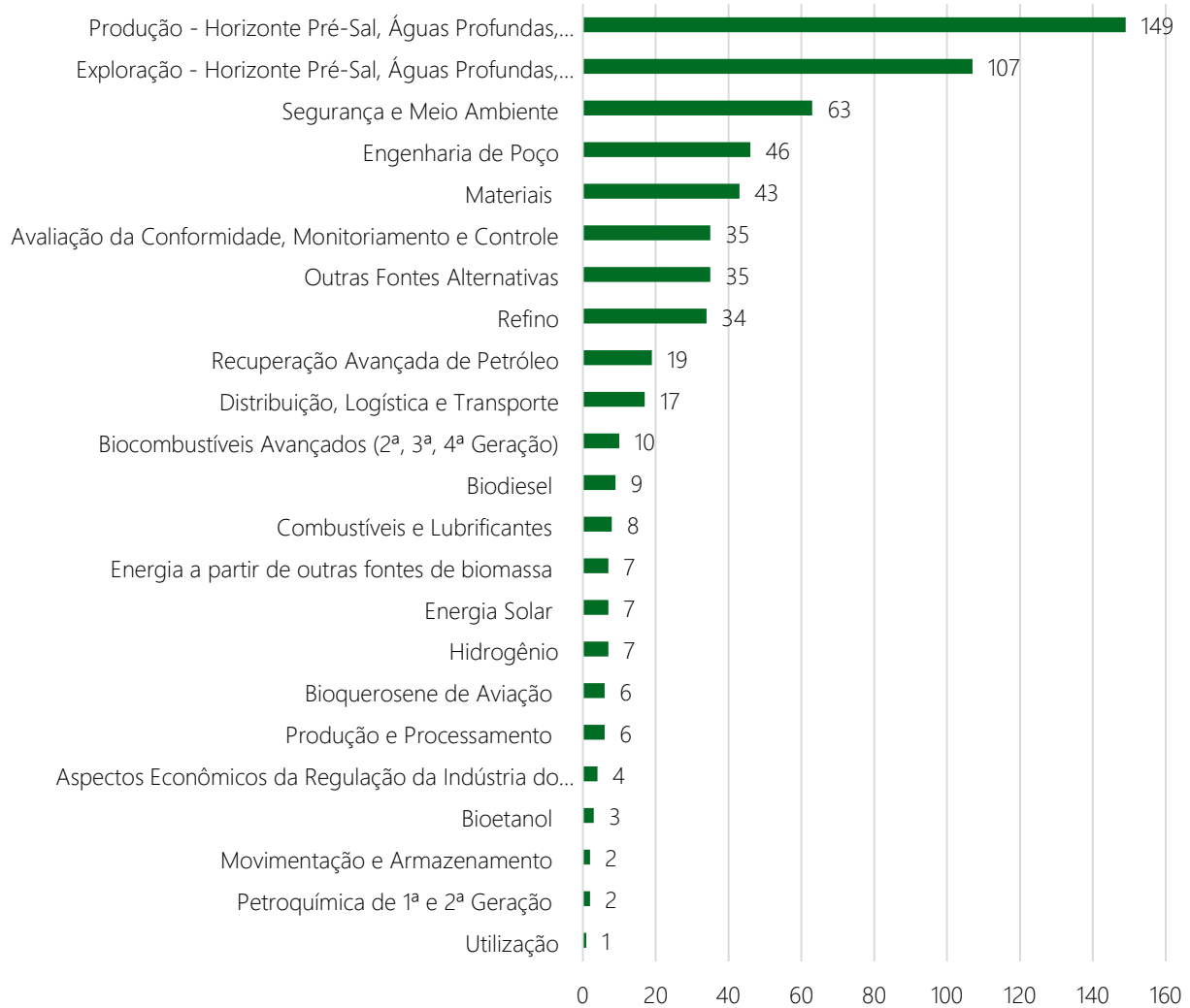
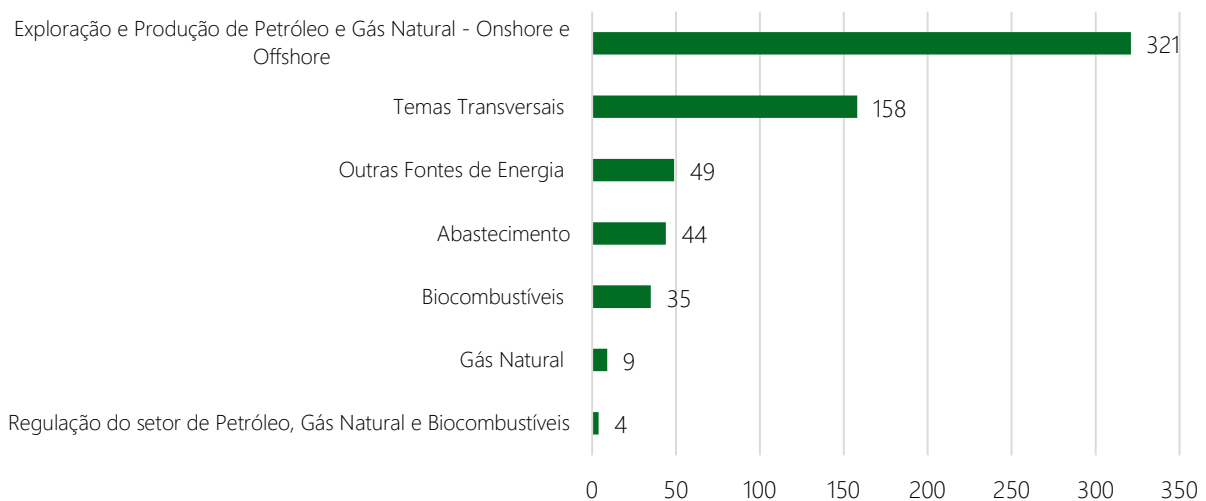


Gráfico 45. Projetos de PD&I Iniciados em 2023, por Área



PRH-ANP – Programa de Formação de Recursos Humanos

O Programa foi implementado tendo como objetivo estimular as instituições de ensino a organizar e oferecer aos seus alunos especializações profissionais consideradas estratégicas e imprescindíveis ao desenvolvimento do setor de petróleo no país. Dessa forma, o PRH-ANP se caracteriza por conceder bolsas de estudos aos alunos matriculados naquelas instituições, além de valor equivalente a título de taxa de bancada, o qual se destina a apoiar as atividades dos referidos bolsistas.

Foram selecionados 55 Programas para compor o novo modelo do PRH-ANP, com bolsas custeadas com recursos financeiros oriundos da cláusula de PD&I, constante dos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Em seu quinto ano de vigência, a fase II do PRH-ANP recebeu investimentos na ordem de R\$ 307,9 milhões, destinados para sua execução com custeio de bolsas de estudos e taxa de bancada.

Com 54 Programas ativos, o PRH-ANP atingiu a marca de 1.015 bolsistas ativos no ano de 2023, sendo: 480 de graduação, 209 de mestrado, 161 de doutorado, 12 de pós-doutorado, 51 de apoio técnico, 49 de pesquisador visitante e 53 de coordenador.

Na página do [PRH-ANP](#), há o detalhamento dos recursos captados e investidos em cada Programa, sendo possível ainda verificar as temáticas e os quantitativos de bolsistas ativos.

Prêmio ANP de Inovação Tecnológica

Lançado em 2013, o Prêmio ANP de Inovação Tecnológica tem como objetivo reconhecer e premiar os resultados associados a projetos de PD&I, que representem inovação tecnológica de interesse do setor de petróleo, gás natural, biocombustíveis, petroquímica, energias renováveis, transição energética e descarbonização, desenvolvidos no Brasil por instituições de pesquisa credenciadas pela ANP, empresas brasileiras e empresas petrolíferas, com utilização total ou parcial de recursos da cláusula de PD&I presente nos contratos de Exploração e

Produção (E&P). Objetiva também reconhecer e premiar dissertações de mestrado desenvolvidas no âmbito do PRH-ANP, bem como personalidades que tenham gerado contribuições relevantes de PD&I para o setor.

Na edição 2023, houve 5 categorias de projetos de PD&I, 2 das quais de personalidades do setor, uma da indústria e outra da academia, e 1 categoria do PRH-ANP, premiando dissertação de mestrado relevante para o setor.

Saiba mais a respeito da edição 2023 do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica [aqui](#).

5.7. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Trata-se de etapa de registro, tratamento e disseminação de informações visando subsidiar a realização de atividades, promover a transparência e contribuir para o desenvolvimento da indústria regulada.

Gestão de Dados Técnicos de Exploração e Produção

Em 2023, houve aumento no número de remessas de dados recebidas pela ANP, com decréscimo significativo no volume total de dados técnicos recebidos. Com a normalização do envio online

de dados o número de entregas por mídia física caiu, com o consequente aumento do número de entregas online.

Tabela 24. Dados técnicos entregues à ANP

Informação	2022	2023	Variação
Número de remessa de dados	1.121	1.407	26%
Por mídia física	434	275	-37%
Via entrega online	687	1.132	65%
Volume de dados (TB)	762	277	-64%

Tabela 25. Receita obtida com o acesso aos dados técnicos

Informação	2022	2023	Variação
Receita	R\$11.844.281,45	R\$ 3.814.420,91	-68%

Em relação a 2022, houve uma considerável queda na receita, registrando-se o menor valor anual da série histórica (desde 2003). Essa queda teria sido ocasionada em parte pelo maior acesso aos dados públicos gratuitos no âmbito dos

programas REATE (todos os dados técnicos públicos terrestres) e PROMAR (dados técnicos públicos marítimos de nove bacias com campos maduros).

1.407 remessas de dados recebidas pela ANP, representando **277 TB (Terabytes)**

R\$ 3.814.420,91 de receita gerada por acesso a dados técnicos

Dados Geológicos e Geofísicos

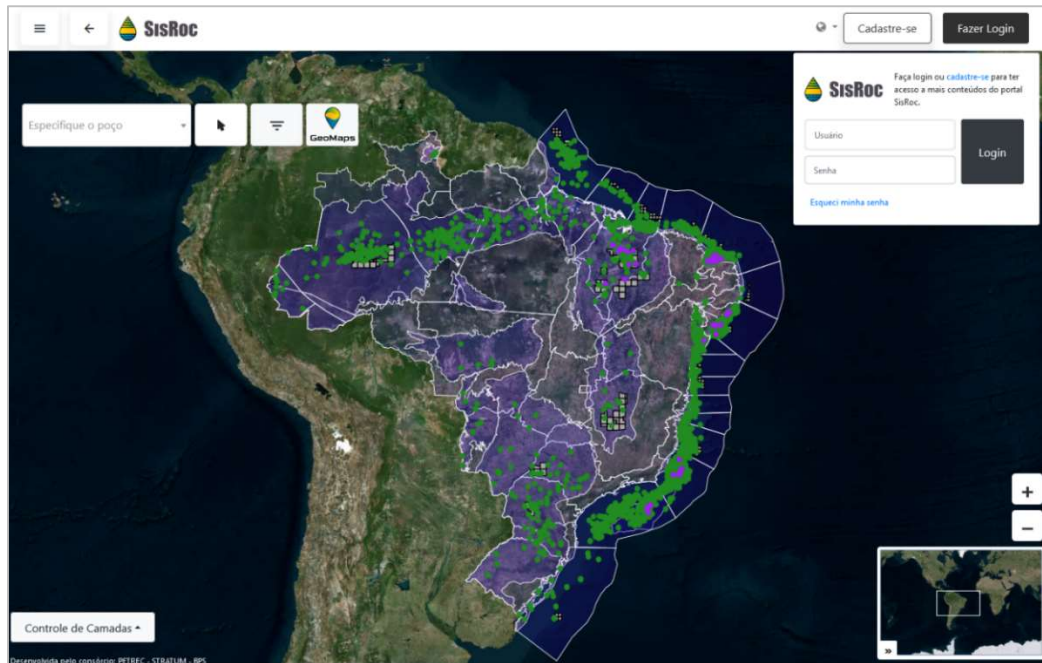
Foram publicados os "Sumários Geológicos" das bacias incluídas na Oferta Permanente no [sítio das rodadas de licitação](#), além de ter sido atualizado com informações das áreas da Oferta Permanente Partilha e Oferta Permanente Concessão para o público internacional, o site [Investment Opportunities in Brazil](#).

Soluções Tecnológicas para Gestão do Acervo de Dados Digitais e Físicos

O novo Sistema de Gestão do Acervo de Amostras de Rochas e Fluidos da União (SisRoc), passou pelo estágio final de homologação em 2023. Seu lançamento deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2024. Trata-se de um sistema web, online, com interface intuitiva e orientada por mapas e menus, para busca de dados, solicitação

de serviços e autorizações, além de envio de resultados de análises e declaração de acervo. O SisRoc representa um salto enorme na simplificação de processos, diminuindo a burocracia e o grande volume de documentos tramitados.

Figura 15. Sistema SISROC



Portal de informações georreferenciadas GeoMapsANP

A ANP realizou o desenvolvimento de uma nova plataforma de mapas interativos para visualização de informações georreferenciadas, o **GeoMapsANP**, lançado em dezembro de 2023. Nesse primeiro momento, a nova ferramenta contempla apenas informações e dados técnicos, como blocos, campos, poços, levantamentos

sísmicos 2D e 3D. Projeta-se para 2024 a inclusão de informações relacionadas às rodadas de licitações e dados de infraestrutura, do Downstream tais como oleodutos, gasodutos e refinarias. Objetiva-se ainda a integração ao **Sistema SisRoc**.

Figura 16. Portal GeoMapsANP



Nota: Tela do GeoMapsANP exibindo a localização dos poços de E&P públicos do acervo da ANP.

Disponibilização de Dados Técnicos Públicos Gratuitos

A disponibilização gratuita de dados técnicos públicos marítimos de nove bacias selecionadas que possuem campos maduros, no âmbito do Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (PROMAR), teve início em 2022 com dados de poços e sísmica post-stack. Em novembro de 2023, essa

disponibilização foi expandida aos respectivos dados sísmicos pre-stack públicos marítimos. As entidades que obtiverem esses dados sísmicos pre-stack tem a responsabilidade de processá-los conforme os padrões técnicos estabelecidos pela ANP e devem retornar os resultados processados à Agência em um prazo máximo de 12 meses.

Debates sobre Segurança Operacional e Meio Ambiente

A ANP realizou, em 2023, Workshop para debater com a indústria sobre o novo regulamento técnico do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO) e, em parceria com a *Petroleum Safety Authority (PSA)*, Workshop no escritório central da ANP no Rio de Janeiro. Realizou ainda o XI Workshop de Segurança Operacional e Meio Ambiente da ANP (SOMA), como evento paralelo a OTC Brazil 2023 e o VII Workshop de Segurança Operacional e Meio Ambiente Terrestre (SOMAT), como evento paralelo a Mossoró Oil & Gas Expo, ambos de forma presencial e com transmissão ao vivo pelo canal da ANP no YouTube.

Participou do Workshop sobre *In Support Of The Development Of The Third World Ocean Assessment* promovido pela ONU, em Santos, São Paulo; do *ESG Energy Forum*, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), com debates voltados para políticas e discussões sobre as agendas ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês) no setor de energia, petróleo e gás; e do *DECOMBR - SPE Brazil Decommissioning Symposium - A holistic approach*, congresso com ênfase na área de descomissionamento de instalações da indústria de óleo e gás. Participou ainda de simulado do

Plano Nacional de Contingência (PNC), coordenado pela Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro.

Realizou palestra no 1º Simpósio de Integridade de Dutos promovido pela PetroReconcavo, com participação de empresas onshore de O&G; e no Workshop de Segurança Operacional (WSOP), em Macaé/RJ; e do Rio Pipeline 2023 com o trabalho técnico "Brazilian Pipeline Failure Database" e apresentação sobre classe de locação de dutos na sessão de Gerenciamento de Riscos.

Internacionalmente, a ANP participou do Workshop de Segurança Operacional (WSOP), da Conferência *ESREL (European Safety & Reliability Conference)*, organizada pela Universidade de Southampton, em Southampton na Inglaterra, da Conferência de Segurança Offshore do Fórum Internacional de Reguladores (IRF), em Perth, Austrália Ocidental, no Westin Perth e do *SPE Brasil Sustainability Symposium*, congresso com ênfase em sustentabilidade, além de compor a delegação da décima sessão do *Sub-Committee on Navigation, Communications and Search and Rescue (NCSR)*, NCSR 10, na Sede da International Maritime Organization, IMO, na cidade de Londres, Inglaterra.

Divulgação dos dados relativos a Participações Governamentais

Visando dar transparência e publicidade em suas ações, a ANP divulga, mensalmente, dados e informações acerca da apuração e distribuição de participações governamentais aos beneficiários.

No sítio da ANP são encontradas as informações sobre os Preços de Referência do Petróleo (PRP)

e os Preços de Referência do Gás Natural (PRGN). Podem ser encontrados ainda, dados e informações acerca da apuração e distribuição de royalties aos beneficiários legais; informações sobre apuração e a distribuição da participação especial; e sobre os proprietários de terra.

Relatório Anual de Exploração

Foi publicado o terceiro Relatório Anual de Exploração. Essa versão do Relatório consolida dados relativos ao desempenho do segmento de exploração de 2016 a 2022 e traz informações sobre os blocos sob contrato, os números

relativos às atividades exploratórias realizadas no período e sobre as ações de modernização regulatória e de aprimoramento da gestão de informação.

Sumários Executivos de Áreas de Desenvolvimento

Desde julho de 2023, a ANP elabora e disponibiliza em seu site os sumários executivos de áreas de desenvolvimento, cuja comercialidade foi declarada. Dentre outras informações, a publicação disponibiliza o nome do bloco, nome do operador, número do

contrato, nome oficial do poço descobridor (nome ANP), nome e status do PAD, localização, jazida avaliada, mapa de localização da descoberta, coordenadas da área retida para avaliação.

Relatório Anual de Segurança Operacional

Foi publicado o Relatório Anual de Segurança Operacional, que apresenta os resultados de segurança operacional e meio ambiente das atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural para o ano de 2022. O objetivo é fomentar práticas para o crescimento seguro e sustentável da indústria, prevenindo incidentes que possam ocasionar danos a vida e ao meio ambiente.

Se originalmente o foco residia na exposição de quantidade de não conformidades e de

instalações auditadas, atualmente, o cerne é a divulgação de problemas frequentes, sistêmicos e críticos. Isso permite que operadores de contrato e de instalação possam internalizar as lições aprendidas com as ações de fiscalização e com os incidentes ocorridos. A sintetização de diretrizes em forma de desafios, visa encorajar a indústria a atuar de modo colaborativo para a melhoria da segurança operacional e a trilhar o caminho da sustentabilidade.

Preços Médios e Volumes – Venda de Gás Canalizado

A ANP publica mensalmente dados referentes aos preços e volumes comercializados de gás natural –inclusive do histórico dos preços médios regionais de venda de gás natural às

distribuidoras de gás canalizado. Os preços divulgados são ponderados pelo volume comercializado e não contêm impostos, consulte [aqui](#).

Programa Auxílio Gás dos Brasileiros – Preços médios mensais

Nos termos do Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021, que regulamenta o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, a ANP divulga ao consumidor final, desde dezembro de 2021, o valor da média dos seis meses anteriores

do preço nacional do botijão de treze quilogramas (P13) de gás liquefeito de petróleo (GLP), de acordo com o Sistema de Levantamento de Preços. Os preços médios mensais são publicados [aqui](#).

Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC)

A ANP acompanha semanalmente, por meio do Levantamento de Preços de Combustíveis, o comportamento dos preços praticados pelos postos revendedores de combustíveis. Saiba mais.

O LPC é a principal referência nacional para preços de revenda de combustíveis automotivos e de GLP do Brasil, servindo de baliza para o mercado, academia, entidades estatais e órgãos

de governo. Pela abrangência de sua utilização, é imprescindível a garantia da continuidade da pesquisa, cujo serviço é prestado por empresa especializada, contratada especificamente para este fim.

O Levantamento de Preços contribui para que os consumidores busquem as melhores opções de compra e permite à ANP identificar indícios de prática de condutas anticompetitivas por parte dos agentes regulados, entre diversos outros usos da

informação. Em 2023, foi concluído o processo de implantação da pesquisa contratada em 2022, com as coletas de preços tendo alcançado todas as 459 localidades previstas no Termo de Referência da Contratação.

Ao todo, no ano de 2023, o LPC disponibilizou à sociedade 904.000 preços de combustíveis automotivos e 227.066 de GLP (botijão P-13), em todas as unidades federativas.

Publicação de Preços e Volumes

A ANP tem a atribuição de garantir a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. Essa atribuição não é exercida por meio do controle de preços, mas sim por meio da proteção do processo competitivo nos mercados regulados. A ANP promove a coleta, o tratamento e a publicação de dados de preços e volumes de produção, importação, exportação, distribuição e revenda de diversos produtos regulados, publicando com a periodicidade:

Semanal - Síntese de Comportamento dos Preços dos Combustíveis, abrangendo os preços de revenda e distribuição da gasolina comum, do etanol hidratado, do óleo diesel comum e do GLP P-13 (botijão de 13Kg); Preços de Paridade de Importação (PPI) para gasolina, diesel, querosene de aviação (QAV) e GLP em 16 portos e pontos de entrega no Brasil; e Preços médios ponderados semanais praticados por produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de derivados de petróleo e de biodiesel, em níveis regional e nacional, sem a incidência de ICMS.

Mensal - Preços de distribuição de produtos asfálticos, segmentados por região geográfica de origem do produto ou por unidade da Federação de origem do produto, caso haja informação de, ao menos, três distribuidoras comercializando no estado; Preços médios ponderados mensais de distribuição de combustíveis de aviação, GLP e combustíveis líquidos automotivos, segregados

por abrangência geográfica; Evolução dos preços de gás liquefeito de petróleo (GLP) em cada um dos estados brasileiros, por meio de gráficos e tabelas consolidados com os preços médios ponderados de produtores e importadores de GLP, tributos e margens brutas de distribuição e revenda; Composição dos preços da gasolina, óleo diesel e GLP, cuja fonte é o Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, contendo estimativas dos valores médios praticados e os percentuais de cada variável, tanto nacionais quanto segmentados por região; Síntese Mensal de Comercialização de Combustíveis, que analisa dados de volumes totais comercializados internamente (incluindo volumes importados) dos seguintes combustíveis: gasolina tipo C, etanol hidratado, diesel S10 e gás liquefeito de petróleo – GLP (desagregado em P-13 e Outros), bem como uma análise agregada do conjunto de todos os combustíveis. A síntese comporta ainda uma comparação das capacidades energéticas desses combustíveis, em R\$/BEP (Barril Equivalente de Petróleo).

Trimestral - o Boletim Trimestral de Preços e Volumes de Combustíveis contém análises de variações nos preços e volumes comercializados internamente dos seguintes combustíveis: gasolina tipo C, etanol hidratado, diesel S10 e gás liquefeito de petróleo – GLP (desagregado em P-13 e Outros), bem como uma análise agregada de todos os combustíveis.

Tabela 26. Publicações em Números

Publicações	Quantidade
Síntese de Comportamento de Preços Publicadas	52
Sínteses Mensais de Volume de Comercialização de Combustíveis	12
Preços de Paridade de Importação Publicados	52
Preços médios de produtores e importadores de derivados de petróleo e biodiesel	3.916
Postos revendedores de combustíveis automotivos integrantes da pesquisa de preços	242.037
Postos revendedores de GLP integrantes da pesquisa de preços	227.066



Anuário Estatístico

Foi publicado o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2022, que consolida os dados referentes ao desempenho da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis e do sistema de abastecimento nacionais no período 2012-2021. O Anuário Estatístico é a mais abrangente publicação da ANP e a principal referência de dados da indústria nacional. Todos os dados que compõem o Anuário Estatístico são também publicados em [formato aberto](#).

Boletim Fiscalização do Abastecimento em Números

É publicado desde 2012, o [Boletim Fiscalização do Abastecimento em Números](#). O periódico apresenta o balanço do trabalho realizado pela fiscalização do abastecimento, compreendendo

os segmentos de mercado fiscalizados, as principais motivações de infrações e interdições, produtos apreendidos, convênios, processos administrativos, entre outras informações.

Painéis Dinâmicos da ANP

Os Painéis Dinâmicos da ANP se consolidam como a forma interativa e transparente de visualização de seus dados. Veja [aqui](#) todos os painéis dinâmicos da ANP.

Processo Decisório

O [Painel Dinâmico de Deliberações da Diretoria Colegiada](#), que apresenta, além das decisões, as informações dos Circuitos Deliberativos em andamento.

Agenda Regulatória

O [Painel Dinâmico da Agenda Regulatória](#), permite consultar as informações das ações que compõem o planejamento regulatório da ANP, incluindo a visualização de um panorama estatístico de

informações globais da Agenda, a consulta às informações cadastrais das ações regulatórias e a visualização gráfica do avanço do cronograma de execução estipulado para cada ação.

Exploração e Produção de Petróleo e Gás

O [Painel Dinâmico de Dados Técnicos](#) disponibiliza informações sobre os dados técnicos de E&P do acervo da ANP, no que tange ao seu recebimento, armazenamento e disponibilização. Apresenta o histórico de recebimento de dados, totais de disponibilização de dados de poços, sísmicos e não sísmicos e, na opção de acervo físico, os totais de mídia disponíveis, por meio físico de armazenagem.

Atualizado em dezembro de 2023, o [Painel Dinâmico da Fase de Exploração](#), passou a contar com novos filtros e informações como bacias agrupadas e profundidade final de poço; além de mapas nos relatórios de blocos, poços e PADs em andamento.

O Painel Dinâmico de Prorrogação de Prazos da Fase de Exploração, continuou a apresentar, em 2023, os blocos que tiveram seus contratos prorrogados mediante as Resoluções ANP nº 708, de 25 de outubro de 2017, nº 815, de 20 abril de 2020 e nº 878, de 2 de junho de 2022.

O Painel Dinâmico da Previsão de Atividades e Investimentos na Fase de Exploração foi desenvolvido pela ANP e publicado em março de 2023. Este painel consolida as previsões de atividades e investimentos oriundas PTE.

Em 2023, a ANP lançou 7 novos painéis e um conjunto de dados abertos para acompanhamento da fase de desenvolvimento e de produção:

O Painel Dinâmico de Campos em Desenvolvimento e Produção apresenta o quantitativo de áreas e informações detalhadas sobre elas, como a relação de participações de empresas atuais, operador, bacia, ambiente (mar ou terra), estado, rodada de licitação que deu origem ao campo, entre outras. É possível aplicar filtros por todas essas categorias.

O Painel Dinâmico de Recursos e Reservas de Hidrocarbonetos disponibiliza os volumes de reservas de petróleo e gás 1P (provadas), 2P (provadas + prováveis) e 3P (provadas + prováveis + possíveis), bem como a produção acumulada, o volume de óleo *in place* e a fração recuperada de petróleo por campo.

O Painel Dinâmico de Análise de Planos de Desenvolvimento este painel tem como objetivo o acompanhamento dos processos de avaliação de Planos de Desenvolvimento entregues à ANP, incluindo os PDs com pleitos de prorrogação da fase de produção e/ou de redução da alíquota de royalties sobre a produção incremental.

O Painel Dinâmico de Consulta das Previsões de Atividades, Investimentos e Produções na Fase de Produção apresenta informações referentes as previsões de atividades, investimentos e produções por bacia para o quinquênio, conforme apresentadas pelos contratados nos Programas Anuais de Trabalho e Orçamento (PAT) e Programas Anuais de Produções (PAP).

A lista de Plataformas em Operação foi publicada com o formato de dados abertos, e compreende informações como quais são os campos atendidos pela plataforma, a lâmina d'água, o sistema de escoamento, assim como sua capacidade de produção e geolocalização.

A ANP também disponibilizou painéis com os Valores de Garantia e Informações de Penhor. Esses painéis são de acesso restrito aos Operadores, com filtros específicos para visualização de seus dados unicamente. Também foi disponibilizado o Painel de Movimentações de Gás – Mar, para acesso do MME – Ministério de Minas e Energia.

O Painel Dinâmico de Produção de Petróleo e Gás Natural, publicado em 2022, apresenta dados mensais e anuais consolidados, permitindo visualizar a evolução histórica da produção no país e também filtrá-la por campo, bacia, instalação, poço, estado, período de tempo, operador, entre outros. É possível também observar os principais parâmetros de movimentação de gás, como queima e injeção.

Já o Painel Dinâmico de Produção Diária de Petróleo e Gás Natural traz dados diários, calculados pela ANP a partir dos volumes medidos enviados pelas operadoras com prazo de, no máximo, três dias úteis, por meio do Sistema de Fiscalização da Produção da ANP. Nesta ferramenta, o foco é o detalhamento dos dados por dia, permitindo visualizar a variação da produção dentro de um mesmo mês.

O Painel de Orientações de Medição da Produção tem como objetivo centralizar informações úteis às empresas operadoras relativas à medição da produção de petróleo e gás natural. Entre as informações disponíveis, estão links para cada legislação relevante sobre medição da produção, documentos de orientação com respostas às principais dúvidas dos agentes, minutas de documentos que estejam passando por algum tipo de consulta.

O Painel Dinâmico de Segurança Operacional foi publicado inicialmente em 2021 e dispunha de informações relacionadas à Documentação de Segurança Operacional de Instalações de E&P; Infrações em Instalações de E&P; Fiscalizações em Instalações de E&P; Descomissionamento de Instalações de E&P; e Dados de COVID de Instalações de E&P.

No ano de 2022 foram criados Painéis Dinâmicos de Sustentabilidade em Instalações de E&P que, com a reestruturação da unidade, migrou para a Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente (STM), no ano de 2023. Assim, o ano de 2023 foi encerrado com mais de 20 (vinte) painéis internos em uso diário para controle,

análise e monitoramento de processos, além dos 5 (cinco) painéis externos publicados na página da ANP. Os painéis de Segurança Operacional podem ser acessados [aqui](#).

As estimativas anuais de arrecadação de royalties e participação especial para a União, os estados e os municípios nos próximos cinco anos, proporcionando aos beneficiários o aprimoramento de seus planejamentos financeiros, são publicadas, em painel dinâmico.

A ANP disponibiliza um conjunto de painéis dinâmicos sobre investimentos, fiscalização e demais informações relevantes de apoio à gestão e regulamentação da política de conteúdo local em Exploração e Produção, dentre eles Painel Dinâmico de Investimentos de Conteúdo Local; Painel Dinâmico de Certificação de Conteúdo Local; Painel Dinâmico de Isenção e Ajuste de Conteúdo Local; Painel Dinâmico de Fiscalização de Conteúdo Local; e Painel Dinâmico de Aditamento de Conteúdo Local.

O Painel Dinâmico de Obrigações de Investimento em PD&I apresenta o levantamento dos valores de obrigação de cada uma das empresas petrolíferas que possuem ou possuíram participação em campo produtor de petróleo e

Movimentação de Gás Natural em Gasodutos de Transporte

O Painel Dinâmico de Movimentação de Gás Natural em Gasodutos de Transporte, apresenta a análise da movimentação de gás no Brasil, a partir de dados públicos enviados pelos

Combustíveis, Infraestrutura, Qualidade e RenovaBio

A ANP publicou ainda, em painéis e mapas na internet os dados do mercado que regula, os quais incluem o Painel Dinâmico de Produtores de Derivados de Petróleo; o Painel Dinâmico de Produtores de Etanol; o Painel Dinâmico de Produtores de Biodiesel; e o Painel Dinâmico de Produtores de Biometano, que apresentam os mapas com os dados de localização de todos os refinadores, centrais petroquímicas e formulador de combustíveis, produtores de etanol, produtores de biodiesel e produtores de biodiesel regulados pela ANP, com suas respectivas capacidades autorizadas, além de informações da produção regional e matéria-prima.

Informações relativas ao processamento de petróleo e fator de utilização efetiva, participação

gás natural que, em algum período, gerou obrigação de investimento em PD&I resultante do respectivo contrato de exploração e produção.

O Painel Dinâmico de Projetos Iniciados apresenta informações dos projetos iniciados ou contratados sob as regras do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015 em cumprimento à obrigação de investimento em PD&I.

O Painel Dinâmico de Credenciamento apresenta informações relativas às instituições e unidades de pesquisa credenciadas para a realização de projetos e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação com recursos decorrentes da obrigação de investimento em PD&I.

O Painel Dinâmico de Emissões de Contratos de E&P em fase de produção reúne informações de emissões de gases de efeito estufa de bacias que possuem instalações de produção, conforme declarados pelos operadores, além de intensidades médias de gases de efeito estufa (GEE), nacional e por bacias sedimentares. Esse painel foi implementado em 2022 com dados de instalações offshore e em 2023 foi aprimorado e passou a incluir também informações de instalações onshore.

transportadores autorizados. Permite a consulta e cruzamento de informações de movimentação por transportador, gasoduto e por estado, dentre outros filtros.

das refinarias no processamento de petróleo, produção e operações de derivados nas refinarias, produção de combustíveis em centrais petroquímicas e formuladores, bem como informações de tancagem de etanol e tancagem de biodiesel também podem ser obtidas.

O Painel Dinâmico de Adimplência ao SIMP de produtores de combustíveis e biocombustíveis apresenta informações atualizadas sobre a adimplência dos agentes regulados ao sistema e possui informações a respeito dos agentes com as seguintes qualificações: Contratantes de Prestação de Serviço, Formuladores de Combustível, Central Petroquímica, Produtor de Biodiesel, Produtor de Biometano, Produtor de Etanol, Produtor de Solventes, Refinador, Processador de Gás Natural.

O Painel Dinâmico de Tancagem do Abastecimento Nacional de Combustíveis, consolida informações sobre toda a capacidade de armazenamento de combustíveis das instalações autorizadas a operar pela ANP, incluindo os produtores de derivados e biocombustíveis, os terminais, as bases de distribuição e os transportadores-revendedores-retalhistas.

O Painel Dinâmico da Movimentação em Terminais Aquaviários, reúne informações sobre a aplicação da Resolução ANP que estabelece critérios para o livre acesso a terceiros interessados em terminais aquaviários. Agrega ainda links para outros materiais desenvolvidos especialmente para o cumprimento da Resolução ANP nº 881/2022.

A ANP também publica uma série de painéis dinâmicos com informações de mercado de um conjunto de combustíveis e derivados, apresentando dados como vendas, participação de mercado nacional e dados de comércio exterior, entre outros. São eles o Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Asfaltos, Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Biodiesel, Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Combustíveis de Aviação, Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Combustíveis Líquidos, Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de GLP, Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Lubrificantes, Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de Solventes e Painel Dinâmico do Mercado Brasileiro de TRR.

Em 2023 a ANP publicou ainda o Painel Dinâmico de previsão de processo cadastral de revendas de combustíveis e de GLP, Painel Dinâmico da Logística do Abastecimento Nacional de Combustíveis e o Painel Dinâmico da Logística do Monitoramento de Metanol.

Também publicou os Painéis Dinâmicos de Autorizações para Polos de Processamento de gás natural; Refino de Petróleo; Produção de biocombustíveis; Produção de solvente; Formulação de Combustíveis; Centrais de matérias primas petroquímicas; e para Contratante de prestação de serviço.

O Painel Dinâmico da Tancagem do Abastecimento Nacional de Combustíveis apresenta a capacidade de armazenagem da indústria do petróleo, gás natural e

biocombustíveis, com o potencial de conhecer todas as instalações de um determinado estado, município ou região.

O Painel Dinâmico da Movimentação em Terminais Aquaviários, tem como objetivo esclarecer as dúvidas dos agentes econômicos quanto à implementação e à aplicação da Resolução ANP nº 881 de julho de 2022, que estabelece os critérios para o acesso não discriminatório dos terminais aquaviários..

Ao longo do ano de 2023, a ANP publicou em painéis os dados do mercado que regula, dentre eles o Painel Dinâmico do PMQC; Painel Dinâmico de Certificações de Biocombustíveis RenovaBio; e o Painel Dinâmico dos Créditos de Descarbonização (Painel Dinâmico da Plataforma CBIO).

A partir do recebimento dos dados da qualidade dos produtores e importadores de combustíveis e biocombustíveis, em atendimento ao estabelecido na Resolução ANP nº 828/2020, foi publicado o Painel Dinâmico da Produção e Importação de Gás Natural para o público externo; e o Painel Dinâmico sobre Óleo Diesel Marítimo para a Diretoria da ANP.

Com o intuito de dar transparência aos resultados das ações de fiscalização são publicados na página da Agência, o Painel Dinâmico da Fiscalização do Abastecimento e os dados brutos. O Painel Dinâmico disponibiliza, além dos resultados das ações de fiscalização, os dados públicos dos Documentos de Fiscalização (DF) lavrados pela ANP, os elementos sobre as ações realizadas em cada município e os segmentos de mercado fiscalizados.

O Painel Dinâmico de Preços de Combustíveis e Derivados do Petróleo apresenta informações dos preços médios de produção, revenda e distribuição de combustíveis oriundos do Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC), além das declarações dos agentes encaminhadas por força da Resolução ANP nº 729, de 11 de maio de 2018 e da Portaria ANP nº 297, de 18 de dezembro 2001. O Painel possui informações estatísticas e temporais sobre os preços praticados pelos agentes regulados com as seguintes qualificações: revendedores e distribuidores de combustíveis automotivos e de GLP e importadores e produtores de derivados de petróleo e biocombustíveis.



6

DEMONSTRAÇÃO
DA EFICIÊNCIA E
**CONFORMIDADE
LEGAL DA GESTÃO**

6. DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO

6.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Lei Orçamentária Anual 2023

A Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 - Lei Orçamentária Anual (LOA) consignou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) dotação orçamentária no total de R\$ 2,8 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões foram destinados para a Reserva de Contingência.

Tabela 27. Distribuição dos saldos orçamentários iniciais da ANP na LOA 2023, em milhões de reais

Programação Orçamentária	LOA Inicial
Despesas Discricionárias	160,7
Despesas com Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	250,8
Reserva de Contingência	2.333,0
Total	2.782,6

Alterações Orçamentárias no Exercício

Ao longo do exercício, a LOA foi modificada por créditos adicionais, assim como por cancelamentos parciais de dotações orçamentárias específicas. A LOA atualizada terminou o exercício com o valor de R\$ 2.808,3 milhões, após receber alterações que

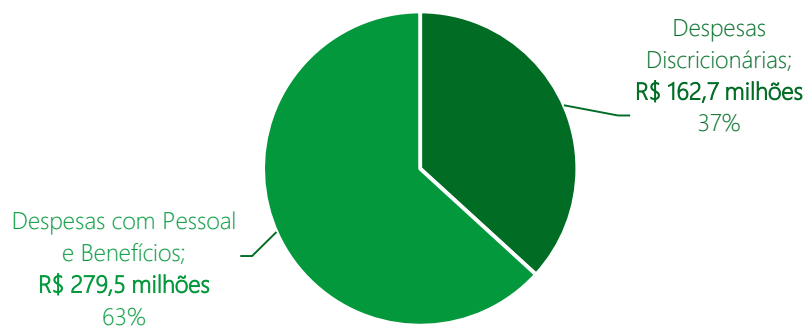
representaram R\$ 25,7 milhões adicionais. Como resultado de todas as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício, a LOA atualizada da ANP totalizou, no final de 2023, R\$ 475,4 milhões desconsiderando os valores da reserva de contingência.

Execução Orçamentária

Do total da dotação orçamentária de R\$ 475,4 milhões autorizada para execução das despesas da ANP, foram empenhados R\$ 442,2 milhões, liquidados R\$ 412,3 milhões e pagos R\$ 387,6

milhões. O valor total empenhado representa 93,0% do autorizado na LOA 2023. O gráfico abaixo demonstra a composição dos valores empenhados em 2023.

Gráfico 46. Valor total empenhado em 2023 por agregador de despesa



Execução Financeira

O valor pago das despesas autorizadas na LOA 2023 totalizou R\$ 387,6 milhões, dos quais R\$ 252,8 milhões foram direcionados ao pagamento de despesas com pessoal e benefícios para o quadro da ANP. Já os pagamentos das despesas discricionárias da Agência somaram R\$ 134,8 milhões. O gráfico abaixo demonstra a composição dos valores pagos em 2023.

Gráfico 47. Valor total pago em 2023 por agregador de despesa

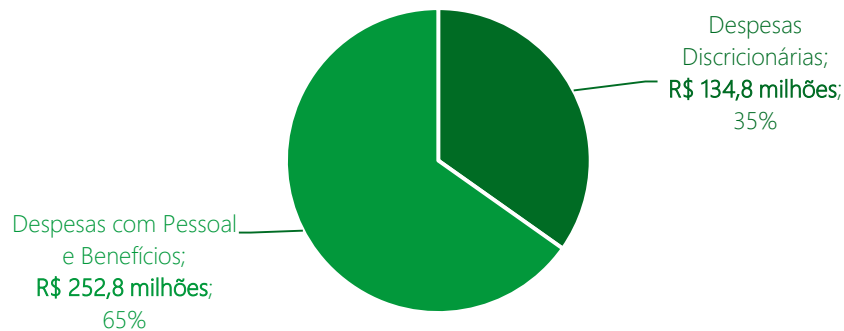


Tabela 28. Dotação e execução de despesas por agregador 2023 x 2022, em milhões de reais

Descrição	2023				2022				Variação	
Despesas	Dotação Atual (a)	Empenho do (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	Dotação Atual (e)	Empenho do (f)	Liquidado (g)	Pago (h)	Variação R\$ (i)=b-f	Variação % (j)=i/f
Discricionárias	162,7	162,7	135,5	134,8	160,7	157,5	128,6	125,6	5,2	3,3%
Pessoal e benefícios	312,7	279,5	276,8	252,8	256,2	255,5	255,0	237,1	24,0	9,4%
Total	475,4	442,2	412,3	387,6	416,9	413,0	383,7	362,6	29,2	7,1%

Fonte: Tesouro Gerencial em 10/01/2024

Em relação ao orçamento destinado à ANP, o total autorizado em 2023 (R\$ 475,4 milhões) foi 14,0% maior (R\$ 58,4 milhões) que o de 2022 (R\$ 416,9 milhões). O orçamento autorizado para as despesas com Pessoal e Benefícios foi 22,1% maior (R\$ 56,5 milhões) que em 2022, frente a um aumento de 1,2% (R\$ 2 milhões) na dotação disponível para as despesas discricionárias em 2023 em relação ao ano anterior.

O valor total empenhado em 2023 foi 7,1% maior do que em 2022, com o crescimento de R\$ 29,2 milhões na execução orçamentária em relação ao exercício anterior. O total empenhado em 2023 com as despesas com Pessoal e Benefícios foi 9,4% maior do que o executado em 2022 (R\$ 24 milhões), enquanto o aumento do total empenhado com as despesas Discricionárias em 2023 foi de 3,3% (R\$ 5,2 milhões) em relação ao exercício anterior.

Manutenção e redução das despesas / continuidade da atividade da ANP

A despeito dos efeitos inflacionários anuais, os referenciais monetários determinados para a elaboração das propostas orçamentárias da Agência vêm se mantendo praticamente estagnados nos últimos anos. As sucessivas

limitações de movimentação e empenho impostas à ANP nos últimos exercícios levou a Agência a adotar várias medidas de redução de despesas, seja por intermédio de alterações em contratos ou pela contenção de gastos com

diárias, passagens, telefonia, dentre outros insumos. Além disso, vários investimentos planejados ao longo dos últimos anos vêm sendo postergados, assim como iniciativas de capacitação do corpo técnico da Agência acabam tendo que ser replanejadas.

Diante desse cenário, a ANP faz esforços consideráveis para mitigar riscos de interrupção de atividades como a fiscalização *offshore* da indústria de petróleo e gás natural, a fiscalização das revendas de combustíveis, o monitoramento da qualidade dos combustíveis e a pesquisa de preços de combustíveis.

Execução por Grupo e Elemento de Despesa em 2023 e 2022

Grupo de natureza de despesa: classe de gasto em que foi realizada a despesa:

Pessoal e Encargos Sociais: despesas de caráter obrigatório com pessoal e encargos sociais, majoritariamente salários, aposentadorias/pensões e contribuições previdenciárias (obrigações patronais). Os gastos com benefícios (assistência pré-escolar e auxílios transporte, alimentação, natalidade e funeral),

assistência médica e odontológica e com ajuda de custo para moradia não compõem este grupo.

Outras Despesas Correntes (custeio): despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional.

Investimentos: dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de tecnologia de informação etc.

Tabela 29. Elemento de despesa: Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos, em milhões de reais

Descrição	2022			2021			Variação	
	Empenha do (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	Empenha do (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	Variação R\$ (j)=b-f	Variação % (j)=f/f
Grupo 1: Pessoal e Encargos Sociais	270,3	268,2	245,0	248,3	247,9	230,7	22,0	8,9%
Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoa Civil	192,6	192,6	174,7	181,8	181,6	168,3	10,8	5,9%
Obrigações Patronais	34,1	32,9	32,7	32,9	32,9	32,8	1,2	3,6%
Aposentados RPPS, Reser. Remun. Refor. Militares	17,1	17,1	15,9	15,2	15,2	14,0	1,9	12,5%
Demais elementos	26,5	25,6	21,7	18,4	18,2	15,5	8,1	44,0%
Grupo 3: Outras Despesas Correntes	169,8	142,8	141,3	159,0	134,6	131,3	10,8	6,8%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	73,1	63,3	63,0	68,3	49,6	55,2	4,8	7,0%
Serviços de TI e Comunicação - PJ	42,7	31,8	31,7	41,5	34,1	32,3	1,2	2,8%
Locação de Mão-de-Obra	25,3	21,5	21,4	23,4	21,5	21,3	1,8	8,1%
Demais elementos	28,7	26,2	25,2	25,7	29,5	22,5	3,0	11,7%
Grupo 4: Investimentos	2,1	1,3	1,3	5,6	1,1	0,6	-3,6	-63,2%
Equipamentos e Materiais permanentes	1,7	1,3	1,3	5,1	0,9	0,3	-3,4	-66,7%
Serviços de TI e Comunicação - PJ	0,4	-	-	0,6	0,3	0,3	-0,2	-33,3%
Total Geral	442,2	412,3	387,6	413,0	383,7	362,6	29,2	7,1%

Fonte: Tesouro Gerencial em 10/01/2024

Despesas com pessoal e encargos sociais

O total dos valores empenhados com despesas com pessoal e encargos sociais no exercício de 2023 foi 8,9% maior (R\$ 22,0 milhões) do que o de 2022. Se compararmos as liquidações das despesas com pessoal e encargos sociais desses dois exercícios, metodologia de análise que desconsidera os valores inscritos em restos a pagar não processados eventualmente

cancelados nos exercícios seguintes, houve o crescimento de 8,2% nesse grupo de despesa. O crescimento das despesas neste grupo deveu-se principalmente ao reajuste nas remunerações dos servidores públicos federais concedido pela Medida Provisória 1.170 de 28 de abril de 2023, posteriormente convertida em Lei 14.673 de 14 de setembro de 2023.

Crescimento de outras despesas correntes (custeio)

A execução orçamentária do grupo *Outras Despesas Correntes* cresceu 6,8% (R\$ 10,8 milhões) em relação ao exercício de 2022. Os elementos de despesa mais representativos desse crescimento foram *Outros Serviços de Terceiros - PJ* (7,0%, R\$ 4,8 milhões) e os *Demais Elementos* (11,7%, R\$ 3,0 milhões).

A dotação autorizada para as despesas discricionárias correntes ao final do exercício de 2023 foi maior do que em 2022, o que resultou num crescimento das despesas de custeio da ANP em 2023. Em 2022 houve uma maior destinação de recursos orçamentários para as despesas de capital.

Redução no grupo de investimentos

O grupo de despesas com investimentos foi o único que apresentou redução na execução em 2023 em relação ao exercício anterior, de 62,8% (R\$ 3,6 milhões). O elemento de despesa mais representativo dessa queda foi *Equipamentos e Material Permanente* (65,6%, R\$ 3,4 milhões).

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Tabela 30. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados (R\$ Mil)				
Ano de Inscrição	Valor 01/01/2023	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2023
2022	21.050,7	20.859,6	191,1	-
2021	315,7	233,4	-	82,3
2020	37,0	-	-	37,0
2019	54,9	-	-	54,9
2018	14,9	-	-	14,9
2017	17,6	-	-	17,6
2016	0,3	-	-	0,3
2015	138,6	138,6	-	-

Restos a Pagar Não Processados (R\$ Mil)				
Ano de Inscrição	Valor 01/01/2023	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2023
2022	29.826,9	23.898,0	2.555,4	2.833,5
2021	3.899,6	810,3	1.916,0	1.173,3

O total de restos a pagar processados inscritos em 2022 se refere a despesas com a folha de pagamento de pessoal. O pagamento do montante inscrito naquele exercício foi de 99,1% do total e o restante foi cancelado. Os montantes reinscritos são saldos residuais de folha de pagamento e de contratos de locação de mão-de-obra que estão em análise para cancelamento uma vez que não devem ser pagos. O saldo reinscrito de 2015 que se encontrava sub judice foi pago durante o exercício de 2023, atendendo a decisão judicial.

Sobre os restos a pagar não processados, em 2022 foram inscritos R\$ 29,3 milhões, o que

representa um acréscimo de 4% em relação ao montante apurado para o exercício de 2022 e registrado no Relatório de Gestão daquele ano, de R\$ 28,1 milhões. O valor reinscrito de 2021 refere-se a um contrato com despesas de investimento e que deve ser pago ao longo do exercício de 2024. Outro aspecto que demonstra a boa gestão da Agência com os restos a pagar não processados em 2023 se refere ao melhor índice de pagamento desses valores no exercício (74,5% dos restos a pagar não processados inscritos e reinscritos pagos) em relação a 2022 (64,3%).

Execução Orçamentária por Ação em 2023

Tabela 31. Execução orçamentária por Programas e Ações Orçamentárias da ANP autorizados na LOA, em milhões de reais

Programa / Ação Orçamentária	LOA Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	411,1	378,0	359,0	334,5
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	22,4	22,4	21,9	20,3
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Reg. de Previdência dos Servidor Público Federal	65,2	32,1	30,8	30,8
2000 - Administração da Unidade	98,3	98,3	81,9	81,6
2004 - Assistência Méd. e Odont. aos Serv. Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2,6	2,6	2,5	2,1
20TP - Ativos Civis da União	215,8	215,8	215,4	193,8
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6,5	6,5	6,2	5,7
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0,3	0,3	0,3	0,2
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0,01	-	-	-
00S6 - Benefício Especial e Demais Contemplações de Aposentadorias	0,01	-	-	-
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidade Nacionais e Internacionais	0,02	0,02	0,02	0,02
00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0,02	0,02	0,02	0,02
0999 - Reserva de Contingência	2.333,0	-	-	-
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	2.333,0	-	-	-
3003 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	41,264,2	64,2	53,3	53,1
212J - Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	23,041,2	41,2	33,0	33,0
212K - Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	23,0	23,0	20,3	20,1
Total	2.808,3	442,2	412,3	387,6

Receita Orçamentária Líquida

A partir do exercício de 2023, as fontes de receitas passaram a agrupar as diversas naturezas visando assegurar que determinadas receitas sejam direcionadas para financiar projetos e atividades (despesas) do governo em conformidade com leis que regem o tema. Dessa forma, a nova

classificação da fonte/destinação de recursos contribui para o atendimento do art. 8º, parágrafo único, e do art. 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Tabela 32. Receita orçamentária líquida, em milhões de reais

Fonte	Tipo de Receita	2022	2021
Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012	946,1	1.378,7
Recursos Próprios Livres da UO	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	-	0,2
	Serviços de Informação e Tecnologia	167,2	246,1
	Serviços Administrativos Gerais e outros	0,1	0,2
Recursos Livres da UO	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção	486,6	384,7
	Multas Previstas em Legislação Específica	316,2	365,6
Total		1.916,2	2.375,5

Fonte: Tesouro Gerencial em 10/01/2023

A tabela acima mostra que no exercício de 2023 houve arrecadação de receitas pela ANP no valor de R\$ 1.916,2 milhões, sendo R\$ 167,3 milhões em recursos próprios diretamente arrecadados e R\$ 1.748,9 milhões em receitas com ingresso no Tesouro Nacional.

Em comparação ao exercício anterior, houve uma diminuição de 19,3% na arrecadação (R\$ 459,3 milhões), com uma queda de 32,1% em receitas próprias (R\$ 79,2 milhões) e uma redução de 17,9% em receitas do Tesouro (R\$ 380,1 milhões).

A previsão de arrecadação de receita própria na LOA para o exercício de 2023 foi de R\$ 143,0 milhões. Já o valor efetivamente arrecadado foi de

R\$ 167,3 milhões, 17% maior do que a estimativa da LOA. No exercício de 2023, esses recursos foram utilizados para pagamento das despesas discricionárias, conforme dotações orçamentárias previstas na Lei.

A previsão de arrecadação de receita própria na LOA para o exercício de 2023 foi de R\$ 143,0 milhões. Já o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 167,3 milhões, 17% maior do que a estimativa da LOA. No exercício de 2023, esses recursos foram utilizados para pagamento das despesas discricionárias, conforme dotações orçamentárias previstas na Lei.

Recursos sob Supervisão da ANP

A partir do exercício de 2021 os recursos orçamentários destinados ao pagamento de participações governamentais aos entes subnacionais, que até o exercício de 2020 se encontravam sob supervisão do Ministério de Minas e Energia, passaram a ser programados na Unidade Orçamentária "73116 - Recursos sob

Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP". Este fato trouxe para a Agência uma nova atribuição de gestão orçamentária e financeira dos recursos destinados a estas transferências, sendo um processo que exige bastante das equipes envolvidas devido ao impacto do enorme número de entes

subnacionais favorecidos e os significativos valores envolvidos. Em 2023, foram emitidas 156 ordens bancárias para o pagamento das transferências de royalties e participações especiais aos estados e municípios na ordem de R\$ 56,9 bilhões.

Para a gestão orçamentária e financeira dos recursos das participações governamentais aos entes subnacionais, a Lei Orçamentária Anual consigna dotação na ação "0A53 - Transferências

das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997)". A dotação orçamentária dessa ação foi de R\$ 66,0 bilhões para o ano de 2023. Ao longo do exercício foram efetuadas revisões desse saldo como resultado das reestimativas de arrecadação com as participações governamentais, como resultado dessas revisões, concluímos que não foram necessárias suplementações orçamentárias.

Tabela 33. Dotação e execução das ações orçamentárias sob supervisão da ANP, em milhões de reais

Ação	LOA	LOA Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
0A53 - Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)	65.960,5	65.960,5	57.363,8	50.770,9	50.770,9
Total	65.960,5	65.960,5	57.363,8	50.770,9	50.770,9

Fonte: Tesouro Gerencial em 10/01/2024.

Gestão de Crédito e Multas

Conceitos relacionados ao estágio das multas aplicadas

- **Aplicadas** são as multas com base em autos de infração emitidos, devidamente ajustadas pelas eventuais majorações ou reduções. Não devem ser consideradas as que deram origem a Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) objeto de contraprestação em bens ou serviços;
- **Exigíveis** são as multas definitivamente constituídas, não pagas e que não tiveram sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou garantia apresentada em processo judicial;
- **Definitivamente constituídas:** sanção contra a qual não cabe mais recurso na esfera administrativa;
- **Arrecadadas** são as multas efetivamente recebidas no exercício por período de competência, livres de descontos;
- **Pendentes de inscrição no Cadin:** quantidade de devedores pendentes de inscrição no Cadin por ano de competência;
- **Multas por prescrição da pretensão executória:** espécie de prescrição quinquenal que atinge a ação de execução dos créditos decorrentes de multa de poder de polícia, cujo prazo se inicia com o trânsito em julgado administrativo das multas, conforme art. 1a-A da Lei no 9.873, de 23 de novembro de 1999. Salvo normativo interno ao contrário, deve-se ter como referência a data limite de três anos após o trânsito em julgado administrativo das multas;
- **Canceladas por decisão administrativa:** não devem ser consideradas as multas prescritas e as excluídas por erro operacional;
- **Suspensas administrativamente:** sanção com exigibilidade suspensa por decisão administrativa.

Anualmente no Relatório de Gestão são publicadas as informações do estágio de cobrança e as ações realizadas.

Tabela 34. Acompanhamento da arrecadação de multas – quantidade

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação	
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no Cadin		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período Competência	
Período de Competência	Quant	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
2023	3.098	1.543	-	11	-	482	-	316	-	0	-	720	-	1.036	-	26	-	3.098	-
2022	3.056	176	1.380	46	21	261	431	80	650	0	0	1.082	568	1.162	1.218	10	6	3.056	3.056
Total	6.154	1.719	1.380	57	21	743	431	396	650	0	0	1.802	568	2.198	1.218	36	6	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		6.154	3.056																

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;
- b) Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- c) Quantitativos relativos aos exercícios de 2022 ou 2023, de acordo com o período de competência;
- d) Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;
- e) A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada;
- h) Quando forem informadas multas na coluna "Multas com Risco de Prescrição Executória", estas não podem ser inseridas em outros campos, para evitar a dupla contagem.

Tabela 35. Acompanhamento da arrecadação de multas – valores

Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competências	
Período de Competências	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
2023	574.377.642	59.145.603	-	160.191.761	-	2.779.000	-	202.771.256	-	147.304.021	-	2.186.000	-	574.377.642	-
2022	887.177.972	-	89.048.398	36.564.816	233.981.288	5.146.500	535.500	413.648.250	481.229.702	69.649.755	80.236.561	38.603.465	2.146.523	887.177.972	887.177.972
Total	1.461.555.614	59.145.603	89.048.398	196.756.577	233.981.288	7.925.500	535.500	616.419.506	481.229.702	216.953.776	80.236.561	40.789.465	2.146.523	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				1.461.555.614	887.177.972										

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;
- b) Os campos consideram valores monetários nominais (sem atualização, multa de mora e encargos legais);
- c) Valores monetários relativos aos exercícios de 2021 ou 2022, de acordo com o período de competência;
- d) Valores consolidados referentes ao montante total de multas aplicadas pela Agência/Entidade fiscalizadora;
- e) A coluna "Validação" representa a confirmação dos valores inseridos na coluna "Aplicadas" distribuídos pelas demais colunas;
- f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- g) Nos casos de parcelamentos, a parte paga é considerada como valor arrecadado e o saldo ainda inadimplente encontra-se na coluna "Demais situações".

Tabela 36. Acompanhamento da arrecadação de multas – arrecadação efetiva

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores correntes efetivamente arrecadados R\$	
	Exercício 2023	Exercício 2022
2023	1.610.154.446	-
2022	5.063.994	239.651.101
Total*	1.615.218.440	239.651.101

* Valores de arrecadação relativos a parcelamentos são acompanhados em sistema próprio (GPC) e somente após quitação ou rescisão os valores totais pagos são lançados no sistema de controle de multas (SICOM) que é utilizado para o levantamento dos dados para essa planilha.

Observações:

a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2013-TCU-Plenário;

b) Valores correntes efetivamente arrecadados;

c) Valores monetários relativos aos exercícios de 2022 ou 2023, de acordo com o período de competência da multa aplicada;

d) Valores consolidados referentes aos quantitativos globais da Agência/Entidade fiscalizadora;

Tabela 37. Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário

Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2023	2022
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	396	650
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	2.198	1.218
	%	Físico	a/b x 100	18,02%	53,37%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	2.198	1.218
	%	Físico	a/b x100	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	57	21
	Qtde	Aplicadas	B	6.154	3.056
	%	Físico	a/b x 100	0,93%	0,69%
	R\$	Canceladas	c	7.925.500	535.500
	R\$	Aplicadas	D	1.461.555.614	887.177.972
	%	Financeiro	c/d x 100	0,54%	0,06%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	743	431
	Qtde	Aplicadas	B	6.154	3.056
	%	Físico	a/b x 100	12,07%	14,10%
	R\$	Suspensas	c	616.419.506	481.229.702
	R\$	Aplicadas	D	1.461.555.614	887.177.972
	%	Financeiro	c/d x 100	42,18%	54,24%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	1.719	1.380
	Qtde	Aplicadas	B	6.154	3.056
	%	Físico	a/b x 100	27,93%	45,16%
	R\$	Arrecadadas	c	196.756.577	233.981.288
	R\$	Aplicadas	D	1.461.555.614	887.177.972
	%	Financeiro	c/d x 100	13,46%	26,37%

Multas, Dados de Arrecadação e Cobrança

No ano de 2023, foram aplicadas 3.098 multas com valor total de R\$ 574.377.641,93. Desse total, 1.468 (R\$ 214.834.893,43) foram pagas, 482 (R\$ 202.771.256,40) estão aguardando análise de recurso, 75 (R\$ 4.502.470,88) estão com

parcelamento em andamento, 26 (R\$ 2.186.000,00) estão com a exigibilidade suspensa e o restante das multas seguem em fase de cobrança.

O ano de 2023 seguiu um ritmo de atividades dentro da normalidade esperada. As atividades seguiram o fluxo regular, sem acúmulo de passivos ou atrasos.

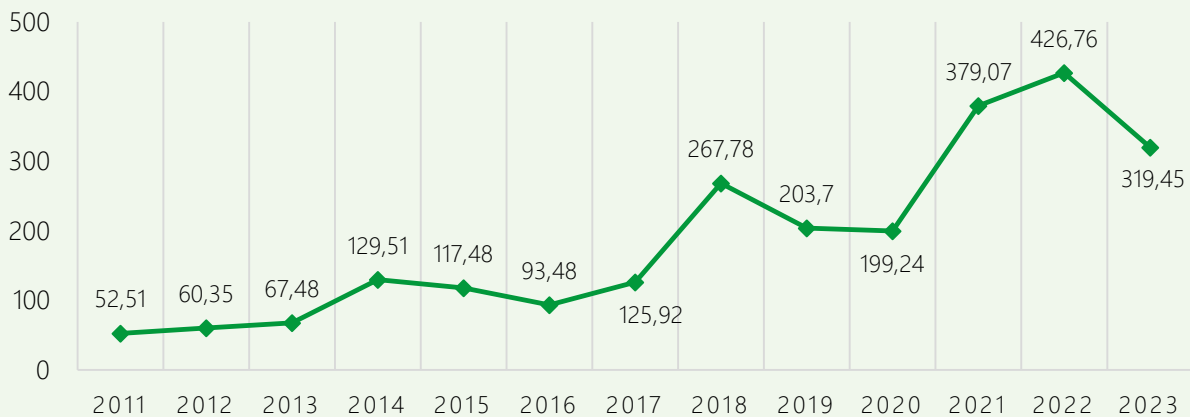
O valor arrecadado em 2023 foi de R\$ 319,45 milhões de reais. Destacam-se desse total, as

multas com valor maior que R\$ 1 milhão de reais. De um total de mais de 1.468 multas pagas no ano, 40 possuíam valor de superior a R\$ 1 milhão e corresponderam a R\$ 108 milhões de reais na arrecadação (34% do total).

Valor Arrecadado em 2023 (UG 323030)

O valor total arrecadado no exercício de 2023 foi de R\$ 319.448.815,64.

Gráfico 48. Evolução da arrecadação de multas (R\$ milhões)



Parcelamento de débitos

Em 2023 foram homologados 659 parcelamentos de débitos que correspondem ao valor de R\$ 36.577.774,49. Este total considera 293 parcelamentos homologados administrativamente (R\$ 16.664.205,54), assim como 366 parcelamentos homologados pela Procuradoria Federal (R\$ 19.913.568,95), que é quem tem

competência para realizar as homologações quando o débito está inscrito em dívida ativa da União.

Vale destacar ainda que constam 1.534 parcelamentos ativos e que no exercício de 2023 foram realizadas 494 rescisões e 467 conclusões de processos parcelados.

Gráfico 49. Histórico do número de parcelamentos homologados de 2008 a 2023 (R\$ milhões)

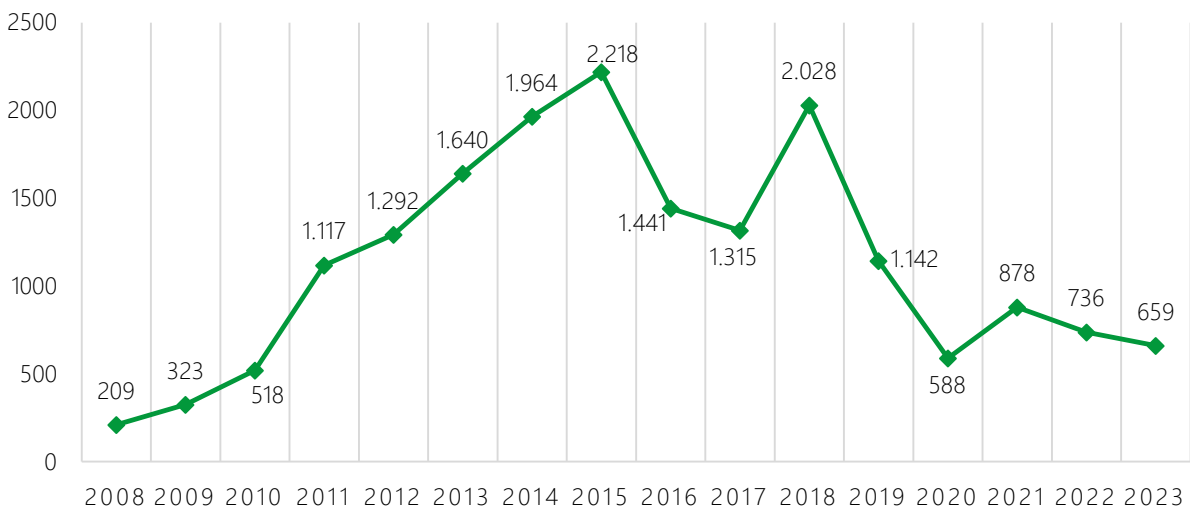
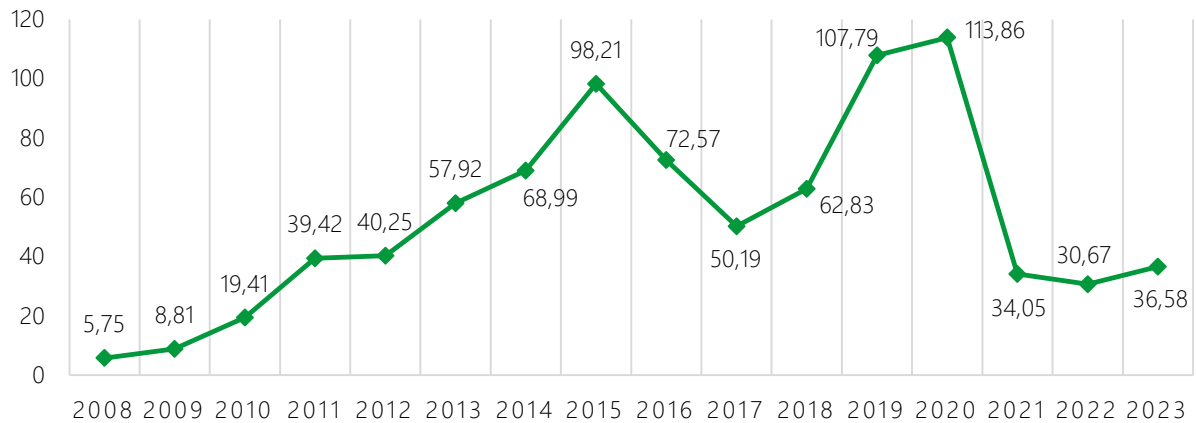


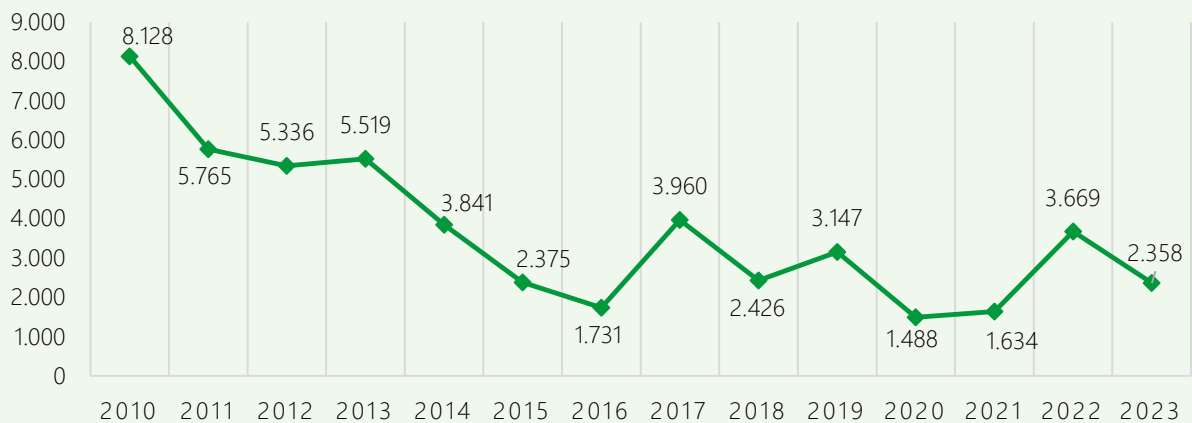
Gráfico 50. Histórico do volume financeiro homologado de 2008 a 2023 (R\$ milhões)



Cadin - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

Em 2023 foram realizadas 2.358 inscrições no CADIN que correspondem ao montante inadimplente de R\$ 146.116.665,15.

Gráfico 51. Número de Inscrições no Cadin

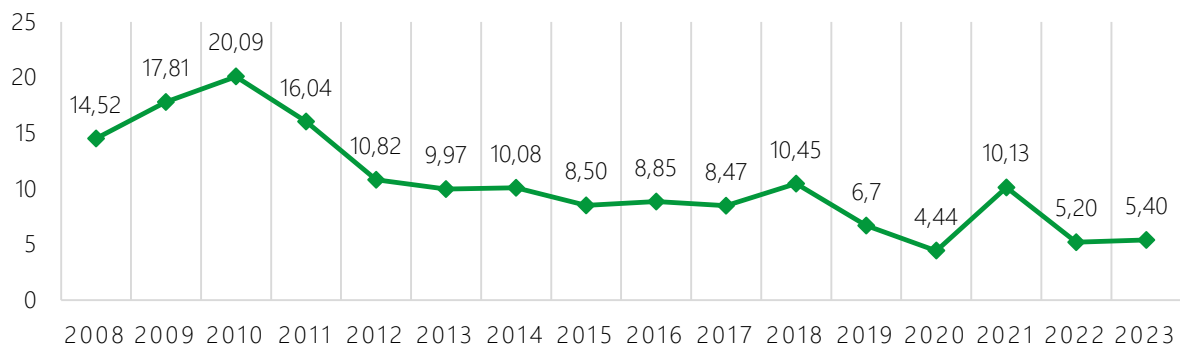


Notificações

Em 2023 foram realizadas 5.398 notificações (1ª, 2ª instância administrativa e parcelamento de débitos), sendo deste total 5.172 intimações postais e 226 publicações no Diário Oficial da

União. Além desse quantitativo, foram expedidas 861 notificações para Ministério Público e outros Órgãos.

Gráfico 52. Número de Notificações (Em R\$ milhares)



Emissão de Certidões

Em 2023 foram 88 certidões emitidas, dentre positivas, negativas ou ainda positivas com efeito negativo, quando o débito se encontra parcelado ou com a exigibilidade suspensa.

Execução Financeira (UG 323030)

Foram realizados 11 pagamentos de restituição totalizando R\$ 4.025.495,43 e 1.914 referentes aos registros contábeis para os créditos inscritos em dívida ativa da união correspondentes a R\$ 39.858.565,14.

6.2. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

As aquisições e contratações de bens, serviços, a gestão e fiscalização de contratos são realizadas na ANP em conformidade, precipuamente com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e das demais normas infralegais que a regulamentam. A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão) e o Estatuto de Licitações (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) permaneceram em vigor durante todo o ano de 2023. Tais Leis foram revogadas, contudo há inúmeros contratos com vigência sob à luz dessas leis mencionadas. Há também a Instrução

Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, a Instrução Normativa ANP nº 4/1999 e os modelos disponibilizados pela Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos - CPLC da AGU.

As informações completas sobre a gestão de recursos públicos sob competência da ANP, incluindo todas as contas públicas da Agência, desde os editais de licitação até os resumos de contratos e convênios podem ser acessados aqui.

Tabela 38. Quantitativo de licitações, afastamentos e contratos (e ajustes decorrentes) formalizados pela ANP

Atividades	Quantidades
Licitações por Pregão Eletrônico	44
Licitações na Modalidade Concorrência	1
Inexigibilidade Serviços/Aquisições	62
Inexigibilidade Capacitação	97
Dispensa	1
Contratos	47
Termo Aditivo	73
Apostila	36
Acordo de Cooperação	6
Ata de Registro de Preço	5
Termo de Execução Descentralizada	2
Termo de Autorização	3
Termo de Transferência de Tecnologia e Confidencialidade (TTTC)	1
Termo de Comodato	1
Rescisão Contratual	12

No âmbito do Escritório Regional do Rio de Janeiro (ERJ), as demandas da administração condominial do Edifício do Escritório Central, importaram despesas no montante de R\$ 18.745.066,57.

Contratação com Impacto no Patrimônio

Houve a conclusão do Pregão eletrônico 26/2023 e celebrado o termo de contrato da obra de drenagem e reforma do estacionamento, possibilitando o escoamento das águas pluviais e mitigando os efeitos de chuvas intensas em toda área do terreno do Escritório Sede no Distrito Federal (EDF), onde se encontram a ANP/ANEEL na cidade de Brasília. A execução do contrato no valor de R\$ 4.136.000,00 ocorrerá nos anos de 2024/2025, cerca de 14 meses.

Contrato celebrado em 2023, referente ao objeto para de elaboração de um projeto básico de arquitetura de instalações prediais e acompanhamento dos serviços para readequação dos layouts de onze (11) andares do Escritório Central, perfazendo 8.141,50 m², no sentido de adequar a estrutura e as rotinas da Agência ao cenário de transformação do mercado regulado, permitindo a execução de

diversas atividades em regime de teletrabalho, contribuindo para a redução de despesas de custeio, a otimização e a alocação de recursos de forma mais eficiente para a racionalização do aparelho do Estado. A ANP deverá finalizar a execução desse contrato em 2024.

Em 2023, houve ainda a contratação para elaboração do projeto básico com a planilha de custos das obras de substituição integral dos equipamentos e dutos da Central de Água Gelada (CAG). A previsão para início das obras e substituição dos equipamentos do sistema é no 2o semestre de 2024. O sistema de ar-condicionado do Condomínio do Edifício Visconde de Itaboraí (CEVI), cujos condôminos são a ANP e a TRANSPETRO, tem o seu funcionamento 24 horas por dia, haja vista todo o prédio ser selado, não se utilizando de aparelhos condicionadores de ar de uso individual.

6.3. GESTÃO DOCUMENTAL

Gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Foi implantado o Módulo Litigioso do SEI, desenvolvido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), possibilitando que as unidades gerenciem as diversas fases dos processos sancionadores instaurados na ANP. Esta ação atende uma recomendação da CGU, realizada por meio de auditoria, e os dados

adquiridos pelo módulo poderão ser utilizados para geração de novos acompanhamentos e painéis, robustecendo as informações sobre os Processos Administrativos Sancionadores em andamento na Agência, contribuindo para a transparência ativa.

Programa de Avaliação e Destinação de Documentos (PADD)

O Programa foi uma das ações que entrou em execução em 2023. Com a intenção de servir de modelagem da metodologia desenvolvida e de projeto piloto, foi definido que o escopo inicial seria o tratamento dos processos físicos administrativos de aquisição de bens e serviços originados na ANP. O que inclui processos desde o início das atividades da Agência (1998) até 2019,

quando estes passaram a ser gerados em meio eletrônico, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI. Portanto, as atividades desempenhadas ao longo do ano foram: seleção, identificação, processamento técnico, avaliação e destinação de cerca de 350 processos, totalizando 20,5 metros lineares de documentos. Destes 350 processos, 315 tem como destinação final a eliminação.

6.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

O registro do Patrimônio Imobiliário da ANP é feito por meio do sistema SPIUNet, conforme as orientações da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME). Com a edição da Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, do Ministério da Economia, a ANP efetuou no SPIUNet a atualização das informações

Em Brasília/DF, o Escritório Sede da ANP encontra-se em imóvel dividido com a ANEEL. A administração predial cabe àquela Agência, tendo sido celebrado no início de 2023, Termo de Execução Descentralizado por mais 5 anos para

cadastrais sobre a ocupação dos imóveis de uso especial sob gestão da Agência.

Adicionalmente, a gestão do patrimônio observa as normas emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia (STN/ME), Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público.

fazer face aos pagamentos das despesas condominiais. No Rio de Janeiro/RJ, O Escritório Central da ANP fica em 11 andares do Edifício Visconde de Itaboraí, Av. Rio Branco, 65.

Locações de Imóveis e Equipamentos

A ANP possui duas locações no Rio de Janeiro, sendo seis andares em prédio anexo ao Escritório Central – RJ, e parte do edifício localizado no Bairro da Urca (Av. Pasteur, 404), mediante Contrato de Comodato com a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM.

Em São Paulo/SP, o Núcleo Regional da ANP desempenhou suas atividades em dois andares locados em prédio comercial localizado no bairro de São Judas, cidade de São Paulo. O Núcleo iniciou as tratativas para a transferência das instalações para Edifício do Ministério da Economia, o que ocorreu em agosto de 2023.

Em Salvador/BA, o Núcleo Regional tem desempenhado suas atividades em duas salas comerciais locadas em prédio comercial localizado no bairro Caminho das Árvores. Foram iniciadas as tratativas para adequação daquele Núcleo a ocupar andar em imóvel do Banco Central naquela capital com previsão de efetivação ao longo de 2024. Tendo sido contratado o projeto de arquitetura para a adequação do espaço locado.

As atividades da ANP em Porto Alegre/RS são desempenhadas em duas salas cedidas no prédio da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado do Rio Grande do Sul – SRA, por meio de Termo de Cessão de Uso Não Onerosa. A administração do prédio (incluindo todos os equipamentos de uso comum da edificação) é da SRA/RS.

Em Manaus/AM, as atividades da ANP são desempenhadas em espaço cedido pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema Integrado da Amazônia - CENSIPAM, por meio de Termo de Execução Descentralizada – Cessão de Uso Gratuito. A administração do prédio (incluindo todos os equipamentos de uso comum da edificação) é do CENSIPAM.

Em Belo Horizonte/MG, o Núcleo Regional da ANP ocupa andar cedido pela Secretaria do Patrimônio da União – Superintendência de Minas Gerais, por meio de Contrato de Cessão de Uso Gratuito. A administração do espaço cabe à ANP.

Consulte [aqui](#) os endereços da ANP.

Mudanças e Desmobilizações Relevantes

Algumas salas no BDEP/Urca foram desocupadas, permanecendo sob o controle da ANP os espaços no andar térreo onde se destaca a sala cofre.

Controle de Materiais e Bens Móveis

Houve incremento na utilização do Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) com a inclusão de mais itens de materiais de consumo e consequente disponibilização aos requisitantes internos. Cabe destacar que tais aquisições ocorrem no ERJ/EDF e com apoio aos Núcleos Regionais.

Após implantação do módulo Patrimônio do SIADS no EDF ao final de julho de 2022, o

processo de implantação do Módulo Patrimônio do SIADS no ERJ foi paralisado por motivos técnicos. Em 2023, foi possível dar andamento a tal implantação, com previsão de término no primeiro semestre de 2024. No estágio atual, ocorrem as conferências de compatibilização com o SIAFI. A seguir os valores do patrimônio nos últimos três anos.

Tabela 39. Valores de Bens Patrimoniais no ERJ

Tipos de Bens Patrimoniais	2021	2022	2023
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 315.230,36	R\$ 315.230,36	R\$ 315.230,36
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 1.095.368,90	R\$ 1.095.368,90	R\$ 1.124.682,20
Aparelhos, Equipamentos e utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratórios e Hospitais	R\$ 75.534,89	R\$ 75.534,89	R\$ 75.439,89
Equipamentos de Proteção, Seg. e Socorro	R\$ 188.261,86	R\$ 188.261,86	R\$ 188.261,86
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	R\$ 1.100.628,16	R\$ 1.100.628,16	R\$ 898.387,74
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Energéticos	R\$ 774.314,23	R\$ 774.314,23	R\$ 790.564,23
Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$ 18.526,09	R\$ 18.526,09	R\$ 27.866,09
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	R\$ 4.504,12	R\$ 4.504,12	R\$ 4.504,12
Equipamentos de Manobras e Patrulhamentos	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	R\$ 3.278,40	R\$ 3.278,40	R\$ 3.278,40
Máquinas, Utensílios, Equipamentos Diversos	R\$ 9.312.000,02	R\$ 9.312.000,02	R\$ 9.311.928,02
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 61.563.192,45	R\$ 62.435.909,85	R\$ 63.939.453,23
Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 266.356,62	R\$ 266.356,62	R\$ 266.356,62
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	R\$ 17.441,86	R\$ 17.441,86	R\$ 17.441,86
Mobiliário em Geral	R\$ 10.429.548,53	R\$ 10.429.548,53	R\$ 10.911.918,79
Coleções e Materiais Bibliográficos	R\$ 734.216,04	R\$ 734.216,04	R\$ 734.216,04
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 3.163.461,82	R\$ 3.174.817,81	R\$ 3.391.928,55
Obras de Arte e Peças para Museus	R\$ 170.161,84	R\$ 234.918,34	R\$ 234.918,34
Veículos Diversos	R\$ 17.723,97	R\$ 17.723,97	R\$ 19.446,52
Bens Móveis em Almoxarifado	R\$ 0,00	R\$ 83.925,19	R\$ 83.925,19
Peças não Incorporáveis a Imóveis	R\$ 248.038,89	R\$ 248.038,89	R\$ 513.649,47
Material de Consumo de Uso Duradouro	R\$ 5.322.784,25	R\$ 6.647.483,15	R\$ 7.373.105,96
Total	R\$ 94.823.173,30	R\$ 97.180.627,28	R\$ 100.229.103,48

Tabela 40. Valores de Bens de Estoque do ERJ

Tipos de Bens de Estoque	2021	2022	2023
Material de Almoxarifado	R\$ 1.047.148,44	R\$ 1.224.629,82	R\$ 1.160.613,07

Tabela 41. Valores de Bens Patrimoniais no EDF

Tipos de Bens Patrimoniais	2021	2022	2023
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 5.884.753,54	R\$ 5.884.753,54	R\$ 5.857.489,54
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 192.984,75	R\$ 192.984,75	R\$ 192.984,75
Aparelhos, Equipamentos e utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratórios e Hospitais	R\$ 7.458.142,30	R\$ 7.458.142,30	R\$ 7.496.777,30
Equipamentos de Proteção, Seg. e Socorro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	R\$ 30.990,00	R\$ 30.990,00	R\$ 30.990,00
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Energéticos	R\$ 504.081,02	R\$ 504.081,02	R\$ 504.081,02
Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$ 1.122,95	R\$ 1.122,95	R\$ 1.122,95
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	R\$ 330,87	R\$ 330,87	R\$ 330,87
Equipamentos de Manobras e Patrulhamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	R\$ 2.256,58	R\$ 2.256,58	R\$ 2.256,58
Máquinas, Utensílios, Equipamentos Diversos	R\$ 6.405.934,20	R\$ 6.405.934,20	R\$ 6.405.600,76
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 4.961.141,00	R\$ 4.961.141,00	R\$ 4.961.141,26
Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 116.272,63	R\$ 116.272,63	R\$ 116.272,63
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	R\$ 755,02	R\$ 755,02	R\$ 755,02
Mobiliário em Geral	R\$ 6.324.111,30	R\$ 6.324.111,30	R\$ 6.324.444,74
Coleções e Materiais Bibliográficos	R\$ 6.261,08	R\$ 6.261,08	R\$ 6.261,08
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 49.550,60	R\$ 49.550,60	R\$ 49.550,60
Obras de Arte e Peças para Museus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Veículos Diversos	R\$ 22.150,00	R\$ 22.150,00	R\$ 22.150,00
Bens Móveis em Almoxarifado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Peças não Incorporáveis a Imóveis	R\$ 83.420,38	R\$ 83.420,38	R\$ 83.420,38
Material de Consumo de Uso Duradouro	R\$ 280,00	R\$ 280,00	R\$ 280,00
Total	R\$ 32.044.538,22	R\$ 32.044.538,22	R\$ 32.055.909,48

Tabela 42. Valores de Bens de Estoque do EDF

Tipos de Bens de Estoque	2021	2022	2023
Material de Almoxarifado	R\$ 904.476,28	R\$ 893.910,31	R\$ 1.041.040,69

6.5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

52.677 Petições eletrônicas recebidos

629.253 Documentos externos incluídos no SEI

275.301 Documentos gerados/produzidos no SEI

56.401 Processos novos gerados no SEI

2.039 Processos físicos migrados para o SEI

Sustentabilidade nas Contratações da ANP

Considerando o disposto no Estatuto da Licitações, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, sempre que possível, as contratações e aquisições da ANP adotam os critérios e práticas de sustentabilidade contidos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, e no

Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU. A ANP utiliza, em seus termos de referência, os preceitos previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, da AGU, adquirindo, sempre que possível, materiais que respeitem os critérios de sustentabilidade previstos para as contratações públicas.

Os critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições foram respeitados no que coube, visto tratar-se de materiais utilizados em ação de fiscalização que, por terem contato direto com combustíveis, não atendem ao perfil de sustentabilidade por não serem renováveis e/ou recicláveis.

Processo Eletrônico na ANP

O Sistema Eletrônico de Informações - SEI, desenvolvido e cedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), viabiliza o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo na ANP, em atendimento ao

Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, trazendo economia significativa de papel A4 e bens de consumo (insumos de impressão e materiais de escritório), além de viabilizar o trabalho remoto e o controle social.

Consumo de Água e Energia Elétrica na ANP

	Consumo ÁGUA (m³)	Consumo ENERGIA ELÉTRICA (KWH)
ESCRITÓRIO SEDE Brasília/DF	2.217	774.601
ESCRITÓRIO CENTRAL Rio de Janeiro/RJ	9.983	2.351.604

Obs.: O Sistema de ar-condicionado do Edifício Visconde Itaboraí (ERJ) é um circuito de água gelada. Portanto, provoca impactos na quantidade de água consumida e no consumo de energia elétrica, visto que se tratando de prédio selado não é possível desligamento do sistema.

6.6. GESTÃO DE PESSOAS



Conformidade Legal

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, bem como as orientações normativas, decretos e leis, expedidas pelo Ministério da Economia, são a base legal para a execução da folha de pagamento da ANP, bem como de todo Poder Executivo Federal.

Devido a amplitude da base legal que rege o tema, tornou-se necessário a implementação de mecanismos de controle interno, visando minimizar os riscos na execução dos processos da folha de pagamento, sendo um desses controles, o regimento interno.

Perfil dos Servidores da ANP

Ao final de 2023, a ANP contava com 905 servidores, dos quais 53 estavam em exercício em

outros órgãos, configurando uma força de trabalho de 852 servidores na Agência.

Tabela 43. Quantitativo de Servidores por Situação Funcional

Situação Funcional	Quantitativo	%
Cedido	39	4,3%
Comp. Força de Trabalho da ANP – Mov. Consensual	79	8,7%
Comp. Força de Trabalho para outros Órgãos – Mov. Consensual	13	1,4%
Contrato Temporário	41	4,5%
Exercício Descentralizado de Carreira	29	3,2%
Exercício Provisório dentro da ANP	1	0,1%
Exercício Provisório fora da ANP	1	0,1%
Nomeado sem Vínculo	67	7,4%
Quadro Efetivo em exercício na ANP	595	66,7%
Quadro Específico	26	2,9%
Requisitado – Gov. Federal	12	1,3%
Requisitado Empresa Pública / Sociedade Mista / Governo Estadual e Municipal	2	0,2%
Total Geral	905	100%

A ANP, ao final de 2023, também contava com 559 terceirizados e 133 estagiários em sua força de trabalho, além dos 852 servidores em efetivo exercício na Agência, totalizando um número de 1.544 ativos.

A tabela abaixo discrimina os cargos ocupados pelos 595 servidores efetivos que integram o quadro da Agência, previsto na Lei nº 10.871/2004, e estavam desempenhando suas atividades na ANP ao final de 2023.

Tabela 44. Distribuição de Servidores do Quadro Efetivo em exercício na ANP

Cargo Efetivo	Quantitativo	%
Analista Administrativo	131	22,02%
Especialista em Regulação	341	57,32%
Especialista em Geologia e Geofísica	23	3,86%
Técnico em Regulação	34	5,71%
Técnico Administrativo	66	11,09%
Total Geral	595	100%

Tabela 45. Distribuição dos servidores por gênero

Gênero	2020	2021	2022	2023
Masculino	584	592	586	623
Feminino	267	272	275	828
Total	851	864	861	905

Com relação às faixas etárias, destacamos que mais de 18,7% dos servidores têm mais de 56 anos. Sendo assim, a ANP está atenta e focada em desenvolver políticas para preparação dos servidores para aposentadoria e retenção do conhecimento. Além disso, realiza ações para

substituição da força de trabalho, buscando atrair profissionais de outros órgãos e entidades nas modalidades de processo seletivo e consensual previstas na Portaria nº 8.471, de 26 de Setembro de 2022, além de realizar esforços para a aprovação de concursos públicos.

Tabela 46. Distribuição dos servidores por faixa etária

Faixa etária	Quantitativo
>=18 e <=25	11
>=26 e <=35	74
>=36 e <=45	393
>=46 e <=55	258
>=56 e <=65	117
>=66	52
Total	905

De acordo com o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 e a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, 5% das vagas de concursos públicos são

destinadas a portadores de deficiência e 20% a pretos e pardos respectivamente, normas vigentes seguidas integralmente pela ANP.

Tabela 47. Quantitativo de servidores com deficiência

Deficiência	Quantitativo
Deficiente Auditivo	3
Deficiente Físico	18
Deficiente Visual	8
Total	29

Tabela 48. Distribuição dos servidores por etnia

Etnia	Quantitativo
Amarela	11
Branca	641
Indígena	2
Não informado	4
Parda	202
Preta	45
Total	905

Atualmente cerca de 88% dos servidores estão lotados nos escritórios da ANP no Rio de Janeiro e em Brasília. Nas demais unidades, há lotação de

servidores predominantemente para atender à fiscalização do abastecimento nacional.

Tabela 49. Distribuição dos servidores por Unidade Federativa

Unidade Federativa	Quantidade
AM	9
BA	42
DF	101
MG	10
RJ	694
RS	10
SP	39
Total	905

A tabela abaixo informa a distribuição dos quantitativos de servidores por faixa salarial. Importante observar que foram considerados todos os 905 servidores que compõem o quadro de pessoal da ANP: servidores do quadro efetivo e específico da Agência, inclusive aqueles cedidos e movimentados para outros órgãos; servidores nomeados sem vínculo; servidores movimentados para a ANP, cuja remuneração base é paga pelos órgãos/empresas de origem; servidores em exercício descentralizado de carreira; servidores

em exercício provisório na ANP; servidores requisitados; e empregados públicos movimentados para compor a força de trabalho da Agência. Destaca-se que nas movimentações de empregados públicos oriundos de empresas não dependentes do Tesouro Nacional que totalizam 65 servidores, a ANP realiza o devido ressarcimento às empresas com base em orçamento específico previsto na [Portaria Conjunta SEDGG-SETO/ME nº 54, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022.](#)

Tabela 50. Distribuição por Faixa Salarial e Situação Funcional dos Servidores pela ANP

Faixa Salarial	Situação Funcional	Quantitativo	Totais
<=R\$5.000,00	Composição Força de Trabalho da ANP - Movimentação Consensual	34	124*
	Exercício Descentralizado de Carreira	28	
	Exercício Provisório Dentro da ANP	1	
	Nomeado sem Vínculo	49	
	Quadro Efetivo – Licença sem Vencimento	4	
	Requisitado - Governo Federal	7	
	Requisitado Empresa Pública / Sociedade Mista / Governo Estadual Municipal	1	
>=R\$5.001,00 e <=R\$10.000,00	Cedido	2	73
	Composição Força de Trabalho da ANP - Movimentação Consensual	13	
	Contratado	41	
	Exercício Descentralizado de Carreira	1	
	Nomeado sem Vínculo	4	
	Quadro Efetivo	11	
	Requisitado - Governo Federal	1	

>=R\$10.001,00 e <=R\$15.000,00	Cedido	1	118
	Composição Força de Trabalho da ANP - Movimentação Consensual	12	
	Nomeado Sem Vínculo	4	
	Quadro Efetivo	82	
	Quadro Específico	14	
	Requisitado - Governo Federal	4	
	Requisitado Empresa Pública / Sociedade Mista / Governo Estadual Municipal	1	
>=R\$15.001,00 e <=R\$20.000,00	Cedido	5	78
	Composição Força de Trabalho da ANP - Movimentação Consensual	12	
	Nomeado sem Vínculo	10	
	Quadro Efetivo	42	
	Quadro Específico	9	
>=R\$20.001,00 e <=R\$25.000,00	Cedido	31	410
	Composição Força de Trabalho da ANP - Movimentação Consensual	1	
	Composição Força de Trabalho para Outros Órgãos - Movimentação Consensual	13	
	Exercício Provisório Fora da ANP	1	
	Quadro Efetivo	362	
	Quadro Específico	2	
>=25.001,00	Composição Força de Trabalho da ANP - Movimentação Consensual	7	102
	Quadro Efetivo	94	
	Quadro Específico	1	

*Incluídos os servidores que não recebem remuneração pela ANP

Ainda em relação à faixa salarial, cabe observar que cerca de 77% dos servidores/empregados públicos ativos, têm remuneração bruta superior a R\$ 10.000,00, congruente com o fato de a Agência

ter um leque de projetos e processos desafiadores e atividades intelectualmente complexas, contribuindo também para a retenção de profissionais qualificados.

Tabela 51. Distribuição por Faixa Salarial dos Servidores ativos pagos pela ANP

Faixa Salarial	Quantitativo
Servidores que não recebem remuneração pela ANP	39
<=R\$5.000,00	84
>=R\$5.001,00 E <=R\$10.000,00	71
>=R\$10.001,00 E <=R\$15.000,00	118
>=R\$15.001,00 E <=R\$20.000,00	73
>=R\$20.001,00 E <=R\$25.000,00	365
>=25.001,00	102

Observação: Não são considerados aqui os 53 servidores efetivos, que estão fora da ANP.

A tabela abaixo informa o perfil dos servidores e empregados públicos em exercício na ANP, que efetivamente integraram a força de trabalho da Agência ao final de 2023, em comparação aos anos de 2020, 2021 e 2022.

Tabela 52. Perfil dos servidores e empregados públicos em exercício na ANP

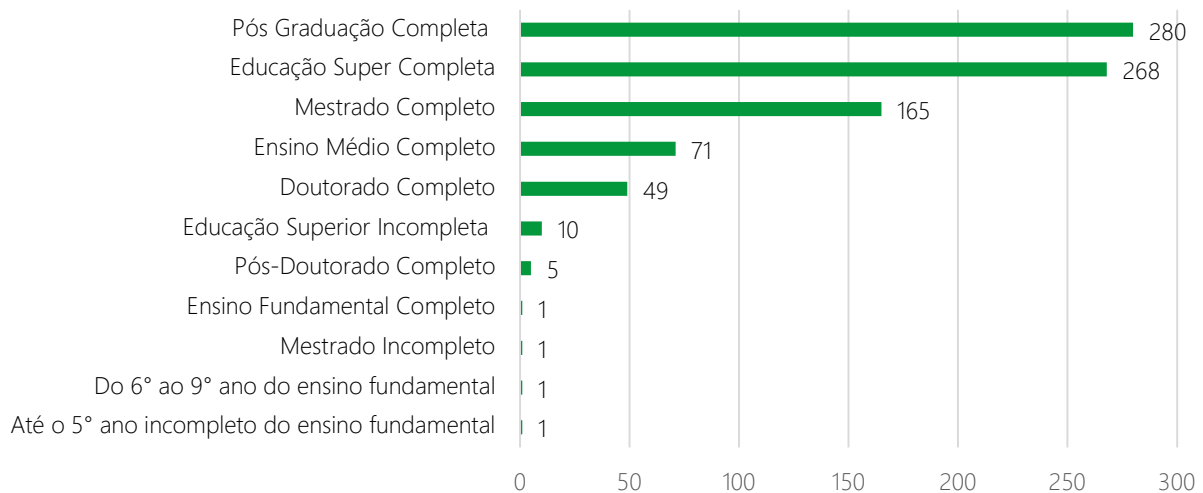
Perfil	2020	2021	2022	2023
Servidores e Empregados Públicos de Outros órgãos	8,2%	11,2%	13,0%	14,4%
Nomeados sem vínculo	10,0%	9,4%	9,5%	7,9%
Servidores Efetivos ANP	81,8%	79,4%	77,5%	77,7%

Observação: Foram considerados nos cálculos apenas os servidores e empregados públicos em exercício na ANP nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. Ressalta-se que 852 servidores e empregados públicos estavam em exercício na ANP em 2023. Não foram considerados os servidores cedidos, os servidores com exercício provisório fora da ANP e os movimentados para outros órgãos.

Observa-se que houve uma variação significativa do perfil de servidores e empregados públicos da ANP de 2020 para 2023. Sobretudo, devido aos esforços para atrair servidores de outros órgãos por meio de movimentação consensual para

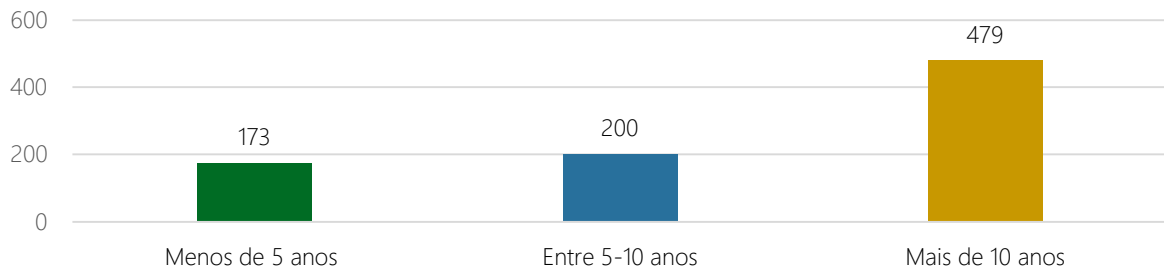
compor força de trabalho, nota-se uma diminuição significativa e contínua do número de servidores do quadro efetivo da ANP, também em razão de falecimentos e aposentadorias.

Gráfico 53. Perfil de escolaridade dos servidores em exercício na ANP



Observação: Foram considerados somente os servidores em atuação na ANP.

Gráfico 54. Quantitativo de servidores em exercício na ANP por tempo de serviço



Observação: Foram considerados somente os servidores em atuação na ANP.

Cargos Comissionados

Tabela 53. Cargos comissionados privativos de servidores

Cargos	Quantidade
CCT I	4
CCT II	12
CCT III	117
CCT IV	85
CCT V	78
Total	296

Tabela 54. Cargos de livre nomeação

Cargos	Servidores	Nomeados sem vínculo	Total
CA I	9	2	11
CA II	2	2	4
CA III	0	15	15
CAS I	0	18	18
CAS II	0	16	16
CD I	0	1	1
CD II	2	1	3
CGE I	18	4	22
CGE II	3	2	5
CGE III	21	2	23
CGE IV	9	4	13
Total	64	67	131

Tabela 55. Distribuição de cargos comissionados por gênero

Gênero	Quantitativo
Feminino	140
Masculino	287
Total	427

O gráfico abaixo relaciona os quantitativos de cargos da ANP com o gênero dos servidores que ocupam essas posições. Foram considerados posições de chefia, os cargos ocupados por

titulares de unidades do SIORG e seus substitutos, além dos ocupados por coordenadores de processos. Todos os demais cargos foram considerados de assessoria ou assistência.

Gráfico 55. Ocupação dos cargos da ANP por gênero dos servidores (%)

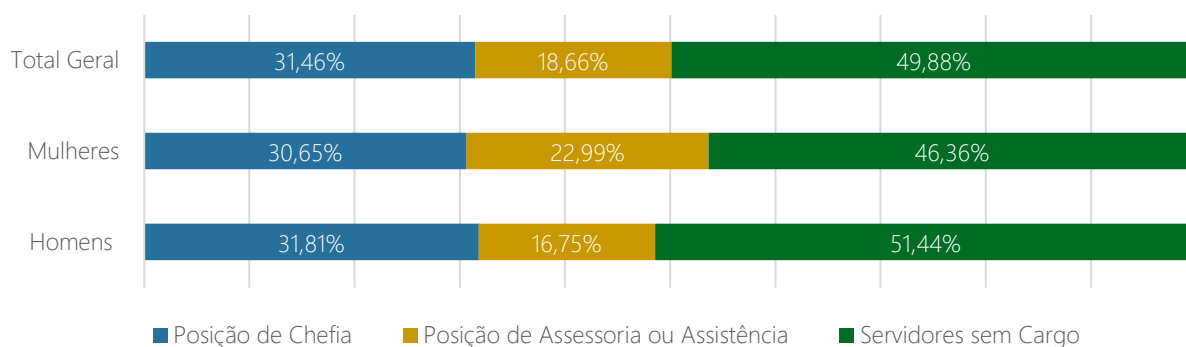


Tabela 56. Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Cargos Gerenciais	Quantitativo	Servidores	Nomeados sem vínculo
CD I	1	0%	100%
CD II	3	0%	100%
CGE I	22	68%	32%
CGE II	5	20%	80%
CGE III	23	91%	9%
CGE IV	13	69%	31%
Total	67	68%	32%

Detalhamento da Despesa de Pessoal

A folha de pagamento da ANP pertinente a pensionistas e aposentados é relativamente enxuta, visto que a ANP foi criada no final da década de 90. No exercício de 2023, em comparação com os de 2020, 2021 e 2022, não houve aumento significativo nas despesas com pessoal, tendo em vista que não ocorreu

reajuste concedido pelo Governo Federal sobre os vencimentos, bem como o foi concedido aos benefícios – auxílios alimentação e pré-escolar, além das progressões e promoções ocorridas durante o exercício de 2023.

Tabela 57. Dotação e Execução de Despesas com Pessoal – ANP

Ação / Plano Orçamentário	2020		2021		2022		2023		Diferença % 2022/2023	
	Dotação (R\$)	Liquidado (R\$)	Dotação (R\$)	Liquidado (R\$)	Dotação (R\$)	Liquidado (R\$)	Dotação (%)	Liquidado (%)	Dotação (%)	Liquidado (%)
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	18.449.695	18.117.710	19.220.058	18.576.941	19.721.617	19.700.226	22.396.172	21.933.437	11,94%	10,18%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31.373.375	31.201.006	32.667.463	32.365.767	32.049.307	31.639.237	65.236.739	30.843.738	50,87%	-2,58%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.997.147	1.986.146	2.227.961	2.216.496	2.455.512	2.391.818	2.601.676	2.451.439	5,62%	2,43%
20TP - Ativos Civis da União	203.796.624	187.519.401	198.848.905	196.105.962	196.999.525	196.608.470	215.850.294	215.384.537	8,73%	8,72%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	5.096.017	4.903.030	5.171.352	4.937.504	4.937.504	4.708.191	6.548.981	6.224.754	24,61%	24,36%
Total	260.718.858	243.727.295	258.135.739	253.099.415	256.163.465	255.047.942	312.634.402	276.837.906	18,06%	7,87%
Detalhamento de 212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes										
PO 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados	615.877	587.992	605.385	540.187	605.385	518.668	605.385	499.684	0,00%	-3,80%
PO 0003 - Auxílio-Transporte de Civis	74.740	13.941	40.323	62	54.323	406	74.323	24.861	26,91%	98,37%
PO 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis	4.313.530	4.241.374	4.399.774	4.203.020	4.157.981	4.152.005	5.699.368	5.660.139	27,04%	26,64%
PO 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	91.870	59.723	125.870	90.980	119.815	37.092	169.815	40.070	29,44%	7,43%

Programa de Gestão na ANP

No âmbito da ANP, as regras para que as unidades implementem seus Programas de Gestão foram regulamentadas pela Portaria ANP nº 9, de 23 de março de 2021. Em razão da edição da regulamentação interna, foram publicadas 35 portarias visando estabelecer as regras e a tabela de atividades para o Programa de Gestão de cada uma das 42 unidades que aderiram ao novo modelo de gestão por resultados. Por conseguinte, 764 servidores aderiram ao Programa de Gestão de suas unidades até o momento. Deste quantitativo, 90,71% desses servidores farão teletrabalho em regime integral e 9,29% em regime parcial.

A ANP aprimorou suas ferramentas de gestão de pessoas, tendo finalizado a implantação do novo sistema de Gestão de Desempenho -SIGEDE e praticamente finalizado a reformulação do sistema para controle do Programa de Gestão, a ser entregue no início de 2024. Além disso, com a edição da Instrução Normativa SGP/MGI nº31, de 9 de novembro de 2023 foi realizado o pedido de adesão da ANP no sistema disponibilizado pelo MGI para conexão do fluxo de movimentação de pessoal, com o Painel de Oportunidades, o Dimensionamento da Força de Trabalho e o PGD. O projeto terá continuidade com a nova rodada do DFT para atualização das oportunidades.

Dimensionamento da Força de Trabalho

O Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), implementado pela ANP em 2018, é um processo sistemático e contínuo de avaliação das necessidades atuais e futuras de força de trabalho. Em 2021 e 2022, com a necessidade de implementar o Programa de Gestão (PGD) na ANP, foram realizados diversos ajustes na metodologia original do DFT para que fosse possível conectar essas duas ferramentas de gestão. Dessa forma, o DFT passou a ter não só a função de apontar a necessidade de pessoal das unidades, como também de ajudar as equipes a planejarem o que será executado no programa de gestão. Em 2023 foi realizado o DFT nas Diretorias, cujo resultado foi determinante para ações de incremento do número de cargos e de

servidores que participam do processo decisório no âmbito das diretorias técnicas.

Integração do DFT com o PGD

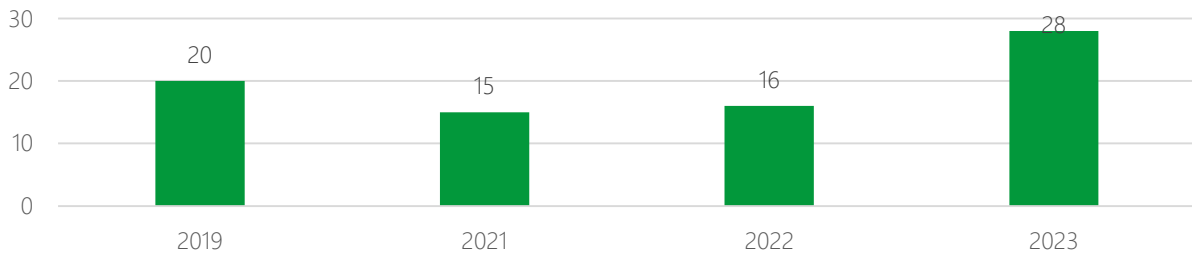
Cabe destacar que em 2023, a integração do DFT com o PGD, **foi incluída no projeto de boas práticas do MGI, VitrineGov**, como iniciativa de destaque na Administração Pública Federal.

Recrutamento em 2023

A ANP investiu fortemente na atração de servidores e empregados públicos de outras instituições por meio da nova Portaria nº 8.471, de 26 de setembro de 2022. Até dezembro de 2023,

a Agência recebeu um total de 79 servidores ou empregados públicos movimentados de outros órgãos, sendo que 28 desses ingressaram no último ano.

Gráfico 56. Alteração de Exercício de Servidores e Empregados Públicos para a ANP



No início de 2023, a ANP contou também com a chegada de 48 profissionais contratados por tempo determinado, aprovados em processo seletivo simplificado autorizado em virtude de necessidade de pessoal para atuação no passivo das atividades de vistoria e fiscalização ocasionado pela pandemia da Covid-19 e para execução das novas atribuições decorrentes da Agenda Regulatória do novo mercado de gás.

Em novembro de 2023, a ANP solicitou ao Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) a suplementação do limite de reembolsos com cessões, requisições e alterações de exercício para compor força de trabalho. Em dezembro de 2023, o limite foi majorado de 20 para 23 milhões, possibilitando que a ANP possa seguir contando com a importante contribuição

dos profissionais atraídos para a força de trabalho da Agência.

Em outra iniciativa para suprir as lacunas de pessoal na ANP, foram realizadas tratativas com o MGI para viabilizar um ciclo de processos seletivos para atrair servidores das carreiras centralizadas para as áreas da ANP com maior demanda por esse perfil de profissionais. Dessa forma, em 2023 foram realizados 8 processos seletivos para servidores de carreiras descentralizadas, que resultaram até o momento no ingresso de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).

A ANP enviou ainda solicitação de autorização para realização de concurso público para provimento de 128 cargos vagos, não contemplado pelo MGI.

Capacitações

Cursos de Longa Duração

A ANP aprovou em 2023, a realização de 7 cursos de longa duração, com uma carga horária total de 2.856 horas, porém sem custos para a Agência, visto que não houve orçamento para essa finalidade no exercício.

Plano de Desenvolvimento de Pessoas

O Plano de Desenvolvimento foi elaborado com base no eixo das competências da ANP e planejado com foco na necessidade de desenvolvimento, tendo sido precedido do Diagnóstico de Competências realizado pelos servidores. O documento, no qual as áreas identificaram suas necessidades e posteriormente sugeriram ações de desenvolvimento para as suas equipes, foi construído em conjunto por gestores e servidores.

Foram realizadas 322 ações de desenvolvimento, com 965 participações e um total de 456 servidores capacitados. A meta estipulada no PDP

2023 era de capacitação de 80% dos servidores. Contudo, a quantidade insuficiente de participantes em alguns eventos e o baixo orçamento, tardiamente disponibilizado, causaram adiamento ou cancelamento de várias ações de capacitação planejadas. Em 2023, 18% das participações ocorreram em ações realizadas *in company*.

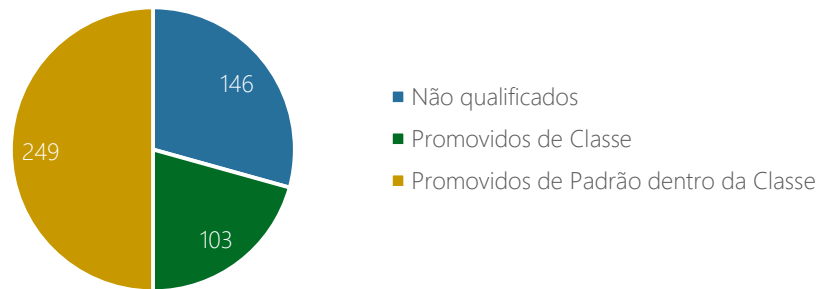
O investimento com ações de capacitação em 2023 foi de R\$ 1.306.438,00 (um milhão e trezentos e seis mil e quatrocentos e trinta e oito reais).

Promoção e Progressão

Durante o ano de 2023 foram concedidas 352 promoções e progressões, sendo 103 promoções de classe (de A para B, ou de B para Especial) e 249 progressões de padrão dentro da mesma classe. Porém, 146 servidores não se qualificaram

para Promoção ou Progressão, por não terem cumprido horas de capacitação, tempo de experiência para promoção ou titulação ou nota mínima exigidos como requisitos.

Gráfico 57. Resultado da promoção e progressão de servidores



Programa de Estágio

A ANP deu continuidade ao processo de reformulação do seu programa de estágio, aprimorando a nova metodologia de processo seletivo.

O programa de inclusão de pessoas com deficiência foi abordado no projeto transversal de acessibilidade e inclusão, tendo sido objeto de atenção especial no projeto já em andamento denominado "Papo de Estágio". O programa estará conectado à Comissão e à Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, que deverá ser

implementada em 2024, conforme alinhamentos com o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do MME e entidades vinculadas (COGEMMEV).

Além disso, em 2023, os estagiários da ANP passaram a poder integrar o Programa de Gestão por Demandas (PGD). Além disso, foram criados os devidos alinhamentos para que, durante o ano de 2024, sejam divulgadas mais oportunidades gratuitas de participação dos estagiários em capacitações.

Projetos e Iniciativas

Em 2023, algumas iniciativas foram implementadas e reformuladas no campo da aprendizagem organizacional.

Em outubro de 2022 deu-se início ao **processo "Onboarding ANP"**, que passou a acompanhar todas as entradas de novos profissionais a partir de 2023. O Onboarding organiza a inserção de um profissional recém-chegado nas rotinas de trabalho e na cultura da instituição, abordando os aspectos subjetivos presentes neste momento.

É possível destacar, dentre as iniciativas, o **projeto "Compartilhando & Aprendendo"**, que tem como missão principal democratizar o conhecimento a partir da experiência adquirida pelos próprios colaboradores da ANP, seja a partir de suas

vivências funcionais ou com base em pós-graduações subsidiadas pela Agência, nas quais o conhecimento conquistado é multiplicado para toda a organização em eventos on-line e colaborativos. Além disso, o resultado do material produzido serve como objeto de aprendizagem no processo de ambientação (onboarding) a novos colaboradores que venham a fazer parte da organização. Em 2023 foram realizados cinco eventos dessa natureza na ANP.

Importante também ressaltar o **projeto "Fortalecendo Capacidades"**, que consiste em uma curadoria mensal temática de diversas ações de aprendizagem direcionadas tanto a competências técnicas quanto transversais trazendo, em suas nove edições lançadas em 2023, assuntos como

sustentabilidade, comunicação não violenta, regulação, inteligência emocional, dentre vários outros.

Outra iniciativa que merece menção é a reformulação do anterior projeto **“Ciclo de Palestras”**, agora em uma nova formatação colaborativa e interativa, mas mantendo a participação de palestrantes externos que trazem temas de grande relevância à ANP, tais como transição energética e economia comportamental, tendo duas edições realizadas em 2023.

Evolução do projeto de institucionalização da **“Universidade Corporativa”** e aquisição de plataforma de educação corporativa. Foram iniciados os trabalhos de construção de trilhas de aprendizagem e intenciona-se prosseguir com a aquisição de plataforma específica para suporte de educação virtual, bem como controles das trilhas.

Em 2023, a ANP também criou o **“espaço #vCBENemFoco”** com a finalidade de proporcionar eventos virtuais como palestras, rodas de conversa e debates sobre temas abordados nas pesquisas mensais e apontados como importantes pelos trabalhadores em nossos atendimentos, além dos temas atuais e essenciais como diversidade, equidade e inclusão, com as palestras **“Mulheres Inovadoras da ANP”**; **“Vamos conversar sobre o autismo?”**; **“Sopa de Letrinhas LGBTQIA+”**; **“Saúde Mental”**; **“Outubro Rosa”**; **“Novembro Azul”**; **“Igualdade Racial e de Gênero”**; e **“Diversidade Etária”**. Realizou ainda a **“Oficina Construindo a Política de Equidade, Diversidade e Inclusão da ANP”**, ministrada pela coordenadora do Comitê de Gênero e Raça do MME e Entidades vinculadas (Cogemmev).

Assentamento Funcional Digital (AFD)

O projeto Assentamento Funcional Digital (AFD), parte integrante do projeto Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEP), é subsídio para a automatização do processo de trabalho em gestão de pessoas. O Projeto abrange os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). O AFD é formado por intermédio da geração de imagens dos documentos dos servidores civis do Executivo Federal e dos empregados públicos das empresas públicas que geram a folha de pagamento pelo SIAPE. O conjunto dessas imagens atualmente já substituem as pastas funcionais que se encontravam em suporte convencional (papel) nas Unidades Pagadoras dos órgãos, empresas e entidades que compõem o SIPEC como resultado da digitalização dos legados, realizada em fins de

março de 2022, com cerca de 1.500 arquivos em PDF/A e OCR carregados um a um no Sistema AFD, cumprindo assim a meta estabelecida junto ao TransformaGov, conforme apontado no Relatório de Gestão anterior. O legado dos acervos funcionais, agora digitalizados, funcionam como salvaguarda das informações mantidas em papel, e a expectativa é a de que os próprios servidores possam ter acesso às suas pastas funcionais na tela de seu computador, agilizando o acesso e a consulta a estes acervos, de extrema importância para o histórico da vida funcional do servidor. Em 2023 foram triados do SEI o quantitativo de 415 arquivos para upload no Sistema AFD, sendo que destes foram realizados o upload de 141 arquivos em pastas funcionais (atividade em andamento).

Glossário ANP

O Glossário ANP é uma lista de termos técnicos relacionados com a atuação da ANP e suas definições. O trabalho é feito em parceria com a SCI que é responsável pela sua publicação no site da ANP. Periodicamente, é feita uma revisão dos termos publicados para que estejam atualizados de acordo com os atos normativos vigentes

publicados pela ANP. A revisão mais recente dos termos ocorreu no segundo semestre de 2023, com o total de 1.541 termos atualizados na lista. O [glossário atualizado](#) fica disponível no site da ANP, com acesso aberto público externo para consultas e pesquisas.

Vacinação contra a Gripe

A ANP promoveu a campanha de vacinação contra a gripe Influenza, ocorrido em julho de 2023, seguindo todos os protocolos para prevenção contra Covid-19, de forma

regionalizada, nas localidades em que existe escritório da ANP, totalizando 405 doses aplicadas da vacina.

6.7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Modelo de Governança de TI

O modelo de Governança de TI da ANP está alinhado à Estratégia e às Diretrizes da Diretoria Colegiada por meio da estrutura do Comitê de TI (CTI). As entregas e resultados da Gestão de TI são constantemente dirigidos, avaliados e monitorados no atendimento das necessidades da Instituição.

A Governança de TI se baseia no alinhamento ao Planejamento Estratégico e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, no qual estão definidos os princípios, as metas e as ações prioritizadas pelo Comitê de TI para a consecução dos objetivos de TI.

Recursos Aplicados em TI

Gráfico 58. Execução das despesas de TI empenhadas (R\$ milhões)

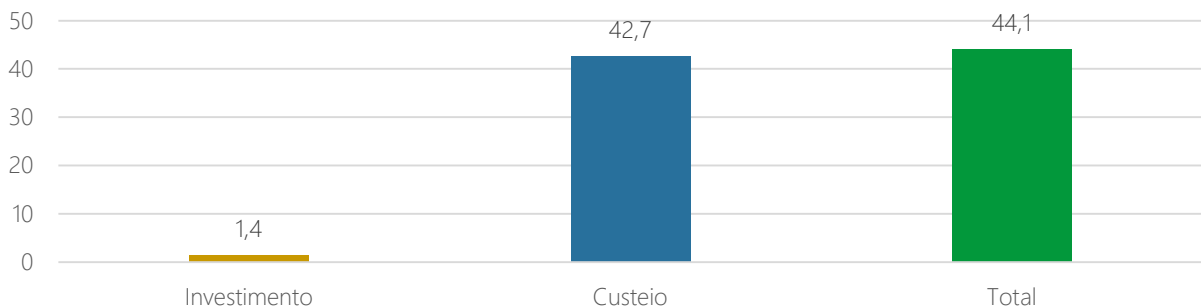
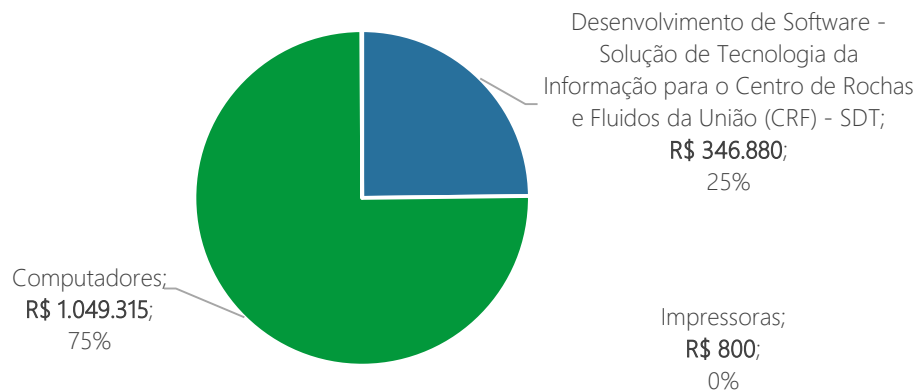


Gráfico 59. Investimentos de TI*



*Considerando os investimentos corporativos feitos pela STI e os gastos NÃO corporativos feitos pelas superintendências.

Gráfico 60. Perfil das despesas de TI*



*Considerando os investimentos corporativos feitos pela STI e os gastos NÃO corporativos feitos pelas superintendências

Contratação de Recursos de TI

Tabela 58. Contratações mais relevantes de recursos de TI

Objeto	Valor (em reais)
Serviços de sustentação de sistemas: substituição contratual do fornecedor de mão de obra qualificada para realizar adaptações e correções em diversos sistemas próprios da ANP	10.856.739,69
Contratação de licenças de uso perpétuo e de subscrições de softwares Microsoft: tratou-se de uma substituição contratual com adequações de quantidades para realidade atual da ANP. Incluem licenças para estações de trabalho e equipamentos servidores da ANP, além dos serviços de atualização e de suporte técnico on-site aos produtos Microsoft.	5.948.560,30
Aquisição de 295 notebooks a serem distribuídos a diversas áreas da ANP	1.049.315,00
Links de comunicação (internet e ponto-a-ponto): tratou-se de uma substituição contratual, que resultou em novo fornecedor para acesso à internet a partir dos escritórios e sede, uso da VPN, acesso ao Microsoft Office 365, transmissão da RD, conexões com softwares de fornecedores, dentre outros acessos necessários para a realização do trabalho corporativo.	878.658,00
Serviços de suporte técnico para a solução VMware - Créditos PSO: tecnologia que vem possibilitando a "virtualização" dos servidores e seus gerenciamentos no ambiente virtualizado da ANP. Os créditos VMware PSO fornecem uma maneira econômica e flexível de suporte especializado, consultoria e treinamento.	452.200,00
Subscrição de licenças Red Hat Management: essa contratação trata de uma solução para gerenciamento de sistemas, que visa tornar mais fácil a implantação, escalonamento e gerenciamento da infraestrutura de servidores Red Hat Linux em ambientes físicos, virtuais e de cloud.	189.887,04

Parque computacional da Agência

O parque computacional da Agência, espalhado em todo o país, está composto de

1.621 formalizando atos de pessoal na ANP

359 notebooks/ultrabooks em uso

1.980 Total*

**levantamento realizado em maio de 2023*

Atualmente, há demanda por utilização de aproximadamente

1.622
contas corporativas
de correio eletrônico

Tabela 59. Número de atendimentos, por sistema, pela equipe de sustentação

Top 10 SISTEMAS	2020	2021	2022	2023	2024	Total Geral
SITE ANP	1.571	1162	379	791	34	3.937
DPP	198	296	212	432	18	1.156
SIMP	160	167	135	221	7	690
SIGEP	216	158	132	134	7	647
SRI	86	116	69	134	3	408
SRD-PR	86	56	44	129	3	320
SIGAF	10	56	35	129	-	230
I-ENGINE	-	44	71	103	-	218
Power BI	105	89	63	97	3	357
I-SIMP	6	57	10	86	-	159
Total	4.196	3.972	2.247	3.207	103	13.725

Destaque de serviços voltados para a sociedade

Desenvolvimento APEX: criação do time Apex, destinado ao desenvolvimento de demandas de sistemas enviadas pelas unidades e que serão atendidas por meio de um ambiente de aplicações web low-code, após priorização da fila pelo CTI. Visa-se com essa medida atender às unidades mais rapidamente com o desenvolvimento de sistemas mais simples.

Desenvolvimento do SFP Cadastro: O SFP-Cadastro (Sistema de Fiscalização da Produção) foi um dos sistemas que, após o ataque hacker sofrido pela ANP em 2022, foi retirado de operação por não apresentar condições mínimas de segurança. Após a criação do time Apex, o Comitê de TI priorizou o seu desenvolvimento em linguagem APEX e após somente 4 meses de desenvolvimento, o novo SFP-Cadastro foi disponibilizado tanto para o público interno quanto externo.

Atualização do Oracle: No ano de 2023 os bancos da plataforma Oracle foram atualizados para versão 19c. Esta atualização foi muito impactante e complexa, uma vez que essa tecnologia é responsável por mais de 90% de todos os sistemas da ANP. Foi montada uma força tarefa para verificação de viabilidade técnica, migração e testes (pós migração) de todos os sistemas, de forma a garantir que a mudança ocorresse sem causar indisponibilidade. Com isso, a ANP ganhou uma plataforma segura (versões atualizadas), moderna (que facilita a manutenção diária e disponibilidade de novos recursos) e mais rápida (separação das bases analíticas das bases transacionais).

Cargas Desenvolvidas: foram concluídas pela equipe de sistemas 9 projetos de carga externa de dados o que permitiu atender 5 unidades da Agência em 2023.

Projetos de BI desenvolvidos: em 2023 foram finalizados 3 projetos de BI apoiando as áreas na captação de dados e na transformação desses em informações para serem utilizadas pelas unidades demandantes.

Segurança Cibernética

Muitas ações para o reforço da segurança cibernética foram tomadas, gerando benefícios mensuráveis no levantamento da Secretaria de Governo Digital do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI) por meio do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), instituído pela [Portaria SGD/MGI nº 852, de 28 de março de 2023](#).

Processos mais rígidos em relação aos usuários, como MFA no SEI e a necessidade de comunicação para permissão de autenticação fora do país, foram ações implementadas com o objetivo de mudar a cultura de segurança cibernética e têm sido essenciais para a proteção do ambiente da ANP.

Foi realizado o primeiro simulado de ataque cibernético com a participação de mais de 90% dos profissionais da unidade de Tecnologia da

Informação, com o objetivo preparar os profissionais para situações críticas de novos ataques.

Cumpramos ressaltar a participação da ANP, pelo segundo ano, no **Exercício do Guardião 5.0**, promovido pelo Departamento de Segurança da Informação da Presidência da República e pelo Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) do Exército Brasileiro, realizado em Brasília. O evento consistiu em simulações de ataques cibernéticos e defesas em infraestruturas críticas, tais como transporte, telecomunicações, defesa, energia, águas, finanças e nuclear, com o objetivo de incrementar a resiliência cibernética em áreas estratégicas do Estado brasileiro e contou com a participação de 150 organizações, públicas e privadas, em prol do incremento da resiliência cibernética brasileira.



7

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, **FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**



7. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da ANP e Notas Explicativas, têm o objetivo de evidenciar fatos relevantes da situação e do desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial do exercício.

A ANP, como órgão integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo Federal - OFSS, executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e elabora suas demonstrações contábeis conforme previsões da Lei n.º 4.320/1694, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e Manuais do SIAFI, incluindo Receitas e Despesas, o Balanço Patrimonial; a Demonstração das Variações Patrimoniais; o Balanço Orçamentário; o Balanço Financeiro; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações são extraídas diretamente do SIAFI e contemplam as informações consolidadas de toda a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Autarquia Federal/Agência Reguladora (natureza jurídica código 110-4), parte integrante da Administração Pública Federal, estruturada pela sua sede em Brasília/DF- UGE 323030 e pelo escritório central no Rio de Janeiro/RJ - UGE 323031. Além desses, a ANP possui representações regionais UGR em São Paulo/SP, Salvador/BA, Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG e Manaus/AM.

O conjunto completo das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas podem ser acessadas de forma detalhada na [página de demonstrações contábeis da ANP](#). Demais informações encontram-se disponibilizadas na íntegra através da [página de Receitas e Despesas da Agência](#).

